

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RECORTES

DA CONJUNTURA MUNDIAL

VOL II, Nº 1 | JUNHO DE 2024

Lehc

RECORTES

DA CONJUNTURA MUNDIAL

VOL II, Nº 1 | JUNHO DE 2024

Editores

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Wilson Vieira

Comitê Executivo

Pedro Bordinhão e Luis Miguel Gomez

Colaboradores

Adrián Sotelo Valencia, Bernardo Kocher, Carlos Eduardo Martins, Carlos Serrano, Denise Lobato Gentil, Elias Jabbour, Heitor Silva, Idilio Grimaldi, Julio Gambina, Javier Vadell, Luis Miguel Gomez e Ricardo da Silva Gomes

Conselho Científico

Adrian Sotelo Valencia, Denise Lobato Gentil, Elias Jabbour, Francisco Lopez Segrera, Gabriel Merino, Gustavo Menon, Javier Vadell, Julio Gambina, Orlando Caputo e Wagner Iglecias

Editoração, Diagramação e Revisão

Carlos Eduardo Martins e Pedro Bordinhão

Projeto Gráfico

Pedro Bordinhão

Apoio





LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE
HEGEMONIA E CONTRA-
HEGEMONIA/UFRJ
RECORTES DA CONJUNTURA
VOL II, Nº 1 | JUNHO DE 2024

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
O GOVERNO LULA, A POPULARIDADE E O PROJETO DE ESTADO DO PT	9
A ESCALADA DA GUERRA NO ORIENTE MÉDIO	27
MILITARIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO: A ECONOMIA DO IMPÉRIO GUIADA PELA MÁQUINA DE GUERRA.....	41
CHINA, RÚSSIA. ALVÍSSARAS	52
PÊNDULO DE LOBITO: ANGOLA E A GEOPOLÍTICA ENTRE AS GRANDES RIVALIDADES MUNDIAIS	57
PORTUGAL: ENTRANDO NO CICLO EUROPEU CONTEMPORÂNEO POR UMA “VIA BRASILEIRA”	64
GRÃ-BRETANHA E ALEMANHA.....	82
120 DIAS DE GOVERNO DE EXTREMA-DIREITA NA ARGENTINA.....	87
AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO MÉXICO EM 2024	93
CONFLITO VENEZUELA E GUIANA: ESSEQUIBO, PETRÓLEO E IMPERIALISMO	97
PARAGUAI, BASTIÃO ANTI-CHINA DOS EUA NA REGIÃO	107
O PERIGO E AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA DA BOLÍVIA NO SEIO DO POVO	111

EDITORIAL

A segunda edição de Recortes apresenta um conjunto de análises de espaços estratégicos da conjuntura mundial realizada por renomados cientistas sociais, economistas e historiadores. Carlos Eduardo Martins analisa o governo Lula e as estratégias de Estado do PT indicando estarem determinadas por uma política de aristocracia e tecnoburocracia de origem operária que pretende partilhar com o grande capital a gestão do Estado, colocando os interesses corporativos do partido acima dos interesses populares que pretende representar. A política de frente antifascista com os neoliberais busca disputar com os fascistas a aliança com o grande capital e lhe oferece o controle dos movimentos sociais e o apaziguamento político, mantendo o país nos marcos gerais da dependência, da superexploração dos trabalhadores, das prerrogativas do capital financeiro, do agronegócio, do monopólio midiático, dos militares e da hegemonia ideológica da hegemonia liberal estadunidense. Apesar da aproximação com a China e o multilateralismo através dos BRICS, a integração regional mantém-se em baixa intensidade e a austeridade fiscal restringe o desenvolvimento, impulsionando a superexploração e impedindo o surgimento de um projeto geopolítico que desafie a hegemonia dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental. O autor questiona a sustentabilidade dessa estratégia de governo nas esquerdas, corporativa e intermediária, em um país que sofre transferências negativas de mais-valor e mantém alto nível de exclusão de sua população dos serviços e bens de consumo essenciais.

Bernardo Kocher discorre sobre o conflito no Oriente Médio entre Israel e Palestina apontando que a política subimperialista sionista deve ser vista como uma política de Estado e não como uma estrita política de interesse do governo Netanyahu, em busca um inimigo externo para superar o risco de derrubada por denúncias de corrupção. O atentado de 7 de outubro marcou o fracasso da construção do projeto da grande Israel pela via pacífica, através do isolamento palestino por meio da política de boa vizinhança estendida a Emirados Árabes, Bahrein e Arábia Saudita. Pretendia-se criar uma alternativa à nova rota da seda chinesa, que interligasse Europa, e Índia pelo Oriente Médio, tendo Israel em posição estratégica, e abrir o caminho para a

exploração das reservas de petróleo do Mar da Gaza. A ação do Hamas desnudou a face militar da *pax israelenses*, desgastou a política subimperialista e abriu uma nova etapa no conflito regional com o Islamismo político dirigido pelo Irã. O autor assinala que o sionismo interno não é suficiente para sustentar a via militar da política da Grande Israel. Esta necessita da presença crescente do sionismo externo impulsionado pelas grandes potências imperialistas, Estados Unidos, Inglaterra e França para romper o equilíbrio das forças locais, uma vez que o sionismo é um sistema de poder articulado com o imperialismo. Tal presença eleva o patamar do conflito a novos níveis e articula o conflito regional a disputas geopolíticas de amplo espectro em curso no mundo, suscitando o envolvimento crescente de outros atores. Denise Gentil Lobato aborda a articulação entre a financeirização e os gastos militares nos Estados Unidos apontando seus impactos sobre a taxa de lucro neste país e no mundo. Assinala a crescente vinculação entre o rentismo e a defesa no país norte-americano, a presença central dos grandes bancos nas cinco maiores empresas produtoras de armamentos e a contradição entre dividendos e investimento que vulnerabiliza no médio e longo prazo a eficiência militar do imperialismo estadunidense em relação à afirmação de projetos estratégicos potências emergentes como a China e a Rússia, baseados em empresas estatais. Elias Jabbour assinala que o século XXI atualiza com maior profundidade o desafio lançado no século XX à Europa e ao mundo anglo-saxão pelas revoluções chinesa e russa, que deslocaram do centro da civilização no mundo para fora da Europa. Provisoriamente derrotada pelo fim da URSS e a frustrada com as falsas promessas integração numa ordem liberal e atlantista, a Rússia se reergue por meio de um processo de nacionalização de seus ativos estratégicos e da articulação com seu entorno asiático, com a economia do projetamento chinesa e com a Índia. Esta rearticulação permitiu a Rússia anular a investida militar, a apropriação de suas reservas, o bloqueio financeiro e comercial e a fuga de capitais que sofreu, dirigidos pelos Estados Unidos e a OTAN. O projeto russo da União Euroasiática se aproxima ao da Nova Rota da Seda chinesa para formar um espaço asiático dinâmico com projeções econômicas, políticas e ideológicas para a África, o Sul global e também a Europa. Javier Vadell aponta a importância estratégica de Angola na África subsaariana. Destaca a produção de

petróleo, a localização geopolítica chave no corredor de Lobito que conecta o Oceano Índico ao Atlântico e a forte vinculação comercial e financeira à China, a quem supre 9% de suas importações de petróleo. O autor indica as oportunidades que se abrem à Angola e assinala suas iniciativas para manejar as disputas geopolíticas em seu favor, estabelecendo acordos internacionais para os seus projetos de desenvolvimento em infraestrutura, tecnologia, comunicações, energias renováveis, refino, agricultura, comércio e defesa. Destaca o movimento pendular de aproximação de China e Rússia, de um lado, e de Estados Unidos e União Europeia, de outro, sugerindo ser esta uma possibilidade para países do Sul global.

Carlos Serrano aponta as razões para a emergência da extrema-direita em Portugal, situando-a em um contexto histórico mais amplo e estabelecendo paralelos com o caso brasileiro. Ricardo Gomes relata o declínio material e político da Inglaterra que se manifesta na perda de popularidade do Partido Conservador e em sua provável e contundente derrota eleitoral nas eleições do segundo semestre. A liderança do Partido Trabalhista nas pesquisas aponta para uma possível coalizão vermelha e verde. O autor analisa o cenário político alemão onde destaca o giro da política estratégica do país para atender ao alinhamento com os Estados Unidos e OTAN em razão do conflito na Ucrânia com a Rússia. Isso tem se traduzido na elevação dos gastos militares, reivindicados pelos Estados Unidos desde Trump, na elaboração de uma estratégia de segurança nacional, e no rompimento das relações comerciais com a Rússia que se manifestou no incremento dos preços de energia em 42%.

Julio Gambina faz um balanço dos 120 dias de governo Javier Milei indicando o seu alinhamento à extrema-direita internacional, aos Estados Unidos e Israel para defender a ordem mundial capitalista contra qualquer adversário que ponha limites à exploração da força de trabalho, como o feminismo, o ambientalismo e o antirracismo. O autor mostra que as medidas de Milei beneficiam o grande capital, em particular, os exportadores, o agronegócio e o extrativismo, prejudicam às pequenas e médias empresas voltadas para o mercado interno, e principalmente os trabalhadores e os aposentados. Adrian Sotelo Valencia analisa o cenário eleitoral no México tendo em vista as eleições de junho e as políticas do governo Lopez Obrador. Heitor Silva analisa os determinantes históricos do conflito entre Venezuela e Guiana sobre Essequibo, destacando a apropriação colonial britânica, o simulacro de uma

arbitragem internacional biombo dos interesses imperialistas, e a defesa por parte dos Estados Unidos dos interesses de exploração de petróleo da Exxon-Mobil na região. Idilio Mendez Grimaldi assinala que o Estado paraguaio se encontra profundamente controlado por máfias vinculadas ao tráfico de cocaína, fraudes eleitorais e à violência política, sendo um dos bastiões da estratégia imperialista dos Estados Unidos de militarização da região para afastar a América do Sul da influência chinesa. Paraguai se soma à Argentina, Equador e Guiana como peças-chaves do poder norte-americano na região, vinculando-se profundamente à rede de apoio militar e logístico do Comando Sul. E, por fim, Luís Miguel Gomez Cornejo Urriola, encerra esta edição da Recortes, abordando a crise da política na Bolívia e destacando as tensões e fraturas entre os projetos de Estado de Evo Morales e Luís Arce.

Desejamos aos interessados uma ótima e proveitosa leitura.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2024.

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Wilson Vieira,

Editores.

O GOVERNO LULA, A POPULARIDADE E O PROJETO DE ESTADO DO PT

Carlos Eduardo Martins*

AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A QUEDA DA POPULARIDADE DE LULA

A publicação da pesquisa sobre a aprovação do governo Lula pela parceria entre a Genial Pesquisas, uma parceria entre a Genial Investimentos e o Instituto Quaest, acendeu o debate sobre as razões de sua queda de popularidade. A pesquisa foi realizada entre os dias 25 e 27 de fevereiro, coincidindo com a manifestação de Jair Bolsonaro na Avenida Paulista, patrocinada por Silas Malafaia, e suas repercussões. Foi publicada simultaneamente com dois outros levantamentos do mesmo Instituto que versam sobre a declaração de Lula a respeito da ação de Israel em Gaza e sobre a avaliação da Lava Jato, sugerindo possíveis cruzamentos. Outra pesquisa, a realizada pelo IPEC, antigo Ibope, ratificou a queda de popularidade com uma metodologia diferente. Enquanto a pesquisa Genial/Quaest usou como principal variável indicadores binários de aprovação/desaprovação, a pesquisa IPEC utilizou três categorias, ótimo/bom e regular e ruim/péssimo, útil para medir a intensidade do apoio ou rechaço, mas que não permite classificar o regular em aprovação ou desaprovação. Ambas são convergentes em relatar queda de popularidade do atual Presidente da República.

Duas foram as leituras que ganharam divulgação para explicar a queda da popularidade de Lula. A predominante, que dominou o noticiário da grande imprensa, mídia televisiva e eletrônica foi a de que a queda se explicaria em razão das declarações de Lula sobre a ação de Israel, comparando o massacre em Gaza às ações de extermínio em massa de Hitler. Essa visão, subliminarmente sugerida pelo Instituto, foi acolhida pelo secretário de comunicação do governo, Paulo Pimenta, e divulgada pela grande imprensa e por agências internacionais como a Reuters. A

*Professor Associado UFRJ, coordenador do LEHC, pesquisador do CLACSO e editor da Reorienta

segunda leitura, que não necessariamente exclui a primeira, foi a de que a queda de popularidade se explicaria pela percepção de piora do desempenho da economia pelos entrevistados. A pesquisa Quaest apontou que 73% dos participantes indicaram como expressão dessa piora a elevação nos preços dos alimentos, 63% das contas em geral e 51% dos combustíveis. Essa interpretação baseia-se ainda nos indicadores macroeconômicos que registram estagnação do PIB no segundo semestre, após forte crescimento na primeira metade do ano, puxado pelo agronegócio, pelas exportações e pela expansão do consumo das famílias.

Defendo uma terceira hipótese: a de que a queda se explica principalmente pela estratégia política seguida pelo governo Lula que define como eixo de gravidade da sua governabilidade a aliança com a centro-direita neoliberal, em relação a qual se afasta com extrema cautela e minimalismo, considerando ser esse um traço fundamental de realismo político. Um dos pilares deste enfoque é a rígida política fiscal levada adiante pelo ministro Fernando Haddad. Tal estratégia que pode facilitar a governabilidade no curto prazo tende a deteriorá-la aceleradamente no médio e longo prazo, sendo de alto risco para a liderança política de forças de centro-esquerda, como mais recentemente aqui na América do Sul, a Argentina de Alberto Fernandez e Sergio Massa voltou a revelar. Ponderar essa dimensão implica na necessidade de redefinir o realismo político para incluir margens maiores de autonomia, iniciativa político-ideológica e mobilização popular como ingredientes necessários de sustentabilidade política. Ignorar esta exigência implica agravar as dificuldades e deteriorar o principal ativo com que o Partido dos Trabalhadores conta para infletir a agenda pública: a força simbólica e o prestígio popular do Presidente Lula. Tal ativo deve se desdobrar e se articular com a capacidade de organização dos movimentos populares para ganhar resiliência frente à ofensiva conservadora para restabelecer o comando sobre o governo federal brasileiro, que tende a se aprofundar à medida que se aproximam as eleições de 2026. Essa, todavia, não parece ser a escolha de Lula e nem das principais forças que assessoram seu governo.

A HIPÓTESE DA PERDA DE POPULARIDADE PELA CRÍTICA A ISRAEL

A hipótese da perda de popularidade pela comparação entre as políticas de extermínio de Netanyahu na Palestina a de genocídio de Hitler foi sugerida pelo Instituto Genial/Quest como uma das causas da queda de popularidade. Essa alternativa foi abraçada pelo Ministro-Chefe da SECOM e pela grande imprensa por duas razões distintas. Por Paulo Pimenta, para atribuir a um tema da agenda externa, de relações internacionais, efeitos internos, blindando as políticas econômicas do governo de qualquer crítica. Em entrevista ao Roda Viva em outubro de 2023, ao ser perguntado sobre as críticas feitas por Gleisi Hoffman ao Ministério da Fazenda, Pimenta afirmou estar o governo unido em torno às políticas de Fernando Haddad, que o representava em sua agenda no plano interno, dentro e fora do Congresso, e no plano internacional, sendo essa uma decisão do Presidente Lula. Pimenta apontou que a perda de popularidade de Lula seria provisória, e que o Presidente estaria contribuindo para a mudança na opinião pública brasileira e mundial sobre o tema e transformar a agenda internacional de gestão do conflito.

Os grandes conglomerados da mídia eletrônica nacional e internacional, alinhados com o imperialismo liberal dos Estados Unidos, viram na queda de popularidade um pretexto para atacar a política externa do governo Lula, atribuindo-lhe esta responsabilidade. Como sabemos, o governo Lula respaldou a ampliação do BRICS, restabeleceu os repasses financeiros ao Novo Banco de Desenvolvimento, reforçou o tema da desdolarização, recusou-se a estabelecer sanções contra a Rússia, defendeu a negociação entre as partes para estabelecer o fim da guerra na Ucrânia, reinseriu o Brasil na UNASUL e CELAC e apoia o fim das sanções à Venezuela e Governo Maduro no restabelecimento do calendário eleitoral na Venezuela. Tal agenda provoca profundo desconforto e contrariedade nos interesses estadunidenses e da burguesia dependente e associada. Não é por outra razão de que uma das primeiras decisões do governo de Michel Temer, após o golpe de 2016, foi iniciar o desmonte dos instrumentos de integração regional soberana, atuando para suspender a Venezuela do Mercosul e o Brasil e outros cinco países da UNASUL. Temer afastou-se da CELAC e não compareceu a V Cúpula em Punta Cana, abrindo

o espaço para que Bolsonaro suspendesse a participação do Brasil, e foi cofundador do Grupo de Lima, que tentou articular a invasão e o golpe de Estado na Venezuela, episódio que fracassou posteriormente em 2019. Jair Bolsonaro extremou a direção subserviente de política externa, retirando o Brasil da UNASUL, suspendendo a participação na CELAC, entrando em conflito com o Novo Banco de Desenvolvimento, e principalmente com a China.

A retomada de uma política externa multilateralista que fortalece a inserção brasileira no Sul Global incomoda o establishment liberal. Pesquisa do Instituto Genial/Quaest com o mercado financeiro, de novembro de 2023, antes da comparação da política de Netanyahu para a Palestina com o genocídio, indicava que 85% desaprovavam a conduta do governo Lula sobre o conflito entre Israel e Palestina. Matérias na Veja, Estadão, Folha de São Paulo, Valor Econômico e Reuters destacaram a relação entre a perda de popularidade e as declarações de fevereiro de 2024, quando Lula comparou a política de Netanyahu a de Hitler. Entretanto, essa relação parece muito pouco provável. Não houve nenhuma manifestação de massa a favor de Israel, o comício da Paulista fez referências mínimas ao tema, cabendo este papel a Silas Malafaia, e na própria pesquisa Genial Quaest a percepção favorável a Israel caiu de 52 a 39%, sendo ultrapassada pela desfavorável que atingiu 41%, mantendo-se a presença dos que não sabem na margem de erro de 21% para 20%. O tema parece ter ficado restrito ao andar superior da sociedade brasileira, embora possa ter repercussão no grupo evangélico, mas não deve ser entendido como variável independente relevante de mobilização deste grupo. Este grupo vem se mobilizando pela ação de suas lideranças para proteger Bolsonaro frente aos inquéritos do STF, em especial o referente a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, e para as eleições de 2024.

A HIPÓTESE DA ECONOMIA

A hipótese da economia foi indicada pelo Instituto Genial/Quaest como outra explicação para a queda de popularidade. Tendo sofrido queda de preços em 2023, os alimentos voltaram a pressionar o índice de inflação a partir de outubro. Chama à atenção que a supersafra de 2023 concentrou-se no primeiro trimestre e que o ano registrou forte expansão da produção de soja (27,1%) e milho (19%), cana de açúcar (10,9%) e café (8,2%), intensamente vinculados às exportações – inclusive o milho nos últimos anos-, as quais responderam por mais metade do crescimento do PIB do ano passado, 1,7% dos 2,9%. Ao mesmo tempo registrou-se expressiva retração na produção de trigo (22,8%), laranja (7,4%) e arroz (3,5%). Se entre janeiro e setembro houve desinflação dos alimentos, de outubro de 2023 a janeiro de 2024 os preços dessas mercadorias subiram 4,38%. A previsão para a produção de grãos, cereais, oleaginosas e leguminosas este ano é de queda de 3,2%, o que deve se agravar com o desastre ambiental no Rio Grande do Sul que concentra 70% da produção de arroz do país. A percepção de subida dos preços dos alimentos por 73% da população tem reforçado a iniciativa do governo Lula de retomar os estoques reguladores da CONAB esvaziados durante o governo Bolsonaro. Entretanto, permanecem os problemas estruturais de subfinanciamento da agricultura familiar, concentração da estrutura fundiária e sua orientação para as exportações. Apenas 7% do crédito destinado para a economia brasileira em 2023 foi contratado a taxas subsidiadas, e o investido na agricultura representou apenas 1,6% do PIB. Os gastos do BNDES estão muito abaixo dos níveis alcançados em 2015, representando aproximadamente 54% dos mesmos e pequeno crescimento em 2023 frente ao ano anterior. Mesmo a Nova Política Industrial desenhada pelo governo Lula, que contempla R\$ 300 bilhões de investimentos entre 2023 e 2026, parte com taxas de juros subsidiadas, apresenta um investimento financeiro bastante modesto para suas metas e necessidades do país, e caso se realize integralmente representa um montante de aproximadamente 2,7% do PIB no intervalo de quatro anos, reunindo os setores público e privado. Como sabemos, a taxa de investimento em 2023 foi de 16,5% do PIB, bastante inferior aos

níveis de 2021 e 2022, de 17,9% e 17,8%, de 2011-13, quando atingiu 20,7%, e de 1971-80, quando alcançou 21,9%.

Como quer que seja, a elevação dos preços dos alimentos e das contas em geral não atingiu a aprovação de Lula entre os segmentos mais pobres, segundo a pesquisa Genial/Quaest. Essa oscilou na margem de erro entre 63% em outubro e 64% em dezembro, em 2023, e 61% em fevereiro de 2024. Já o segmento que percebe renda familiar entre 2 e 5 salários-mínimos registrou queda acentuada de aprovação. Em outubro de 2023 e fevereiro de 2024 houve uma queda expressiva de 53% a 45%. No Nordeste, a aprovação se manteve constante em 68% entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, mas no Sudeste houve queda de 49% a 43% e no Sul, de 50% a 40% no mesmo período.

Como explicar a queda de popularidade já que a elevação dos preços não afetou o apoio dos segmentos e regiões mais vulneráveis socialmente?

NOSSA HIPÓTESE: O CENTRISMO E A FRENTE POLÍTICA COM O NEOLIBERALISMO

Em nossa opinião a queda de popularidade se explica pelos limites estratégicos em que passou a se mover o governo Lula, que reproduz com maior gravidade a aliança com o capital financeiro e o rentismo, o agronegócio, o monopólio midiático e os militares, de gestões petistas anteriores, só superado pela virada na política monetária do segundo mandato de Dilma, o que limita o espaço para a elaboração de políticas públicas e articulação com os setores populares.

Se o período de 2004-2013 foi definido em sua maior parte pela aceleração do crescimento econômico, superávits fiscais, e enorme acumulação de reservas monetárias em razão do boom das commodities e do forte ingresso de capitais estrangeiros, ampliando a margem de manobra do governo, o golpe de Estado 2016 e a ascensão do neofascismo colocaram como pedra de toque de sua economia

política a austeridade, chave para reestabelecer altas taxas de superexploração da força de trabalho. O principal pilar deste processo foi a emenda constitucional 95 que limitou a variação das despesas primárias à inflação por 20 anos. A crise política da aliança que sustentou o neofascismo e a sua derrota eleitoral abriram o espaço para a aprovação da emenda constitucional 126/2022, que possibilitou a substituição do teto de gastos por projeto de lei complementar enviado ao Congresso para definir as diretrizes orçamentárias. Este novo quadro jurídico-político permite ao governo aprovar suas propostas orçamentárias por maioria simples. Entretanto, a conquista deste espaço estrutural não foi acompanhada da iniciativa para liderar a transição política do país para um novo ambiente político-ideológico e uma nova coalizão de forças. Ao contrário, a estratégia adotada por Lula para as eleições de 2022 foi a de disputar com o fascismo a aliança com o neoliberalismo para isolá-lo, aproximando-se de vários personagens que participaram do golpe de 2016, mas posteriormente se afastaram da extrema-direita por suas tentativas de solapar o modelo político liberal e de articular o protagonismo de uma burguesia emergente em troca de fidelidade política, o que ameaçava a posição hierárquica de segmentos mais tradicionais e internacionalizados do grande capital e sua autonomia diante do Estado.

A eleição e a governabilidade passaram a ser buscadas por Lula e os segmentos hegemônicos do Partido dos Trabalhadores garantindo-se ao grande capital uma margem de segurança maior e um nível de ameaça menor na defesa de seus interesses do que a aliança com o fascismo poderia proporcionar. Isso implicou uma agenda que mesclou contemplar os avanços multilateralistas de proteção ao meio ambiente; diversificar a política externa para aprofundar a parceria com os BRICS, a América Latina e os países do Sul Global, abrindo novas oportunidades de comércio e mecanismos de cooperação financeira e diplomática; manter a política de austeridade fiscal e sob controle e baixo perfil de atuação os movimentos sociais organizados; restringir o combate à desigualdade às políticas compensatórias e de redução da extrema pobreza; gerenciar os avanços conquistados pela ofensiva neoliberal nas políticas de Estado minimizando os seus efeitos ou revertendo-os apenas parcialmente; promover a transparência e reduzir o patrimonialismo e a corrupção na gestão estatal; e limitar o enfrentamento com a extrema-direita nas forças armadas ao círculo de estreita proximidade a Jair Bolsonaro. Tais diretrizes

foram e têm sido manejadas como uma condição indispensável para a vitória eleitoral em 2022 e para a estabilidade política do governo. Em razão dessa concepção tática, que afasta o espaço para formulações estratégicas do horizonte, Lula descarta realizar uma ofensiva política ideológica de elevação da consciência e nível organização popular e atua cautelosamente dentro do arcabouço neoliberal e dos limites do que Ruy Mauro Marini chamou de Estado de 4º poder, onde as forças armadas atuam como guarda pretoriana do grande capital e do imperialismo estadunidense, servindo como poder moderador e força de dissuasão de avanços sociais e políticos mais consistentes.

Todavia, o suposto pragmatismo e a inevitabilidade dessa orientação, reivindicada pelos segmentos centristas do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2022, devem ser postos em questão, tomando-se como parâmetro a realidade. Se descartamos a eleição de 2018 por ser atípica e compararmos a votação de Lula em 2022 com a de Dilma em 2014, veremos que os percentuais gerais são praticamente os mesmos e a aliança com segmentos da centro-direita e quadros egressos do PSDB não contribuiu para aumentar o coeficiente eleitoral do bloco de centro-esquerda. Na região Sudeste, Lula alcançou uma pequena vantagem em relação a votação de Dilma em 2014, 45,7% versus 43,8%. Na região Sul, Centro-Oeste, e Nordeste teve votação ligeiramente inferior, respectivamente, 38,2% versus 41,1%, 39,8% versus 42,6%, e 69,3% versus 71,7%. Na região Norte o atual Presidente da República alcançou o seu resultado mais nitidamente inferior, 49% versus 56,5%. Em São Paulo, a aliança com Geraldo Alckmin em nada alterou os resultados eleitorais. A base conservadora, hegemônica pela centro-direita, migrou com esmagadora fidelidade para aceitar a liderança da extrema-direita como o seu novo vértice aglutinador. Em 2010, José Serra alcançou 54,1% no estado e Dilma 45,9%, praticamente a mesma votação de Jair Bolsonaro e Lula 12 anos depois, que obtiveram 55,2% e 44,8%, e de Tarcísio de Freitas e Fernando Haddad, candidatos ao governo do estado que receberam 55,3% e 44,7%. Em síntese, os dados mostram que a aliança com quadros de destaque do antigo PSDB, onde despontam Geraldo Alckmin e Fernando Henrique Cardoso, foi irrelevante para aumentar a votação de Lula em 2022, em relação a de Dilma em 2014.

Em relação às estratégias de médio e longo prazo de disputa do Estado pelo bloco de centro-esquerda, a defesa da frente antifascista com os neoliberais se torna ainda mais implausível. O vínculo da centro-esquerda a um paradigma em crise profunda, o neoliberal, abre o espaço para que seus efeitos a atinjam e a extrema-direita a acuse de ser parte do establishment, colocando-se demagogicamente como alternativa por meio de uma agenda que prioriza a violência contra grupos que eleger preferencialmente como inimigos do Estado e da sociedade brasileiros: a esquerda, os comunistas, a China, os movimentos sociais organizados, o feminismo, os povos originários, as lutas antirracistas, LGBTQIA+, ecológicas, pela descriminalização das drogas, pelo desarmamento e contra a violência policial e o encarceramento. A ascensão da extrema-direita nos Estados Unidos e na União Europeia se explica em grande parte pela vinculação da social-democracia ao rentismo que desvinculou o padrão de acumulação de regulações e compromissos sociais com os trabalhadores, priorizando a geração de capital fictício.

A escolha dos neoliberais como os principais parceiros políticos do governo Lula leva a opções de políticas públicas extremamente restritivas que comprometem os gastos em saúde, educação, e serviços públicos em geral. Embora, o governo Bolsonaro tenha transferido para o novo governo dívidas de R\$ 140 bilhões em 2023, acumulou déficits fiscais de R\$ 998 bilhões em 4 anos. A meta inicial projetada por Haddad nas LDOs de 2024, 2025 e 2026 é de déficit zero em 2024, e superávits de 0,5% em 2025 e 1% em 2026. Após forte pressão dos movimentos sociais impulsionada pelas greves dos servidores públicos, um pequeno ajuste se estabeleceu: déficit zero em 2025 e superávit de 0,25% em 2026. O déficit fiscal de 2,3% do PIB apresentado pelo governo federal em 2023, está bem abaixo dos registrados na União Europeia ou na Zona do Euro em 2022, que atingiram 3,3% e 3,6%. A Comissão Europeia reiterou considerar aceitável o indicador de até 3% do PIB como déficit fiscal para os países que tenham dívida pública acima de 60% do PIB. Com exceção de Suécia, Chipre, Irlanda e Croácia, todos os demais 23 países apresentaram resultados fiscais negativos. Nos Estados Unidos, o déficit alcançou 6,3% do PIB em 2023, superior aos 5,4% de 2022.

A priorização da dimensão fiscal do ajuste das contas públicas em detrimento da financeira, que volta a marcar os governos petistas na atual gestão, é uma concessão dramática ao paradigma neoliberal. A aprovação do projeto de lei do arcabouço fiscal pelo governo limita o crescimento das despesas a 70% da arrecadação e ao máximo de 2,5% a.a., colocando em questão os pisos constitucionais da educação e da saúde, conquistas históricas dos trabalhadores e dos movimentos sociais que Haddad e Tebet sinalizam intenção de flexibilizar por PEC em futuro próximo. A meta de déficit fiscal zero perseguida pelo ministro Haddad em 2024 está em desalinho à praticada pelos principais Estados do capitalismo ocidental, sendo ainda mais rigorosa que as expectativas dos agentes do mercado financeiro registradas na pesquisa Instituto Genial/Quaest, de novembro de 2023. 49% consideravam que a meta de déficit fiscal proposta pelo governo seria de 0,5%, 18% que atingiria 0,75% e apenas 20% trabalhavam com a expectativa de déficit zero. O governo não utilizou o prazo de que dispunha para alterar a meta de déficit fiscal para 2024, reforçando as previsões sustentadas por Haddad contra as pressões de setores do PT para flexibilizá-las, e agora só poderá fazê-lo por emenda parlamentar.

Não se trata, portanto, apenas de mover-se no paradigma neoliberal, mas de mover-se ofertando ao grande capital, em particular ao capital financeiro parasitário, benefícios para que a aliança com o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores seja a sua opção preferencial, mantendo-se a engrenagem do que Ruy Mauro Marini chamou em seus últimos escritos de economia de transferência, onde o Estado transfere valor às frações dominantes do capital sem qualquer contrapartida de produtividade (Martins, 2023, p. 70) (Marini, 1989, p. 40). O efeito concreto dessa linha de atuação é a realização de políticas para os extremamente ricos e os extremamente pobres negligenciando um imenso segmento onde a popularidade de Lula cai de maneira acentuada e compromete as estratégias de hegemonia no médio e longo prazo da centro-esquerda no Brasil. O esforço em considerar o Brasil, nos governos petistas, um país majoritariamente de classe média, a partir da gestão de Marcelo Nery no IPEA, em 2012, como resultado das políticas de distribuição de renda realizadas, em direção inversa às teses adotadas por Marcio Pochmann, têm o objetivo de legitimar esse tipo de políticas. Se tomarmos em consideração o salário-

mínimo necessário do DIEESE e cruzarmos com os dados da PNAD sobre distribuição de renda, poderemos situar que aproximadamente 75% da população brasileira não recebe uma renda familiar per capita suficiente para atender às condições minimamente necessárias de consumo e depende de serviços públicos gratuitos, não podendo ser relegada ao mercado e à sua variação de preços. Uma das principais características das classes médias é a capacidade de atender as suas necessidades de consumo no mercado. Entretanto, 67% das crianças brasileiras estão matriculadas em escola pública, 77% da população não possui plano de saúde, 42% da população não está conectada à rede geral ou pluvial de esgoto, apenas 27,7% dos lares possuem por Tv por assinatura, somente 43% acesso a serviços de streaming e apenas 40,2% dos domicílios possuem microcomputador.

O bolsa-família atualmente atende a cerca de 30% das famílias brasileiras e lhes destina 1,5% do PIB. Representa um montante muito menor que os 6,6% do PIB pagos de juros em 2023, sendo o governo central responsável pela transferência de 5,6% do PIB aos rentistas. A meta fiscalista que elude a natureza financeira do déficit e da dívida do Estado brasileiro soma-se à pressão dos juros e restringe significativamente os gastos públicos com o setor real. O Estado limita a oferta e a qualidade dos serviços e bens públicos e delega ao mercado a atenção das necessidades básicas de nossa população. O resultado é tanto a precificação das necessidades sociais encarecendo a atenção das necessidades básica, quanto a exclusão relativa e absoluta de um enorme segmento socialmente e economicamente vulnerável dos serviços públicos, aproximadamente 40% da população brasileira que tem renda familiar entre 2 e 5 salários-mínimos, segundo a pesquisa Genial/Quaest. É exatamente neste segmento que a queda se faz mais acentuada alcançando 11% p.p. entre agosto de 2023 e fevereiro de 2024, contra 7% p.p. no segmento de renda familiar até 2 salários-mínimos e 5% p.p. naqueles que percebem renda familiar superior a 5 salários-mínimos. Embora tenha havido forte expansão da renda do trabalho em 2023, de 11,7%, impulsionada principalmente pelo aumento do salário-mínimo e pela queda do desemprego, as pressões de demanda se chocam com as restrições da oferta impulsionando o preço dos alimentos diante de uma estrutura fundiária altamente concentrada, voltada para a exportação e altíssimo custo do crédito para o investimento do qual dependem os pequenos e médios agricultores.

A insistência do governo em manter a meta de previsão de déficit zero em 2024 e 2025 e até superá-lo em 2026, restringe os efeitos multiplicadores do investimento sobre a arrecadação, principalmente em situação de alto desemprego aberto, e atinge violentamente os servidores públicos da educação e da saúde que compõem umas das frações mais importantes da vanguarda ideológica da classe trabalhadora, capaz de lançar uma ofensiva ideológica contra o neoliberalismo. Ao invés de acolherem o movimento sindical destes segmentos, os governos petistas lhes impuseram uma drástica derrota em 2012, optando pelas políticas fiscais neoliberais, posição da qual não renunciaram no atual mandato. Tal derrota abriu espaço para a ofensiva da direita na sociedade civil, o isolamento do governo e o golpe de 2016.

O governo Lula, portanto, não arranha a desigualdade e a superexploração da força de trabalho que continuam a avançar no capitalismo dependente brasileiro, apesar das políticas de combate à extrema pobreza. Em 2022, as rendas do 0,1% e do 1% mais rico eram, respectivamente, 189,2 e 37,6 vezes maior que a dos 95% mais pobres, havendo se expandido em 87% e 51% contra 33% dos últimos anos entre 2017 e 2022. Apenas 9% e 36% da renda auferida pelos 0,1% e 1% mais ricos vinham do trabalho, configurando segmentos fortemente rentistas, que continuam a se beneficiar das políticas monetárias e fiscal.

Apesar das escaramuças entre o governo Lula e o PT de um lado, e o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de outro, sobre os níveis das taxas de juros, nenhuma gestão para retirá-lo do comando do BC por desempenho insuficiente foi realizada, mesmo tendo o governo maioria no Conselho Monetário Nacional. Roberto Campos Neto sofreu abertura de processo na CGU para apurar suspeitas sobre inconsistências contábeis de R\$ 1 trilhão. Sua gestão desvalorizou o Real perante o Dólar em mais de 30% e elevou as taxas de desemprego aberto a 14,9% comprometendo a meta do BC de atingir o bem-estar econômico da sociedade. Contabilizado o subemprego e o desalento, a taxa de desemprego atingiu 15,8%, entre janeiro e março de 2024, segundo o IBGE. Temeroso de não alcançar maioria simples no Senado ou de desagradar o mercado financeiro, Lula preferiu não arriscar este passo. Muito menos colocar em discussão o fim da autonomia do Banco Central.

Diante dessa inércia Campos Neto tomou a ofensiva e articula PEC da autonomia financeira do Banco Central para completar a operacional já aprovada.

O governo Lula não promove nenhuma ofensiva ideológica significativa para alterar a correlação de forças sociais e políticas, baseando a sua popularidade na história de lutas, na origem operária e no carisma pessoal do Presidente, cujo tempo de vida útil nas disputas eleitorais dificilmente se estenderá além do intervalo de 2026-2030. Não desafia o monopólio dos meios de comunicação, o domínio fundiário do agronegócio, o protagonismo do capital financeiro, a ofensiva neopentecostal e a vinculação das forças armadas ao golpe de 1964 e sua concepção restrita e ambígua de democracia, capaz de metamorfosear-se em fascismo. Tal vulnerabilidade coloca em risco a sucessão da liderança política no governo federal para o bloco de centro-esquerda, pois o tempo acentua a crescente perda de nitidez ideológica e a ausência de uma individualidade que possa compensá-la. Se houve ampliação de recursos para o Ministério da Cultura, as universidades públicas sobrevivem com orçamentos restritos, menores que em 2023, e queda relativa de alunos, atualmente apenas 22% das matrículas no ensino superior; a Empresa Brasileira de Comunicações mantém-se com limitações econômicas e a TV Brasil atinge somente 0,2% da audiência, não havendo jamais os governos petistas associado nosso país à Telesur, ou atuado para reconstruí-la como parte de uma possível revitalização da UNASUL. Se a reforma agrária se mantém em ritmo lento, havendo Lula reservado a quinta parte dos recursos reivindicados pelo MST para o tema no ano corrente, as igrejas evangélicas gozam do apoio do governo federal para PEC que amplia as isenções tributárias para seus conglomerados empresariais. Finalmente, nos 60 anos do golpe de 1964, Lula declara não se interessar pelo tema, mantém sepultada a Comissão da Verdade, abandona o projeto do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, apesar de o Brasil ser o talvez único país da América do Sul sem justiça de transição e liderar o ranking de números de homicídios no mundo. Se por um lado, há sinais no núcleo duro do governo de intenção de flexibilizar os pisos constitucionais da saúde e educação, levando a manifestações contrárias de Nísia Trindade e Camillo Santana, ministros da saúde e educação, José Mucio Monteiro, ministro da defesa, articula com desenvoltura PEC para estabelecer piso constitucional de 2% do PIB para gastos militares, em cortejo

do governo às forças armadas, recuperando iniciativa de Celso Amorim em 2014, quando exercia o cargo, para contemplar antigas aspirações dos militares.

No âmbito da política externa, o governo assume uma orientação contraditória, multilateralista e centrada, buscando ampliar a margem de manobra internacional do país ao vinculá-lo a um novo eixo geopolítico emergente que tem seus pilares mais ativos, hoje, na China e na Rússia, mas ao mesmo tempo não desafia a dependência e o imperialismo na América Latina, buscando o caminho cada vez mais estreito da coexistência entre forças rivais de um mundo que aprofunda a sua bifurcação: de um lado, o imperialismo estadunidense e a OTAN, e de outro um novo bloco multilateralista que se organiza através da articulação do Sul Global para reverter assimetrias mundiais e construir um ambiente internacional cooperativo, plural, democrático e pacífico. Se o Brasil assume protagonismo discursivo nos conflitos no Oriente Médio, ancorado no BRICS e se torna sede das conferências do G-20, na integração latino-americana assume um perfil baixo, não exercendo papel estruturante.

Lula assume posição de destaque em temas sobre o qual tem pouca capacidade de decisão institucional, mas avança pouco em temas específicos da região onde o peso da influência política, financeira e ideológica brasileira pode ser muito maior. Se denunciou corretamente o genocídio palestino perpetrado pela política da grande Israel de Netanyahu, mantém congelada a UNASUL e na VIII Conferência da CELAC não se dedicou a temas sensíveis como a crise da democracia, a penetração do narcotráfico nas estruturas de poder, os conflitos territoriais como o de Essequibo e as pressões imperialistas sobre a fronteira mexicana. O Projeto de Decreto Legislativo 548/2012 que ratifica a entrada brasileira no Banco do Sul jamais entrou em votação no Congresso Nacional, foi retirado da pauta de votação em 2015 e o governo Lula não demonstrou nenhuma intenção de retomá-lo.

Limitada pelo compromisso com a dependência que assume um perfil financeiro extremamente parasitário e predatório na fase atual do capitalismo mundial e pela adesão a preceitos do imperialismo liberal dos Estados Unidos, cada vez mais

descolado do desenvolvimento das forças produtivas da América do Sul, mas fiador das políticas de austeridade, dos limites sociais da democracia brasileira, e de uma integração regional de baixa densidade, incapaz de desafiar sua hegemonia no Hemisfério Ocidental, a política internacional do país não é capaz de realizar a sua vocação de liderança continental, mantendo subaproveitada as possibilidades regionais e os projetos de desenvolvimento nacionais.

Batizada de altiva e ativa, e não de soberana, no lugar de independente, dos anos 1960, nossa política externa parece estar mais interessada em destacar características de interação e adaptação em um ambiente externo onde pretende se mover, do que em promover e liderar um novo padrão internacional onde se quer chegar. É exatamente a falta de compromisso com um projeto soberano que coloca em risco o progressismo na política externa e nas políticas públicas do governo Lula. Suas dimensões parecem ser insuficientes ou limitadas para uma época em que as confrontações se aceleram, onde a extrema-direita se nutre da insatisfação de segmentos populares com a limitação dos projetos de democracia da centro-esquerda para propor o giro a sistemas políticos de transição ao fascismo, questionando a natureza da democracia e as reais intenções das esquerdas. Enfrentar o fascismo e a extrema-direita de forma consistente exige um outro tipo de estratégia política que a aliança com as oligarquias liberais decadentes não pode proporcionar.

CONCLUSÕES

No Brasil contemporâneo prevalece hoje a disputa entre a centro-esquerda e a extrema-direita pela aliança com o grande capital e segmentos estratégicos do Estado brasileiro, como as forças armadas. A centro-esquerda abandonou a crítica ao capitalismo dependente brasileiro e busca disputar a sua gestão. Nessa disputa dá lances altos como o abandono da memória, justiça e verdade, rígida política de austeridade fiscal, controle dos segmentos de vanguarda tecnológica do proletariado -como os servidores públicos da ciência, educação e saúde -, possível desvinculação do piso constitucional da saúde e educação em benefício do orçamento da defesa, e

manutenção dos projetos de desenvolvimento e integração regional em baixa intensidade para não ameaçar a hegemonia dos Estados Unidos no hemisfério ocidental, ainda que o multilateralismo da política externa nos aproxime da China através dos BRICS.

Não se trata de um limite externo imposto pela correlação de forças, mas principalmente de uma escolha interna por acomodação, a qual não se pode lançar o epíteto de realismo porque sua sustentabilidade é frágil, principalmente quando não se conta mais com o boom das commodities e dos ingressos de capitais estrangeiros, o que esvazia o espaço para políticas centristas. Vai se atualizando no século XXI, no centenário da morte de Lenin, o que o autor russo e soviético chamou de burocracia e aristocracia operárias, um segmento intermediário entre as massas e a grande burguesia que auferem uma parcela das altas taxas de mais-valor por meio de posições estratégicas na gestão, cuja principal expressão organizacional foi a formação de um partido social-democrata que ocupa dimensões centrais no capitalismo monopolista de Estado. Entretanto, tanto Lenin quanto Bukharin destacaram este fenômeno em países imperialistas que captavam transferências de mais-valor internacionais, criando uma base econômica para políticas de reforma moderadas e contenção das reivindicações dos trabalhadores. Aqui, a evolução do PT aponta para a mesma degeneração que ocorreu na social-democracia europeia. Com uma diferença: somos um país dependente baseado na superexploração dos trabalhadores e sem condições de formular uma alternativa imperialista, subimperialista, ou social-chauvinista sólida apesar da pretensão de dedicar 2% do PIB para as forças armadas. Poderá um partido deste tipo estabelecer uma base de massas sólida em um país dependente, ancorado na superexploração dos trabalhadores, em um contexto desfavorável como o de crise do padrão neoliberal e transição do sistema mundial para o caos sistêmico?

O momento atual do quadro político brasileiro revela-se dramático. A evolução de Lula e da direção do Partido dos Trabalhadores parece ser a de convertê-lo em uma máquina partidária corporativa que coloca seus interesses de reprodução como organização acima dos interesses populares e propõe uma partilha de poder com o grande capital na gestão do Estado brasileiro, onde assegura para si uma fatia da

administração para auferir altos salários de gestão e oferecer empregos a sua militância, garantindo os meios de reprodução material ao funcionamento de um partido de massas em uma sociedade liberal. Para isso afasta do horizonte político tudo que signifique choque e risco e ameace a sua segurança, convertendo-se no braço organizado de origem proletária do grande capital. Oferece a este a tranquilidade política pelo controle dos movimentos sociais. A aliança com o grande capital inclui suas frações liberais e mais internacionalizadas, como o capital financeiro, o monopólio midiático e o capital industrial, as mais tradicionais, como agronegócio, as emergentes como os monopólios dos segmentos de serviços (educação e saúde) e as empresas neopentecostais, entre outras. Inclui ainda os militares de alta patente. Não há outra razão para o Brasil dirigido pelo PT jamais ter se convertido em sócio da Telesur, não ter feito uma justiça de transição, ter mantido Henrique Meirelles e Joaquim Levy no Banco Central, perseguir déficit zero e superávits fiscais, ameaçar eliminar os pisos constitucionais da saúde e da educação, resistir à negociação com os servidores públicos, ter apoiado a intervenção militar no Haiti reconectando os militares brasileiros ao Comando Sul e decidir comprar US\$ 1 bilhão em equipamentos militares de Israel após denunciar sua política como genocida. Não há outra explicação para Lula engavetar o projeto do Museu da Memória e da Verdade, cancelar atos em memória dos 60 anos do golpe de 1964, não recriar a Comissão Nacional da Verdade. Chama atenção ainda o fato de Washington Quaquá, Vice-Presidente Nacional do PT, votar contra a prisão de Francisco Brazão, acusado do assassinato de Marielle.

A contradição entre o realismo tecnoburocrata de origem operária, petista, e o discurso idealista superficial de sua liderança maior, que garante a adesão das massas, pode ser fatal para o seu projeto de poder. Pesquisa Quaest/Genial de 2 a 6 de maio de 2024 indica que 55% da população considera que Lula não merece um segundo mandato, embora vença o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fortemente ligado a Jair Bolsonaro, por estreita margem. Entre os que votaram em Lula no segundo turno em 2022, 23% considera que o atual Presidente não merece um novo mandato. Se destaca ainda a forte rejeição no segmento de 2 a 5 salários-mínimos, onde 57% consideram que ele não merece um novo mandato. Abre-se o espaço para a ascensão do fascismo que se nutre da decadência do liberalismo

político neoliberal e das esquerdas com ele comprometidas para gerir o neoliberalismo como padrão de reprodução do capital. O declínio do neoliberalismo põe em crise a democracia formal sem inclusão social e a extrema-direita reivindica para si a condição antissistêmica dirigindo-a contra o liberalismo político, enquanto aprofunda o neoliberalismo, a destruição de direitos sociais e individuais, a dependência e a violação à soberania nacional. Abre-se um cenário de dúvidas: terá a centro-esquerda condição de evitar a vitória do fascismo no curto e médio prazo? Poderá ela se reinventar? Ou será necessário um processo de destruição criativa para a emergência de uma nova esquerda hegemônica capaz de atender às necessidades de nosso povo? A aliança entre o fascismo e o neoliberalismo será capaz de bloqueá-la ou retardá-la? Por quanto tempo? Essas questões estão em aberto e serão as lutas sociais que irão respondê-las nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

Bukharin, N. A economia mundial e o imperialismo. Buenos Aires: Pasado y Presente: 1971 [1915].

Lenin, Vladimir Ilitch. A Falência da II Internacional. São Paulo: Kairos, 1979 [1915]

- -. Imperialismo fase superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo. 2021[1916]

Marini, Ruy Mauro (1989) Estado, grupos económicos y proyectos políticos en Brasil (1945-1988). Mimeo

Martins, Carlos Eduardo. Ruy Mauro Marini e a dialética do capitalismo contemporâneo. Reorient: Estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo. v. 3, n.1, p. 38-73, 2023

Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/reorient/article/view/58395>

A ESCALADA DA GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

Bernardo Kocher*

Em meados de abril o ataque do Estado sionista à Faixa de Gaza, iniciado logo após os episódios de 7 de outubro de 2023, produziu uma nova conformação na equação de poder no Oriente Médio. Há seis meses está em marcha uma “prática social genocida”¹ cujas consequências se farão sentir por décadas entre a população local. Esta situação ensejou a quase total destruição física da Faixa de Gaza e a tentativa de neutralização enquanto ente coletivo legítimo do povo do enclave, não estando claro ainda qual será o mecanismo utilizado pelo Estado sionista para finalizar a implementação de tal intento. Este cenário foi agravado após o atentado ilegal - segundo as leis e tratados internacionais em vigor - da embaixada iraniana em Damasco em 13 de abril de 2024. A retaliação do governo persa foi simbolicamente forte, por não causar expressivos danos materiais e vítimas, mas indica com clareza a probabilidade de assistirmos ao início de uma nova onda de violência; diferentemente do que ocorreu em Gaza (uma guerra assimétrica entre o exército sionista e a insurgência palestina) o potencial do conflito que está agora se delineando é uma “verdadeira” guerra entre dois *hegemons* regionais: o Estado de Israel x o Irã.

O atual cenário de convulsão política foi delineado há duas décadas após os atentados às Torres Gêmeas em setembro de 2001, a derrubada de Saddam Hussein do poder no Iraque e o deslocamento da política externa da Arábia Saudita e de outros países da região para uma posição não hostil aos interesses ocidentais. Estes e outros eventos provocaram o apagamento da agenda palestina ao deslocar o foco do problema dos direitos desta população para a ótica de combate ao terrorismo. A eventual escalada para uma guerra ampla expõe uma crise regional. Esta coloca o Oriente Médio num momento crucial de redefinição de importantes posições de dois atores estatais tanto no plano regional e no mundo muçulmano e no Sul Global (no

* Professor associado 4 da Universidade Federal Fluminense

¹ Cf. FEIERSTEIN, Daniel. El Genocidio como práctica social. Entre el nazismo y la experiencia argentina. Hacia un análisis del aniquilamiento como reorganizador de las relaciones sociales, Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 2021, p. 36

caso do Irã) quanto na esfera da ação da sua posição sub-imperialista (no caso do Estado de Israel).

Tomemos ainda em conta um outro conflito severo, que consideramos ser referência para os dias que correm, a Guerra Irã x Iraque (1979-1988). Naquele momento o enfrentamento entre dois os países do mundo árabe-muçulmano acabou por inviabilizar como uma opção política tanto o que era então chamado de “*Terceiro Mundo*” quanto sua proposta de reforma da economia mundial, a *Nova Ordem Econômica Internacional*. Tamanho o impacto deste conflito que a principal instituição política dos países em desenvolvimento em meio à disputa bi-polar, o *Movimento de Países Não-Alinhados*, fraturou-se de forma profunda. A partir deste cenário ficou inviável a atuação coletiva efetiva por parte deste grupo de países na busca de uma posição não dependente das economias capitalistas centrais, isto em plena crise de convergência macroeconômica, de grande impacto na década de 1970. Tudo indicava que haveria uma reformulação das instituições e práticas formuladas nos pós 2ª. Guerra Mundial. Talvez em função da situação política iniciada pelo início da guerra, a orientação vitoriosa para a execução de tais reformas das estruturas macroeconômicas – que se tornaram orientadoras universais da formatação de políticas públicas desde os anos de 1980 – tenha vindo dos países centrais, e foi designada de neoliberalismo. Os países do Terceiro Mundo, desunidos após vinte e cinco anos de busca de um caminho comum, não lograram participar da formulação de novas normas econômicas. Estas foram formuladas unilateralmente pelos EUA, o choque dos juros e o início do que o historiador Fred Halliday chamou de “2ª. Guerra Fria”.

A presente análise conjuntural pretende dar conta do passado recente e, quando necessário, indicar questões presentes, como parte da compreensão de um processo que aponta para uma realocação do Oriente Médio como foco central das principais tensões e crises do sistema internacional.

-

Quando estiver encerrado definitivamente a agressão ao povo palestino, perpetrada pelo Estado de Israel na Faixa Gaza, seremos forçados a olhar para a História do Oriente Médio no primeiro quartel do século XXI como uma totalidade, dividida em três partes: a primeira é o 11 de setembro de 2001, e depois a invasão do Afeganistão seguida pela do Iraque; a segunda parte são as revoluções sociais que eclodiram em parte do Oriente Médio em 2011, a “Primavera Árabe”; finalmente, o terceiro momento é a tentativa de destruição física e simbólica do povo palestino que está em curso na Faixa de Gaza e (até agora) a indicação de eclosão de uma guerra regional entre Irã e o Estado sionista. Se nada mais ocorrer durante longo tempo após o encerramento da atual crise que possua o escopo destes três dramáticos episódios teremos que tratá-los como parte de um único processo, mesmo que cada um possua sua dinâmica própria.

Este conjunto de conflitos possuem raízes históricas longínquas no crucial ano de 1979. Esta data parece ser o momento de convergência de inúmeras crises internacionais (as mais estruturais desde o fim da 2ª. Guerra Mundial, quando se abriu o ciclo do que Eric Hobsbawm chamou de “25 anos de ouro” do capitalismo) e que neste ano se tornaram visíveis. Ocorreram inúmeros fatos de relevo neste período, a maioria deles tendo vinculação direta com o Oriente Médio. Entre eles citamos: o 2º. Choque do Petróleo, o choque dos juros, a invasão soviética no Afeganistão, a vitória da Revolução Iraniana, a vitória da Revolução Sandinista, a assinatura dos acordos de Camp David, e a invasão da Grande Mesquita (em Meca) e a sua retomada por tropas sauditas e francesas.

Tudo o que ocorreu é decorrente do rearranjo das classes sociais em meio a uma aguda crise econômica (agudizando a persistente instabilidade macroeconômica existente desde fins da década de 1960) que combinou a inflação dos preços com a recessão econômica (a estagflação). Tal cenário de crise propiciou o início da rota de reformas estruturais (privatização, desregulamentação, vulnerabilização do direito ao emprego e dos demais direitos sociais) que afetaram a classe operária em todo o mundo. Após o ciclo de prosperidade que também alcançou o Oriente Médio, a classe operária perde suas referências políticas e sociais passando a viver uma instabilidade

econômica, política e institucional. Com a vulnerabilização da identidade material coletiva e subjetiva da classe operária, no mundo árabe-muçulmano são reanimadas antigas manifestações de valorização da religião como orientadora da vida em sociedade, agora chamada de “islã político”². Na Palestina o fim da 1ª. Intifada (1987-1993) marcou o início do “ajuste” local com a correlação de forças delineada no final da década de setenta, incorporando a agenda do islã político no interior da sua vida política e social. O fim da URSS (1989) também contribuiu para criar um vazio de opções para a situação local. Aqui presenciamos tanto o encerramento da bipolaridade das superpotências como também o fim da “Guerra Fria Árabe”, entre Estados adeptos do panarabismo e as “monarquias”.

-

Ao analisarmos a conjuntura de crise que se abriu em 7 de outubro de 2023 temos que ter em conta, inicialmente, que a Faixa de Gaza não é causa do conflito regional atual, mas, antes, é produto do que foi delineado no seu exterior. Encurralada fisicamente (terra, mar e ar) por Israel e Egito, abandonada tanto pela solidariedade árabe (pan-arabismo) e/ou muçulmana (ummah) quanto pela orientação humanista/civilizatória do ocidente (direitos humanos), inviabilizada politicamente pelo logro de várias resoluções não cumpridas da ONU favoráveis à melhoria das suas condições, restou à sua imensa população concentrada num pequeno enclave contendo altíssima taxa demográfica conviver com sua realidade material precária causada pela “prática social genocida” dos sionistas.

A crise atual possui um marco histórico conjuntural basilar: o voto majoritário que o islã político obteve em 2006 nas eleições legislativas que iriam formar um governo. O resultado do pleito não foi simplesmente uma opção pela afirmação da religião como condutora da vida pública, mas, antes, foi a primeira votação definidora da representatividade política do povo palestino que se tornou plebiscitária. A eleição expressou os fracassos de todos os envolvidos nas infrutíferas negociações para a

²Para uma definição do termo “islã político” e sua pertinência na análise do Oriente Médio cf. HEKMANT, Mansoor. “A ascensão e queda do Islã Político”.
IN: <https://www.marxists.org/portugues/hekmat/2001/mes/40.htm>.

implementação da fórmula dos dois Estados, promovido pelos Acordos de Oslo (1993). A vitória do Hamas no pleito não ultrapassou os 45% dos votos e a derrota do Fatah não foi inferior a 41%³. Caso este resultado fosse indicado numa pesquisa de boca de urna poderia ser considerado um empate técnico, se a margem de erro fosse de 2%. Mesmo considerando que na Faixa de Gaza a densidade eleitoral do Hamas foi mais expressiva do que na Cisjordânia, o pleito foi proposto para escolher representantes para o parlamento como um todo; talvez daí tenha surgido um ódio especial dos dirigentes sionistas para com a população de Gaza e a percepção distorcida que eles desenvolveram de que o islã político seria o marco definidor das perspectivas políticas da sociedade civil no enclave. Não, o resultado eleitoral refletiu uma resposta do eleitor palestino ao cotidiano de “negociações sem solução”, logo seguidas da brutal continuidade da “prática social genocida” sionista. Nesta clave, o voto vitorioso do islã político neste pleito representou o “pelo menos eles querem lutar contra a ocupação do Estado de Israel e fazer algo pelos palestinos”, já que a OLP a) desistiu da orientação de confrontar o sionismo; b) não construiu o Estado da Palestina; e, c) tornou-se um apêndice da política sionista de expansão dos assentamentos na Cisjordânia.

Assim, constatamos uma realidade que deve necessariamente ser tomada em conta para a análise da crise atual: a população palestina não possui nem capital político acumulado o suficiente nem experiência em vida democrática e muito menos instituições estatais consolidadas para lidar com forças externas gigantescas que permitem os sionistas adotarem a limpeza étnica; não é, portanto, crível tratar a população que votou somente uma vez numa referência automática para a construção de uma representação política baseada no islã político. Tais forças externas, oriundas tanto da Europa e EUA quanto dos próprios países árabes, fornecem positividade e/ou leniência e/ou aprovação para a narrativa que, aproveitando-se deste suporte material e imaterial, incorpora o ponto de vista sionista nas suas decisões sobre a causa palestina. Com este ponto de partida favorável, o sionismo sente-se liberado de quaisquer ônus e, então, passa a acusar cinicamente o povo palestino pela origem

³Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_parlamentares_na_Palestina_em_2006.

dos problemas em que foram envolvidos. Enfim, a relação povo palestino-islã político na Faixa de Gaza não pode ser suposta em preconceitos, pois o isolamento proposital a que estão submetidos não fornece condições para a população exercer livremente suas opções políticas. Devemos considerar que existe, tal como em qualquer sociedade sem as amarras do referencial genocida a que estão submetidos os palestinos, uma pluralidade e riqueza de ideias e correntes políticas presentes na sociedade civil local.

Desde o início dos ataques à Gaza em outubro de 2023 e o aprofundamento da limpeza étnica no enclave a situação política do Oriente Médio se deteriorou. Estados e regiões/grupos políticos das mais variadas origens passaram a fazer parte de um cenário de guerra regional com características muito próprias. A situação em Gaza expôs uma quantidade imensa de tensões que estavam ocultas numa espécie de “guerra mundial” regional onde o Estado de Israel, Europa ocidental e EUA agredem o povo palestino, os países vizinhos apenas interagem diplomaticamente mantendo uma posição olímpica, o Irã aciona atores políticos por ele apoiados econômica e militarmente, a África do Sul e o Sul Global procuram justiça e Rússia e China observam e esperam.

O principal grupo a interagir com os problemas de Gaza é o libanês Hezbollah (Partido de Deus). Eles atacam com mísseis o território do Estado sionista, que por sua vez revida com bombardeiros aéreos alcançando alvos sensíveis. Para os sionistas o resultado é o deslocamento da população da fronteira com o Líbano para posições protegidas, criando um fluxo de refugiados interno dependente da decisão do Hezbollah em ampliar o escopo dos bombardeios que promove com mísseis que atinjam mais profundamente o território do Estado sionista. A guerra aberta com este grupo político localizado no sul Líbano é inviável sem uma prévia destruição da estrutura física da malha urbana e, como recurso já utilizado na invasão sionista em 2006, a possibilidade de maior desgaste é a de bombardear Beirute, no norte do Líbano. Adentraram neste cenário os Houthis, do Iemen (do Norte), que possuem posição estratégica ímpar: o controle natural do estreito de Bab-el-Mandeb, sendo

capazes de bloquear com mísseis e drones não muito sofisticados a entrada de navios comerciais de grande porte no Mar Vermelho e, daí, inviabilizando a passagem da navegação pelo Canal do Suez. Os constantes ataques israelenses a altos oficiais militares iranianos na Síria e os atentados às tropas americanas em suas bases no Iraque e Síria (bem como a reação a estes) apontam outras duas vertentes do agravamento da atual crise.

Consideramos que, para entender a complexidade do quadro regional, existe no Estado sionista uma orientação para a formação de uma *pax israelensis*⁴. Esta seria uma forma de controle e dominação dos países vizinhos, prenúncio de uma nova expansão territorial para consolidar o projeto inicial do sionismo europeu, o Grande Israel⁵. A assinatura dos Tratados de Abraão (2020) e o posterior encaminhamento de acordo de normalização de relações diplomáticas com a Arábia Saudita seriam uma quase consolidação da fase de pacificação do entorno do Estado sionista. Aqui o fator econômico integrar-se-ia ao processo de formatação da *pax israelensis*, estabelecendo (finalmente) laços de interdependência entre o hegemom (Estado sionista) com os países vizinhos ou próximos. Os episódios promovidos pela insurgência palestina em 7 de outubro ao Estado sionista alterou esta rota dos acontecimentos – impedindo a sua execução ao menos no curto prazo -, produzindo o esgarçamento das tensões regionais, tornando-as visíveis.

Todos os atores que litigam atualmente contra o Estado de Israel contam com o apoio material e político do Irã, expressivo, pioneiro e poderoso representante do islã político. O país persa enfrenta a ameaça de uma instabilidade política induzida por forças externas, diferença marcante em relação ao rival sionista. Esta situação é ao mesmo tempo muito mais complexa e também mais simples do que a posição do Estado sionista. Estado Nacional com fronteiras e instituições definidas há milênios, herdeiros de tradições políticas sólidas, e com Estado forte, o Irã não possui uma

⁴KOCHER, Bernardo. “O Sionismo é um Sistema. Introdução a uma análise estruturante da invasão da Faixa de Gaza a partir de outubro de 2023 .” IN: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/bernardo-kocher-o-sionismo-e-um-sistema/>

⁵PETRAS, James. “O plano é criar a Grande Israel”. IN: <https://contrapoder.net/entrevista/o-plano-e-criar-a-grande-israel/>.

necessidade obsessiva de expansão das fronteiras ou colonialismo econômico. Ao contrário, ele luta contra a dominação econômica e interferência política do imperialismo europeu e norte-americano. Seu objetivo é blindar interna e externamente seu espaço nacional para que este não seja dominado por forças estrangeiras, como ocorreu durante a dominação colonial inglesa e neo-colonial norte-americana. Sua posição geopolítica o obriga a estar perenemente elaborando estratégias para a defesa da sua “soberania total” colocando o país num pró-ativismo perene para dar conta da gestão de atores estatais e não-estatais fora do seu território e dentro do espectro do islã político. Por seu turno, o intento dos Estados Unidos e do Estado de Israel é a eliminação de qualquer tentativa iraniana de controle de parte do mundo muçulmano; para o país persa a exportação das suas ações políticas e militares não é, no entanto, uma opção. A guerra aberta e direta também não é para o Irã uma alternativa aceitável, pois o longo conflito com o Iraque desgastou o país e expôs seu território. Atualmente o Irã encontra-se numa rota virtuosa de crescimento econômico e integração com a elaboração de uma contra-hegemonia do Sul Global, via Brics, o que reforça ainda mais sua premente necessidade de estabilidade.

-

A análise acima foi desenvolvida antes do ataque iraniano ao território israelense em 13 de abril de 2024, por conta de uma retaliação ao bombardeamento com vítimas à sua sede consular em Damasco. A partir de agora devemos considerar se estamos ou não numa contagem regressiva para o início de um conflito regional com consequências globais. A questão aqui é perceber se uma nova guerra regional envolvendo o Irã trará consequências tão danosas para o “Sul Global” (nova denominação do que fora chamado até a década de 1990 de “Terceiro Mundo”) quanto as que pressupomos terem existido na guerra que este país travou com o Iraque.

Por um lado, a demonstração de que o espaço aéreo do Estado sionista é poroso foi ensejado pela exposição pública de um arsenal de centenas de armas de longo alcance (drones e mísseis), o que denuncia a existência de um estoque maior e mais poderoso deste tipo de armamento pelas forças armadas persas. Dada a

distância de cerca de mil quilômetros entre as duas fronteiras as opções de conflito quase que se restringem a este tipo de armas. Também podem ser alvos os proxies que atuam mais próximos das fronteiras dos dois países. Neste sentido, o Estado de Israel possui mais opções do que o Irã. Seu ataque aos proxies iranianos (no Líbano – Hezbollah, na Síria, no Iraque e no Iêmen – Houthis) podem ser executados com a aviônica de última geração, fornecida aos sionistas pela potência líder, os EUA. Por seu turno, estes mesmos proxies possuem armamento análogos (se bem que menos potentes) aos dos iranianos e também podem atingir o território ocupado pelos sionistas. Estas armas atingiriam o alvo com menor tempo de voo e, certamente, com mais precisão. Se não tiverem o intento explícito da destruição, o lançamento destas unidades sobre o território israelense certamente produzirá o efeito de saturamento dos equipamentos de interceptação da defesa do país (principalmente o “domo de ferro”), o que daria aos mísseis e drones lançados do território iraniano maior poder de destruição já que estariam fornecendo, assim, uma melhor oportunidade de atingir o seu alvo sem a interceptação do inimigo.

No ataque iraniano de 23 de abril, o Estado de Israel contou com o suporte de aliados regionais, a Jordânia e a Arábia Saudita, que participaram da “batalha aérea” para abater manualmente o que foi lançado pelo Irã. Vieram estas duas forças aéreas a complementar o suporte basilar dos EUA, Inglaterra e França, transformando-se em uma espécie de “proxies de luxo” do Estado sionista.

Um outro aspecto importante a ser considerado num eventual conflito aberto é o fato de que (tal como já havia ocorrido na Guerra Irã x Iraque) atingir os centros nevrálgicos do poder iraniano (político e econômico) é ainda mais difícil. Eles estão localizados no oriente do país, o que imporia um percurso ainda maior de voo de drones e mísseis lançados pelo Estado sionista. Este, por seu turno, pelo seu tamanho reduzido (tanto longitudinalmente quanto latitudinalmente), e concentrando sua produção econômica e poderio militar e político em curtas distâncias uns dos outros, está infinitamente mais vulnerável ao efeito que uma arma de forte impacto numa região possa afetar uma área vital próxima ou distante, cessando ou limitando severamente o fornecimento do bem ou serviço a que esta estava destinado.

Assim, dependendo apenas da capacidade não revelada (mas amplamente suposta e/ou conhecida pelos meios de comunicação e estudos acadêmicos) do poderio dos armamentos de longo alcance iranianos, uma eventual guerra entre as duas potências regionais que disputam a conquista de hegemonia no Oriente Médio possui uma baixa taxa de previsibilidade, se se considerar apenas a capacidade dos dois Estados isoladamente. Aqui o que conta não é tanto a capacidade destrutiva de cada um dos eventuais contendores, mas a possibilidade de agregação de aliados e meios materiais, capazes de dar suporte para a continuidade da conflagração e/ou evitar a agressão do inimigo. Neste sentido, a maior vulnerabilidade é o da economia do Estado sionista, que não possui autonomia, ou seja, riqueza social o suficiente para manter o alto padrão de vida da sua classe trabalhadora/força militar sem o concurso do apoio dos aliados. Deve-se lembrar, no entanto, que estes podem ser recrutados com facilidade.

Neste sentido apontamos que, independentemente dos resultados militares intrínsecos, caso haja uma guerra aberta, a relação que o Estado sionista está buscando formatar ao tentar agendar um conflito armado com o Irã é agregar força material e política para (na eventual derrota ou fragilização do Irã) produzir a *pax israelensis*. Não concordamos com a interpretação rasa e recorrente de que o estímulo contínuo dado pelo Estado de Israel para que o Irã se enrede neste cenário de provocações e inicie uma guerra, causando a atração dos países ocidentais (principalmente os EUA) para o lado israelense, seja um processo articulado para evitar o encerramento do governo desgastado primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Este estaria, segundo esta perspectiva, adiando a sua deposição devido a problemas na alçada judicial que o governante enfrenta face à descoberta de corrupção que ele está envolvido. Encontram-se análises que apontam que o conflito com o Irã é um mecanismo do atual governo de retirar a atenção dos problemas militares e humanitários decorrentes da invasão da Faixa de Gaza. Tais avaliações são personalistas e negam o que temos como pressuposto, a existência de um “sistema” sionista de poder regional em contínua expansão sobre os territórios circundantes ao

atual Estado sionista. O conflito com o Irã não é produto das ambições pessoais de um dirigente carismático, mas uma correlação de forças oriunda no interior do “Deep State” sionista em articulação com o imperialismo “clássico” que moldou meticulosamente várias fronteiras dos Estados Nacionais do Oriente Médio na defesa dos seus interesses econômicos. Estes foram responsáveis pela própria criação da expressão “Oriente Médio”, que é produto desta preocupação em formatar através de uma *region building* um processo de controle de Estados Nacionais soberanos, mas fracos e dependentes do poder militar norte-americano e/ou europeu para se manterem.

Se o cenário de guerra que se estabelece enfraquecer o Irã estaria aberto o caminho para que o Estado sionista se transforme em um hegemón regional sem concorrentes. Este processo está sendo demarcado há décadas (diríamos desde a assinatura dos Acordos de Camp David, em 1979). Tal estrutura comporia um grande poderio militar (do Estado sionista) com o econômico (oriundo principalmente da riqueza trazida com a extração de petróleo), transformando o Oriente Médio numa área de influência diretamente comandada pelo Estado de Israel (quem sabe substituindo os EUA e os antigos colonizadores europeus) mesmo que ainda submetido à dinâmica do capitalismo desenvolvido que viabiliza diariamente a sua existência. Ou seja, o Estado sionista exerceria com plenitude a sua função de país sub-imperialista, na acepção do termo tal como definida por Rui Mauro Marini.

A insurgência na Faixa de Gaza tentou interromper esta trajetória de pacificação embutida na *pax israelensis* que estava sendo executada colocando no piloto automático o esmaecimento da causa palestina. Perante a crise aberta pela insurgência em 7 de outubro a *pax israelensis* foi velozmente reelaborada pelo Estado de Israel, passando de um processo pacífico de negociações diplomáticas para a expansão do conflito tanto na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (consorciando limpeza étnica, política social genocida e aquisição territorial) quanto com o único rival com poderio militar, o Irã.

Nota-se que tal posição tem sido eficaz operacionalmente. A política social genocida na Faixa de Gaza e a expulsão, prisão de cidadãos sem ordem judicial, roubo de terras e assassinatos contínuos do povo palestino na Cisjordânia continuam com o apoio ativo dos países aliados. Esta adesão solidária ao projeto de *pax israelensis* é facilitado pela assimilação por estes aliados de que todo o povo palestino está irremediavelmente comprometido com o islã político, representado pelo Hamas, que é tido como um proxy do Irã. Os aliados viabilizam o fornecimento de bens e serviços necessários tanto a continuidade da vida social da população do Estado sionista quanto do massacre genocida que está em curso na Faixa de Gaza, malgrado alguns deles adotem críticas públicas ao processo que sustentam materialmente!!! Em 13 de abril foram efetivos no combate aos artefatos que percorriam os céus da região. Como dissemos acima Arabia Saudita e Jordânia se compuseram com as forças anti-Irã. As três potências imperialistas estrangeiras (EUA, Inglaterra e França) compareceram para amparar esta estratégia, o que acabou por expor a existência de um fio desencapado: ao invés de terem seus interesses defendidos na região pelo Estado sionista tiveram que defendê-lo para evitar que o ataque iraniano se transformasse na guerra repudiada por todos mas desejada pelo Estado sionista. Este não possui as condições militares e econômicas para tal empreitada e está, pelas contínuas ações de provocação ao Irã, procurando empurrar a conta da guerra para seus aliados. Desconsiderando egoísta e levianamente as consequências de um conflito com o Irã na economia global, no mercado de petróleo e de armas, além de possíveis conexões que o país persa poderia formar para suportar o esforço de guerra, os sionistas procuram desesperadamente através da guerra dar conta de forma imediata da execução com baixo custo daquilo que chamamos de “sionismo externo”.⁶

O Estado sionista tenta continuamente impor aos aliados os custos para executar a defesa de um projeto próprio sem considerações com as perspectivas dos aliados. Aqui está em curso a metáfora que John Mearsheimer elaborou para analisar a relação da política externa norte-americana com o seu aliado sionista: “é o rabo que abana o cachorro”. Já que não possui condições de isoladamente ir a uma guerra com

⁶Idem, ibidem.

consequências imprevisíveis, o Estado sionista está procurando, desde 7 de outubro, estabelecer a *pax israelensis* através da universalização do seu conflito local. Seu intento é colocar o Irã numa posição defensiva política para construir sua hegemonia sobre os escombros de uma fantasia típica do imperialismo. Explorando preconceitos, racismo e uma estratégia inconfessa de apropriação de trabalho social para o interior da sua economia nacional, o objetivo do Estado sionista é o de manter o “ocidente coletivo” livre de uma ameaça islâmica, pagando por isso o preço que for necessário. O sionismo está apostando que sua principal fraqueza seja a causa da sua força.

Finalmente, concluímos que a crise aberta em 7 de outubro criou uma oportunidade para o “sionismo interno”⁷ repaginar o “sionismo externo”. O objetivo sempre foi e será construir a *pax israelensis* a partir da criação de um espetáculo dantesco de matança e destruição da vida política, econômica e social de parte do mundo árabe/muçulmano, tão ao gosto da esquecida tese do “choque de civilizações”⁸. Até agora somente uma metade deste projeto está sendo implementado; graças ao preparo, experiência, caracterização precisa da sua estratégia de inserção na economia global a partir da definição de seus interesses nacionais e astúcia das políticas externa e de defesa do Irã, a segunda parte deste projeto macabro está sendo contornado.

-

São recentes as informações noticiadas que a decisão de invasão de Rafah (no sul da Faixa de Gaza), onde se encontra um último bastião dos insurgentes, já foi tomada pelo governo israelense com o apoio e aprovação do governo Joe Biden. Alega-se que esta ação agressiva se transformou numa válvula de escape para que o Estado sionista não seja constrangido a reagir no momento ao ataque do Irã ao seu território, o que provavelmente produzirá um outro ataque iraniano. De qualquer forma, pontuamos que, ao menos temporariamente, o governo sionista dará uma atenção suplementar ao sionismo interno. Esta é a sua zona de conforto, pois a dominação

⁷Idem, *ibidem*.

⁸HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

desta última parte do enclave é certa. Por outro lado, adiando a decisão de aquecer os instrumentos que poderiam fazer eclodir uma guerra regional, rechaçada pelos financiadores do Estado sionista, o governo deste país ganha tempo para elaborar uma nova estratégia de agendamento da crise com o Irã. O governo sionista tenta tornar o país persa partícipe de uma guerra que não deseja através de um erro de conduta na sua política externa e de defesa.

-

Sofrendo da inevitável mudança contínua da conjuntura produzida pela análise dedicada a compreensão de fatos contemporâneos, recebemos a informação no momento de encerramento deste relatório de que o Estado sionista promoveu um (não assumido) ataque de retaliação ao Irã. Seu escopo minimalista (cerca de três micro drones) lançados ao que parece do interior do próprio território iraniano não produziram nenhum impacto físico. O que deve ser notado neste episódio é a promoção de uma movimentação especulativa na mídia sobre o ocorrido. Este contexto indica uma característica muito típica da ação do Estado sionista: produzir uma indução analítica que aponte uma situação maior do que os fatos ocorridos, uma verdadeira “engenharia dos fatos” ou “intervenção cognitiva”. A contínua aplicação da manipulação dos eventos é típico da ação sionista, sempre tergiversando sobre suas reais intenções e práticas para colocar em evidência sua agenda política.

P.S.: Dedico as palavras e análises acima ao nosso colega professor de História, o israelense Meir Baruchin. Ele tem se colocado corajosamente de público contra a matança do povo da Faixa de Gaza pelo Estado sionista. Meir Baruchin já foi preso por algum tempo, como parte de um processo intimidatório, demitido de seu emprego e sua licença para exercer o magistério foi cassada pelo Ministério da Educação.

MILITARIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO: A ECONOMIA DO IMPÉRIO GUIADA PELA MÁQUINA DE GUERRA

Denise Lobato Gentil*

A relação entre o capitalismo e as guerras é um dos assuntos mais envolventes e intrigantes, porque o observador se depara com os principais motores da história e interpretá-los é um desafio dos mais complexos. Os grandes conflitos podem ser analisados sob muitos ângulos. Um deles é a articulação entre o regime de acumulação financeira do Ocidente e sua crescente militarização. A relação entre as finanças e o complexo industrial militar ainda é, sem dúvida, imprescindível para entender a dinâmica da guerra e é por essa trilha que o presente artigo se arriscará, usando como estudo de caso a economia dos Estados Unidos.

Na era da financeirização acelerada do século XXI, a obtenção de lucros ocorre mais profundamente por meio de canais financeiros do que através do comércio e da produção de mercadorias. A indústria de defesa, que figura amplamente na economia dos Estados Unidos, é também meio de acumulação da riqueza financeira.

Os conflitos na Ucrânia e em Gaza estão levando os EUA e a Europa a seguidos recordes na produção e comercialização de armas de guerra. Em 2023, o gasto militar dos EUA foi de US\$916 bilhões. Os 31 membros da OTAN chegaram ao montante de US\$1,341 trilhão, enquanto o gasto mundial foi de US\$2,4 trilhões (SIPRI, 2024). São patamares semelhantes ao da Segunda Guerra Mundial.

Qual seria o impacto do gasto militar na economia estadunidense, que equivale a 38% do total mundial e como este se conecta com a financeirização? Pode-se tomar como caminho de investigação o impacto do gasto militar sobre a taxa de lucro, a dívida pública e o mercado de ações.

Os EUA têm uma economia estimulada pelo crescimento da máquina de guerra, conhecida por keynesianismo militar. Entre autores marxistas, Arrighi (1994) argumenta que financeirização e militarização são fenômenos que se reforçam mutuamente nos EUA desde o período pós-Segunda Guerra Mundial. Baran e Sweezy

* Doutora em Economia. Professora do Instituto de Economia da UFRJ. E-mail de contato: deniselg@uol.com.br

(1966) argumentaram que a estagnação é o estado normal do capitalismo e que, para evitar o crescimento econômico lento e o declínio das taxas de lucro há dois caminhos: por um lado, aumenta-se os gastos improdutivos, como os gastos militares; e, por outro, o capital migra para o setor financeiro, ou seja, muda para operações com capital fictício. Militarização e financeirização tornaram-se, assim, respostas a menor lucratividade do sector produtivo devido à insuficiência crônica de demanda agregada, causada, por sua vez, pela superacumulação.

O gasto militar gera forte estímulo a diversos setores da economia (efeito de transbordamento), tanto por criar demanda por componentes produzidos em outras indústrias, quanto pelas elevadas taxas de empregos diretos e indiretos que produz. A geração de P&D é um vetor fundamental do gasto militar. A indústria de defesa cria tecnologias de ponta que podem ser incorporadas às indústrias civis, levando a saltos tecnológicos que provocam enormes lucros. Poucos setores da economia são tão carregados de tecnologia de ponta e empregam uma força de trabalho tão altamente qualificada, com salários elevados, quanto a indústria de defesa.

Estima-se que 50% de toda a pesquisa científica das universidades dos EUA é financiada pela indústria de defesa. Foi dela que surgiram produtos que permitiram aos EUA manter sua liderança tecnológica como a internet, satélites de comunicação e navegação, GPS, supercomputadores, eletrônica embarcada para aeronaves, computadores acoplados, drones, câmeras digitais, forno micro-ondas, medicamentos e muitos outros. Os investimentos militares em inteligência artificial, robótica, nanotecnologia, biotecnologia, energia e materiais aumentaram a produtividade de diversos setores da economia e criaram inúmeros outros.

Armas e equipamentos militares são mais funcionais à acumulação de capital do que os bens civis. Se a força motriz do capitalismo é o lucro, então as armas têm uma vantagem crucial em comparação aos demais bens, na medida em que podem reforçar a hegemonia política e econômica e são rapidamente utilizadas ou tornadas obsoletas, o que garante uma demanda infinita, ajudando assim a absorver o excedente (Elveren, 2019).

Evidentemente que, ao lado dos fatores econômicos relevantes, existem motivos estratégicos para o gasto militar, como usar o poder militar para sustentar a

hegemonia da nação central sobre países capitalistas periféricos e regular a rivalidade entre os países aliados. A militarização estadunidense é amplamente instrumentalizada para proteger a ideologia neoliberal de austeridade fiscal e monetária e impor a agenda de aprofundamento da financeirização, cuja implementação causa efeitos sociais dramáticos nos países dependentes, de forma que a economia de guerra é útil para reprimir a resistência na periferia. Portanto, financeirização e militarização se reforçam mutuamente e, embora existam muitos outros determinantes do gasto militar, vamos nos concentrar apenas nos financeiros.

GASTO MILITAR E TAXA DE LUCRO

Um estudo recente, que avaliou um conjunto de 30 países ao longo de 64 anos (1950-2014), confirma que o efeito do gasto militar tem papel neutralizador da tendência à queda da taxa de lucro (Elveren 2019). É preciso realçar, entretanto, que os impactos do gasto militar sobre a taxa de lucro são mistos: as respostas dependem do contexto estrutural historicamente específico; e, o efeito neutralizante da queda, se aplica aos países exportadores de armas, mas não aos países importadores.

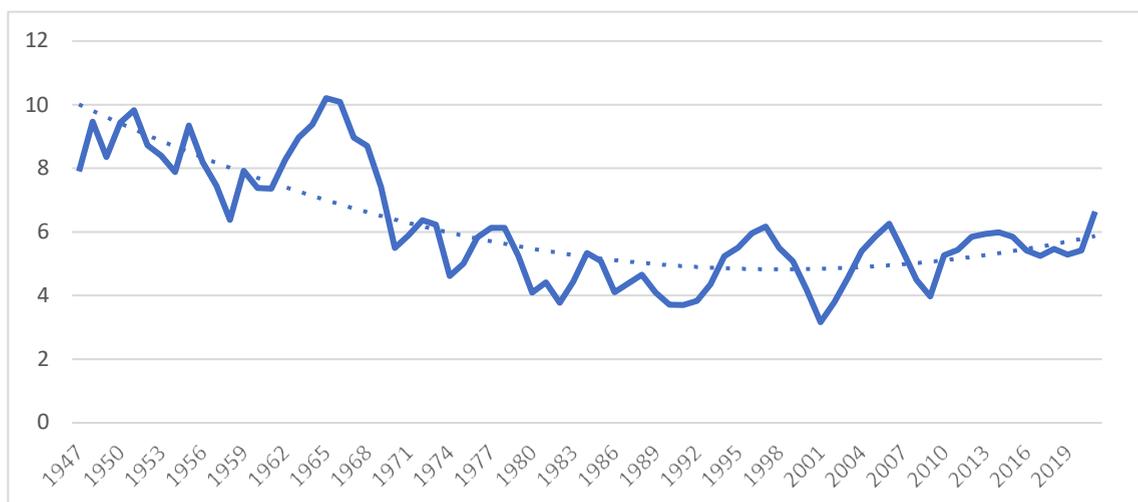
Quanto à relação entre o aprofundamento da financeirização e o aumento do gasto militar, verificou-se que é bastante significativa, tendo sido confirmada em pesquisa realizada por Akçagün e Elveren (2021), para o caso dos Estados Unidos durante o período de 1949-2019. Neste estudo foram consideradas as variáveis de financeirização comumente utilizadas na literatura e foram aplicados vários métodos econométricos. Os referidos autores demonstraram que o aumento da financeirização é paralelo ao declínio da taxa de lucro, conduzindo a maior elevação no total de gastos militares. Essa conclusão precisa de alguns desdobramentos.

A financeirização tem efeitos contraditórios, pois tanto pode entravar quanto impulsionar a taxa de lucro (Stockhammer 2009). Por um lado, gera efeitos positivos que evitam a queda da taxa de lucro, porque aumenta a oferta de crédito para famílias e empresas, mantendo elevada a demanda agregada. Por outro lado, a financeirização tem impactos negativos, ao ampliar a parcela financeira do lucro e subtrair parcela que iria para investimento produtivo. Com o declínio do investimento, cai o lucro operacional do setor produtivo o que, tendencialmente, mantém a taxa de

lucro mais baixa. O resultado final vai depender de algum fator exógeno como as exportações e/ou o gasto militar. É essa a dinâmica econômica que parece influenciar no avanço da militarização da economia estadunidense, onde os orçamentos de defesa são gigantescos. O gasto militar é positivamente relacionado com o lucro financeiro e com o lucro não financeiro. Em outros termos, o gasto militar eleva a taxa geral de lucro, e ainda, verifica-se nas sondagens dos números que o gasto militar tem mais forte relação com o lucro financeiro (Akçagün e Elveren, 2021).

O gráfico 1 a seguir ilustra o comportamento de longo prazo da taxa de lucro das corporações não financeiras nos Estados Unidos para o período de 1929-2022. Após propensão ao declínio ocorrido em várias décadas, a taxa de lucro inicia uma tendência de leve subida depois de 2000, interrompida por duas quedas específicas, na crise de 2008 e na crise da pandemia de Covid, em 2020. É notável a tendência de forte elevação da taxa de lucro com o início da Guerra na Ucrânia em 2022, um conflito de alta intensidade na qual o complexo industrial militar americano tem um papel decisivo tanto na fase de preparação (que remonta a 2014) como no prolongamento do conflito.

Gráfico 1: Estados Unidos - Taxa de Lucro das Corporações Não Financeiras 1929-2022

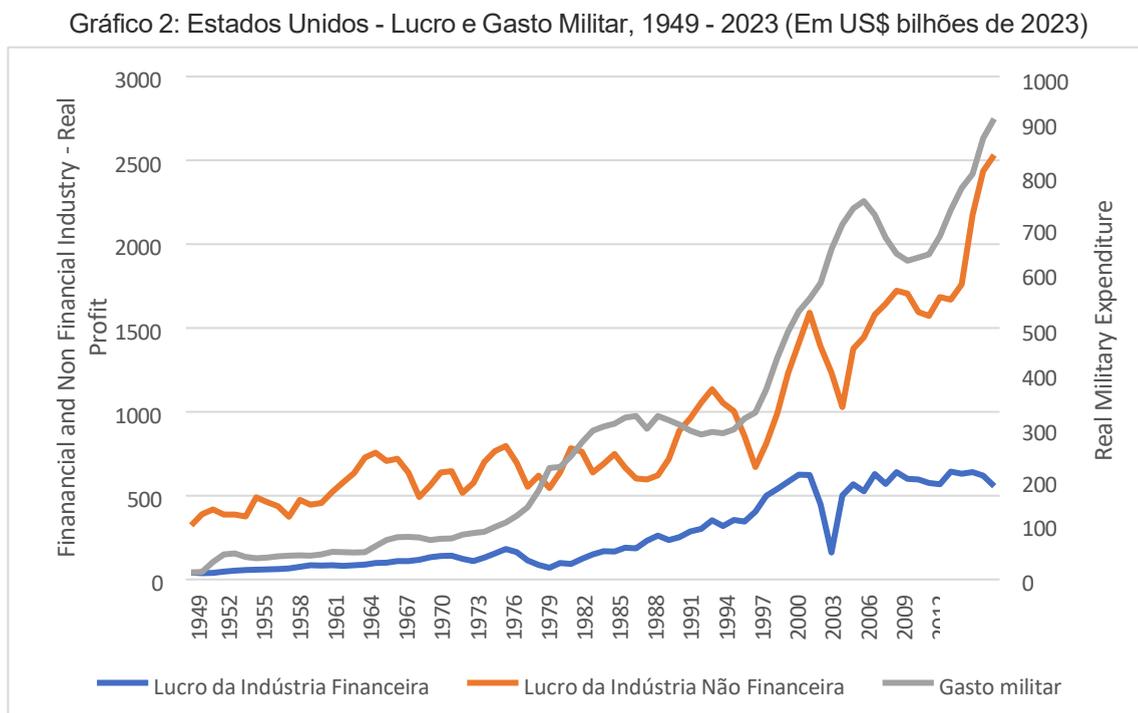


Fonte: BEA - U.S. Bureau of Economic Analysis. Elaboração própria.

Segundo dados do economista marxista Michael Roberts (2024), usando uma série longa para os anos 1960-2021, a margem de lucro do setor não financeiro nos

EUA cresce desde 2010. Nos seus cálculos recentes Roberts mostra que estão em níveis recordes (mais de 16% em 2021/22) e não muito aquém dos níveis mais elevados da era de ouro do crescimento capitalista em meados da década de 1960. Porém, esse o efeito positivo não é o mesmo para todos os setores. Atinge principalmente as sete megaempresas norte-americanas de tecnologia e de meios de comunicação social e empresas de energia; o resto das empresas norte-americanas estão a registrar baixa rentabilidade do seu capital. Na verdade, estima-se que 50% das empresas norte-americanas cotadas não são lucrativas (Roberts, 2024).

O gráfico 2, de dois eixos, apresenta o lucro da indústria financeira e não financeira dos Estados Unidos (eixo da esquerda) comparativamente ao gasto militar (eixo da direita). Os dados apontam que as três variáveis estão positivamente correlacionadas e com tendência de crescimento no período 1949-2023. Porém, o aumento do lucro não financeiro acompanha o aumento dos gastos militares com montantes mais acelerados.



Fonte: Para o lucro da indústria - BEA (U.S. Bureau of Economic Analysis); para o gasto militar - SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). Deflator: CPI - Consumer Price Index. Elaboração própria.

GASTO MILITAR E DÍVIDA PÚBLICA NOS ESTADOS UNIDOS

O Tesouro americano é o grande demandante da indústria de defesa e a dívida pública dos EUA é principal “arma de guerra”, fazendo o encontro entre o poder político e militar com o dinheiro dos especuladores e banqueiros (Fiori, 2004).

Para Fantacci e Gobb (2018), desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a mobilização militar, que permitiu aos EUA impor sua hegemonia, foi financiada por uma forma de dívida que não se destina a ser reembolsada, mas a flutuar indefinidamente nos mercados financeiros internacionais. “O capital móvel [capital rentista] representa a forma última das finanças de guerra. O livre mercado de capitais surge, por um lado, como uma resposta às exigências financeiras da Guerra Fria; por outro lado, contribuiu para a perpetuação de uma condição de beligerância constante por parte dos EUA” (Fantacci e Gobb, 2018, p. 93).

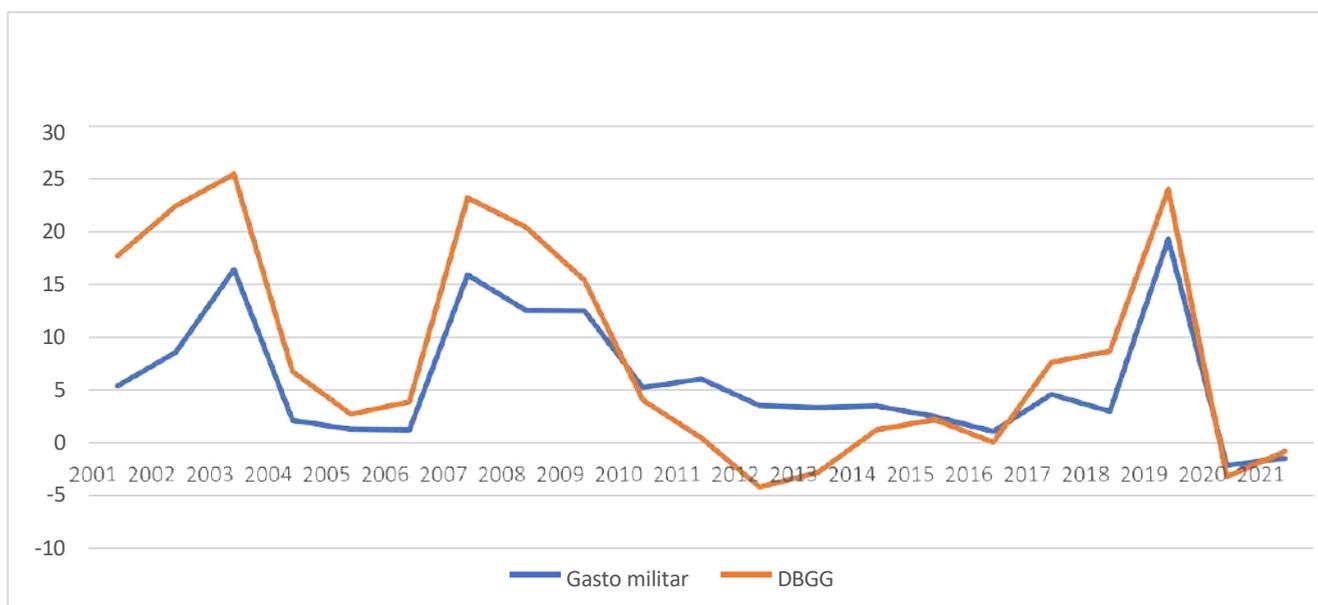
O financiamento da guerra se dá pela compra os títulos do Tesouro pelo Fed (Federal Reserve) e pelo setor privado (bancos comerciais são os segundo maiores compradores dos papéis). Por esse mecanismo, ocorre grande especulação com títulos públicos, onde bancos, empresas e famílias do topo da pirâmide social ganham emprestando ao governo, aumentando o patrimônio financeiro às custas da ampliação da dívida pública. Isso causa grave problema distributivo na sociedade americana onde a acumulação de ativos financeiros nas mãos do 1% mais ricos tem passado por uma escalada sem precedentes. Os trabalhadores se ressentem, porque tais recursos ao invés de estarem a serviço da destruição da vida de outros trabalhadores, poderiam estar aplicados em políticas de geração de empregos produtivos, saúde pública, infraestrutura e transferências de renda voltadas ao combate à desigualdade social.

Os países do resto do mundo, incluindo os países da periferia estadunidense, compram os títulos da dívida pública americana. Como descreveu Michael Hudson (2002), os capitalistas do resto do mundo que mantêm relações comerciais com os EUA recebem dólares pelo que vendem e parte desses recursos são empregados em *Wall Street* na compra de ações e títulos da dívida pública. Os EUA, que têm déficit comercial, empregam esses dólares que retornam, para cobrir o saldo negativo do balanço de pagamentos. É por esse canal que países da periferia “financiam” o

governo americano, suas forças armadas, complexo militar industrial e as guerras promovidas pelo império. Esse é o nexu fundamental entre o poder bélico americano e o dólar. Hudson infere que as reservas internacionais dos países da periferia como China, Brasil e demais governos do resto do mundo foram injetados na economia mundial não por causa do comércio exterior, nem mesmo por causa do investimento estrangeiro, mas pelos gastos militares. Foi o Estado americano, especificamente o setor militar, que empurrou dólares para as economias estrangeiras, diz o autor.

Em janeiro de 2024 a dívida pública dos EUA, segundo o Departamento do Tesouro, ultrapassou US\$ 34 trilhões, três trilhões a mais que em 2022, quando estava em torno de US\$ 30,93 trilhões. O déficit público foi de US\$ 1,5 bilhão nos primeiros 11 meses do ano fiscal de 2023, um aumento de 61%. O gráfico 3 apresenta o comportamento da taxa de crescimento real da dívida bruta do governo geral (DBGG) e do gasto militar no período 2001/2022. Como se vê, a dinâmica da dívida pública americana está simbioticamente ligada ao gasto militar, mostrando a existência de uma relação estrutural entre as duas variáveis, porque demonstram correlação em nível e em taxa de variação.

Gráfico 3: Estados Unidos - Taxa de crescimento real da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e do Gasto Militar - 2001-2022 (%)



Fonte: DBGG (Dívida Bruta do Governo Geral): World Economic Outlook. Gasto Militar: Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI. Deflator: CPI. Elaboração própria.

GUERRA E BOLSA DE VALORES

A guerra é um poderoso instrumento de acumulação financeira na bolsa de valores NYSE. De fato, a relação entre financeirização e militarização se manifesta também pelo canal da especulação com as ações de empresas vinculadas complexo militar industrial. As cinco gigantes da indústria de defesa (RTX - Raytheon, Lockheed, Northrop Grumman, Boeing e General Dynamics) apresentam valorização financeira muito acima da média do mercado, impulsionada pela elevadíssima injeção de dinheiro do governo para a compra de armas e equipamentos, a exemplo do que ocorre em período recente para abastecimento das guerras na Ucrânia e em Gaza. A cada autorização do Congresso americano de verbas para defesa, há picos no preço das ações do setor. Isso confere a essas corporações um grande poder de barganha e influência sobre rumos da política, principalmente em ano de eleições, quando atuam como patrocinadoras de campanhas de candidatos. Gasto público, dívida pública e bolsa de valores desenham um horizonte amplamente favorável para a expansão de seus negócios e em benefício de uma elite rentista parasitária que vive da máquina de guerra do Estado americano.

Entre os anos 2000 e 2023, as ações da Lockheed se valorizaram, em termos reais, em aproximadamente 1.143%; Raytheon, 176%; Boeing, 144% e a General Dynamics, 329%.

A indústria de defesa, inserida no ambiente altamente financeirizado da economia norte-americana, funciona segundo a lógica de maximização do valor do acionista (*shareholder value*) em que os lucros são preferencialmente destinados à distribuição de dividendos e ganhos de capital em detrimento de investimentos. Deve-se acrescentar que os CEOs dessas empresas, que recebem elevada remuneração, estão também entre os favorecidos. A pressão pela adoção de uma lógica de rentabilidade financeira compromete a oferta e a capacidade tecnológica e de inovação, o que pode estar na raiz da explicação da perda de competitividade para a indústria militar russa e chinesa, como está ficando claro nos campos de batalha da Ucrânia. O setor de defesa estadunidense tem se movido por objetivos especulativos mais que produtivos, enquanto seus principais adversários possuem complexos

militares industriais estatais, concentrados no esforço de proteção e segurança nacional.

Para Payne (2022), em suas tentativas de encontrar lucros irrestritos, o capital financeiro penetrou na esfera militar, resultando na financeirização da guerra, à medida que financiadores e investidores se tornaram profundamente entrelaçados com o complexo militar industrial. A financeirização se afina com o fortalecimento das forças armadas, entrelaçando bancos, gestores de fundos especulativos e grande número de financiadores individuais que se transformaram em acionistas de empresas militares dos EUA (Payne, 2022)

Nessa relação entre finanças e militarização, emergem os interesses dos gestores de ativos e dos grandes bancos, uma vez que são os principais acionistas das cinco gigantes do setor de defesa. São eles: BlackRock, Vanguard, State Street, Fidelity, Capital Group, JPMorgan Chase, Morgan Stanley, Newport Trust Company, Longview Asset Management, Massachusetts Financial Services Company e Bank of America, para citar apenas alguns (Gott; Seidman, 2023). Herrera (2013) fornece informações valiosas a esse respeito: “No início dos anos 2000, a proporção controlada pelo capital financeiro atingiu 95,0% da Lockheed Martin, 85,9% para a Stewart & Stevenson Serviços, 84,7% para Comunicações L-3, 82,8% para Northrop Grumman, 76,0 % da General Dynamics, 70,0 % para Raytheon, 66,0 % para Titan, 65,0% para Boeing, etc.” (Herrera 2013: 170).

BREVES CONCLUSÕES

A economia estadunidense do século XXI está amplificando seus mecanismos de proteção através do totalitarismo neoliberal, que lança mão da financeirização e da militarização para resolver suas contradições internas e crises de hegemonia. As saídas, cada vez mais estreitas, estão comprometendo esforços produtivos com investimento civil, destruindo o já limitadíssimo sistema de proteção social e colocando em perigo a própria condição de sobrevivência humana no planeta. Genocídio, ameaças nucleares e conflitos mundiais intermináveis são consequências dessa lógica levada até o último limite. Os 600 mil mortos do exército ucraniano e os 50 mil civis palestinos não sensibilizam uma economia guiada pela especulação

descontrolada e pela máquina de guerra. O sistema financeiro favorece a guerra e a guerra fortalece os ganhos rentistas, se retroalimentando.

Não obstante, é veloz a dilapidação de sua capacidade de legitimação e sustentação hegemônica. A falência da estratégia militarista e a insurgência dos países que formam a resistência ao mundo Ocidental aponta para o surgimento de uma nova ordem multipolar. Expor a lógica do gasto militar e das finanças mostrando seus vetores é um meio de ajudar a fortalecer a repulsa à ordem mundial monocentrista, que se alimenta morbidamente da energia gerada pelas próprias mazelas que cria.

REFERÊNCIAS

- AKÇAGÜN, Pelin & ELVEREN, Adem Yavuz (2021). Financialization and Militarization: an Empirical Investigation. Political Economy Reserch Institute (PERI), Working Paper nº. 545, jun.
- ARRIGHI, Giovanni. (1994). The Long Twentieth Century Money, Power, and the Origins of Our Times. London and New York: Verso.
- BARAN, P. and SWEEZY, P. (1966). Monopoly capital: An essay on the American economic and social order. New York: Monthly Review Press.
- ELVEREN, Adem Yavuz (2019). The Economics of Military Spending: a marxista perspective. Routledge Frontiers of Political Economy.
- FANTACCI, Luca & GOBBI, Lucio (2018). Mobile Capital as the Ultimate Form of War Finance. In: PIXLEY, Jocelyn & FLAM, Helena. Critical Junctures in Mobile Capital. Cambridge University Press.
- FIORI, José Luis (2004). O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J.L. (Org.) O Poder Americano. Petrópolis, Vozes.
- GOTT, Molly & SEIDMAN, Derek. Corporate Enablers of Israel's War on Gaza. Site Eyes on the ties, 26/10/2023. Disponível em: <https://news.littlesis.org/2023/10/26/corporate-enablers-of-israels-war-on-gaza/>
- HUDSON, Michael Hudson (2002). Super-Imperialismo. Pluto Press Release.
-

PAYNE, Corey (2022). Financialization Feeds Endless War. Site Convergence. Disponível em: <https://convergencemag.com/articles/financialization-feeds-endless-war/>

ROBERTS, Michael (2024). Profits: margins and rates. Michael Roberts Blog.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute (2024). Global military spending surges amid war, rising tensions and insecurity. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2024/global-military-spending-surges-amid-war-rising-tensions-and-insecurity>

STOCKHAMMER, Engelbert (2009). The finance-dominated accumulation regime, income distribution and the present crisis. Austria, Papeles de Europa 19, p. 58-81.

CHINA, RÚSSIA. ALVÍSSARAS

Elias Jabbour *

Em encontro ocorrido em março de 2023 entre os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin, em Moscou, o presidente chinês em sua despedida expôs ao seu homólogo russo que ambos estariam operando “mudanças jamais vistas em cem anos”. A leitura destas palavras pode ser múltipla, incluindo às ocorrências desencadeadas pela Revolução Russa de 1917 e seu processo histórico que incluiu eventos interligados desde a derrota do nazismo e do fascismo na Europa e na Ásia e a própria Revolução Chinesa de 1949. Na verdade, a Revolução Russa pautou o século XX, da mesma forma que na medida em que sua filha diletta (a Revolução Chinesa) vai tomando as rédeas da economia internacional.

Quem apostaria em meio aos trágicos acontecimentos do final da década de 1980 e o final da União Soviética em 1991 que três décadas depois o socialismo (China) corresponderia a 30% da produção industrial do mundo e já desafia a hegemonia tecnológica exercida pelo capitalismo central durante séculos? Além disso, conforme nos lembra o professor Javier Vadell, promove um processo de globalização – inclusiva e produtiva – que está a substituir aquela baseada nas finanças? Como a maior exportadora de valores de uso de nossa época, a geografia econômica do mundo está a mudar completamente em uma reversão do Consenso de Washington. A China exporta trens, portos, aeroportos, hospitais, escolas, cidades planejadas etc. Mas também está a frente de processos de industrialização de países periféricos como Bolívia, Zimbábue, Quênia, Indonésia etc inaugurando novos esquemas de planificação do comércio exterior que estão a mudar a face da periferia. Voltarei ao caso chinês mais adiante.

O caso russo não é menos interessante e vale a pena maior concentração. Em visão de processo histórico podemos dizer que a Revolução Russa de 1917 solucionou a questão nacional de um gigantesco país da periferia europeia. O final

* Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ) e de seus Programas de Pós- Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI). Autor, com Alberto Gabriele, de “China: o socialismo do século XXI”. Vencedor do Special China Award 2022.

da experiência soviética, por sua vez, recoloca no centro dos destinos da Rússia a sua independência nacional. O pós-URSS não foi seguida pelo reconhecimento do lugar da Federação Russa no concerto das nações. Ao contrário, foi iniciado um processo de contínuo cerco militar, indução ocidental a movimentos separatistas internos e humilhação nacional. Ou seja, passado o desmanche nacional da década de 1990 ganha força a consciência para quem a vitória completa do Ocidente sobre qualquer rastro de autonomia nacional ou sistema social estranhos ao capitalismo liberal demanda, tendo a Iugoslávia como laboratório, no desmembramento territorial da Rússia.

Diante desta realidade, desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder na Rússia, o país rapidamente se reorganiza enquanto capitalismo de Estado. Ou seja, grande parte do antigo estoque de ativos estatais foi agrupado sob forma de conglomerados estatais e uma série de empresas localizadas em setores estratégicos da economia foi reestatizada. Desde o início dos anos 2000 o país organizou a formação de grandes conglomerados estatais. Atualmente conta com cerca de 60 conglomerados nos mais diversos setores da economia, desde óleo e gás até aeroespacial. Eis um ponto fundamental na resposta sobre a resiliência russa às sanções. A retomada de uma “economia de guerra”. Interessante notar, neste sentido, que não estamos a lidar com uma economia que espelha, como a maioria dos países, sua pauta de exportações. Ao contrário. A particularidade russa é a de ser uma economia industrial, apesar de ser exportadora de matérias primas. A indústria corresponde a 26,6% do PIB e o setor de serviços, 67,8%. A questão da segurança alimentar foi alçada ao grau máximo desde a onda de sanções lançadas em 2014. Os dados são claros e abrangentes: A Rússia mais do que dobrou sua produção de cereais desde o início deste século. Saiu de 64 milhões de toneladas em 2000/2001 para 146,2 em 2022/2023. Em 2016, a Rússia conseguiu igualar a produção de cereais de toda a ex-URSS (que incluía um grande celeiro, a Ucrânia). Um grande esquema de substituição de importações fora lançado e passou a ser um princípio fundamental da política industrial russa. Em princípio, aplicou-se às compras governamentais e posteriormente estendidas às compras das empresas públicas e mesmo das empresas privadas.

Com esses dados, ainda superficiais, em vista não poderíamos nos surpreender que apesar de o país sofrer desde 2022, um verdadeiro ataque

econômico que foi muito além de tudo o que já havia sido feito contra Irã, Coreia do Norte, ou mesmo China – com previsão inicial das duas potências anglo-saxônicas e de seus aliados europeus era de que PIB russo caísse cerca de 30% já em 2022, a inflação alcançasse a casa do 50%, e o rublo russo se desvalorizasse algo em torno dos 100% - a Rússia resistiu ao impacto imediato das sanções econômicas em 2022. Em 2023, o PIB russo cresceu 3,5%, sua taxa de desemprego caiu para 2,9%, sua massa salarial aumentou 8%, sua renda per capita 5% e sua produção industrial aumentou 9,4%, entre março e agosto do mesmo ano.

Voltamos ao fator China. Irresistível não relacionar o sucesso russo em mitigar as sanções sem observar uma mudança em sua estratégia comercial pós-2014. Não é novidade que a China (e a Índia) ampliou sua participação na cesta de exportações de óleo e gás russos¹. Porém, o que importa são os projetos nascidos desde meados da última década que ao consolidarem uma tendência de longo prazo de unificação dos territórios econômicos de China e Rússia também se constrói a base material e territorial do que Xi Jinping chamou de “mudanças jamais vistas em cem anos”. Esta joint-venture territorial, uma junção dos projetos de “União Eurásica” (Rússia) e “Iniciativa Cinturão e Rota” (China) começaram a operar com o lançamento da rede de gasodutos “Força da Sibéria” inaugurada em 2020 e que pode ser considerada o turning point da estratégia russa de diversificação de receptores de gás e óleo fora da Europa. A história deste projeto inicia-se no enigmático ano de 2014. Em 21 de maio de 2014, Rússia e a China assinaram um acordo de gás de 30 anos com um investimento no valor de US\$ 400 bilhões para viabilizar o projeto. A construção teve início em setembro de 2014. Essa rede de gasodutos fora completada no ano passado (2023) com uma extensão de 3.371 km dentro do território chinês, dividida em três seções - norte, centro e sul. Termina em Xangai, passando por nove províncias e regiões autônomas, ligando-se à rede de gasodutos do Nordeste, à rede de gasodutos Shaanxi-Pequim e à rede de gasodutos Oeste-Leste. Mais: A

¹ A partir de janeiro de 2023, a China passou a liderar a demanda por petróleo russo (55,2 milhões de toneladas métricas por dia, com base em média de 30 dias consecutivos); é evidente a queda abrupta de exportações para a União Europeia desde o início do conflito na Ucrânia quando tanto a UE como os EUA impuseram sanções às importações de petróleo da Rússia. A UE proibiu as importações marítimas de petróleo bruto a partir de 5 de dezembro de 2022, enquanto os EUA proibiram todas as importações de petróleo e produtos petrolíferos da Rússia em 8 de março de 2022

China deverá ultrapassar a União Europeia como principal consumidor de gás natural russo após a entrada em funcionamento do gasoduto Força da Sibéria 2 até 2030. O gasoduto, atualmente em construção, transportará o gás das reservas de Yamal, na Sibéria Ocidental - a principal fonte de abastecimento de gás à Europa - para a China. O “Força da Sibéria 2” deve ser analisado com visão de conjunto. Trata-se do maior movimento feito pela Rússia no sentido de, no estratégico, se desvencilhar da dependência do mercado europeu de gás. Ou seja, deverá substituir o Nord Stream 2, que deveria ligar a Rússia à Europa, mas foi abandonado devido ao conflito na Ucrânia. Uma grande implicação estratégica: ao atravessar todo o território russo chegando à Mongólia Interior, além de se tornar um passo decisivo na consolidação da União Eurásica, também é fator que deverá ter grandes impactos no mercado de energia no mundo. A ver.

Indo mais à fundo estamos a observar a elevação a outro patamar da divisão social do trabalho em toda a região que envolve tanto Rússia e China quanto em relação aos seus países fronteiriços. Além disso, a “Economia de Projeto” chinesa, além de abrir margem a outra forma superior de acumulação, de orientação socialista e baseada em “novas forças produtivas qualitativas” está a espriar sua influência pela África e Oriente Médio. Em conjunto com a Rússia, tem sido a inspiração fundamental aos povos em luta pela independência nacional no Níger, Mali, Burkina Faso em contraposição aberta ao marxismo ocidental e acadêmico que espelham a decadência da filosofia ocidental pela via do ceticismo e do niilismo histórico ao separar o mundo entre democracias x autocracias e uma visão negativa da presença chinesa no Sul Global. A emergência de Rússia e China é mais uma evidência histórica para quem a Europa deixou, há quase 150 anos, de representar uma espécie de totalidade civilizatória. A Revolução Russa já fora uma demonstração de que o eixo da civilização já estava se movendo para fora do “centro”. Tendência que as revoluções nacionais e populares na periferia tenderam a comprovar. A esquerda e a perspectiva patriótica e socialista não morreram. O que morreu foi a filosofia europeia, levando consigo o sopro de vida que o marxismo um dia representou por lá. Lênin livrou o marxismo da Europa. O caminho está sendo apontado por China e Rússia. Os dois países que, no século XX, inauguraram a fase da transição da pré-história da humanidade ao início da verdadeira aventura humana

na Terra. Não é mera coincidência. Alvissaras.



PÊNULO DE LOBITO: ANGOLA E A GEOPOLÍTICA ENTRE AS GRANDES RIVALIDADES MUNDIAIS

Javier Vadell*

A política externa pendular de Angola, tendo como ponto focal o porto de Lobito, levantou muitas questões. Desde o fim da Guerra Civil, Angola é um país muito próximo da China. Recentemente, um aceno aos Estados Unidos lançou dúvidas sobre essa relação privilegiada.

A GRANDE SOCIEDADE SINO-ANGOLANA PÓS-COLONIAL

A geopolítica está diretamente relacionada ao controle de mercados e recursos estratégicos por parte das grandes potências. No continente africano, Angola tornou-se uma peça crucial do tabuleiro geopolítico imerso na rivalidade sino-americana. O que está em jogo hoje? E até que ponto a política externa do governo do presidente João Lourenço pode aproveitar uma conjuntura global crítica e navegar pelas fendas da rivalidade entre grandes potências?

A guerra civil angolana foi o conflito mais longo de África, durando 27 anos e culminando em 2002. A partir dessa nova realidade pacificada, pode-se dizer que o parceiro comercial e diplomático extrarregional mais confiável foi a República Popular da China (RPC), que estimulou o comércio e promoveu investimentos em infraestrutura. Angola, um grande produtor de petróleo, também se tornou uma fonte de abastecimento para a economia da China, variando de 7% a 9% do total de petróleo que a RPC importa do mundo.

A China tem sido um ator fundamental desde a reconstrução pós-Guerra Civil e o principal parceiro comercial de Angola desde então. Os números são realmente chocantes. Em 2022, segundo dados oficiais sistematizados pela Agência de

* Professor de Relações Internacionais da PUC-MG e pesquisador do CLACSO

Cooperação Internacional do Japão, o comércio internacional de Angola com a RPC representou 57,5% do total das exportações, seguindo-se a Índia com 7,7%. Os Estados Unidos da América (EUA) foram o terceiro maior parceiro comercial, com 5,3%.

A assimetria no comércio é evidente a favor da China e isso também está relacionado com a falta de diversificação das exportações de Angola, uma vez que a produção de petróleo prevalece na estrutura do PIB com quase 29% do total. De acordo com os mesmos dados, na composição dos produtos exportados de Angola em 2021, o petróleo representou 83%. Nas importações, embora com parceiros comerciais mais diversificados, a China também lidera com 15% do total, seguida de Portugal com 12% e muito atrás os EUA com 5%.

A irmandade da China com os países africanos é reforçada com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), inaugurado em 2000, como uma plataforma minilateral para o fortalecimento das relações de cooperação em sentido holístico, uma vez que o paradigma chinês de cooperação, ao contrário da porção ocidental da OCDE, inclui comércio e investimento. No ano seguinte, a RPC aderiu à Organização Mundial do Comércio e, em abril de 2002, a paz foi assinada em Angola, após a sangrenta guerra civil. Esta parceria bilateral sino-angolana foi reforçada com a assinatura do Memorando de Entendimento (MdE) da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI¹) durante a reunião ministerial do FOCAC realizada em Pequim em 2018.

O *timing* foi oportuno para ambos os lados: para a China, pela necessidade urgente de recursos naturais e energéticos e pelo estreitamento dos laços diplomáticos com os países africanos, e para Angola, pela necessidade prioritária de reconstruir a nação. Neste cenário, a China foi crucial para a reconstrução de Angola, participando em muitos projetos significativos.

Em aproximadamente vinte anos, a RPC participou: (a) da construção do novo aeroporto de Luanda com investimentos de US\$ 450 milhões; b) da reabilitação do caminho-de-ferro de Luanda (444 km), com um custo de 90 milhões de dólares; c) da expansão da rede elétrica de Luanda com a *China National Machinery and Export*

¹ Iniciativa Cinturão e Rota (BRI).

Corporation, com a obrigação de subcontratar 30% do valor à empresas angolanas; d) da reabilitação da linha férrea Namibe-Menongue (900 km) com um investimento de 2.000 milhões de dólares; e) de investimentos significativos em transportes públicos urbanos no valor aproximado de 500 milhões de dólares para as províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Uíge e Malange, com a aquisição de 5.500 viaturas – com a exigência do governo angolano de que parte dos veículos seja montada no país; (f) da construção, em 2006, do atual Hospital Geral de Luanda, com um custo total de US\$ 8 milhões, dos quais US\$ 6 milhões foram concedidos pela China e os restantes US\$ 2 milhões financiados por Angola; g) Construção, equipamento e transferência de conhecimentos em 53 instituições de ensino tecnológico. Entre elas, a construção de 13 institutos politécnicos secundários – gestão agrícola, administração etc. – em 2007 e mais de 21 em 2009.

Por fim, como menciona o título de nossa análise, devemos destacar aquele que talvez seja o mais importante trabalho de interconectividade na geopolítica regional. A recuperação da linha ferroviária Lobito (Benguela)-Luau (Moxico) com mais de 1.300 quilômetros ligando o porto de Lobito, no Atlântico, à fronteira de Angola com a República Democrática do Congo (RDC) e a Zâmbia. O custo do investimento foi de aproximadamente US\$ 1,8 bilhão. Três mil trabalhadores angolanos e cerca de mil e quinhentos trabalhadores chineses trabalharam nesta obra.

O CORREDOR DO LOBITO E A POLÍTICA EXTERNA DO PÊNDULO DE ANGOLA

Em 2017, o novo presidente de Angola, João Lourenço, tinha dois objetivos principais: 1) implementar políticas públicas para diversificar a economia orientada para a exploração petrolífera e investir na agricultura e na autossuficiência alimentar; 2) diversificação da política externa para reduzir a dependência da China. Ou seja, diversificar os parceiros de negócios para ganhar margens de autonomia. O impulso para esta dupla diversificação teve altos e baixos e teve impacto na política macroeconômica de Angola, no entanto, foi durante o segundo mandato de Lourenço que o ambiente geopolítico mudou a favor do país africano.

Em tempos de narrativas da Guerra Fria, refletindo uma complexa rivalidade entre China e EUA, os países do Sul Global encontram-se em uma encruzilhada. Além disso, o conflito na Ucrânia e o fracasso das sanções contra a Federação Russa despertaram o interesse dos EUA em se aproximar dos grandes produtores de energia e recursos minerais.

Neste contexto, o aceno de Angola ao Ocidente está condicionado por fatores nacionais e internacionais. Alguns analistas não só elogiaram a mudança de Lourenço na política externa angolana, como afirmaram, em 2022, que a lua de mel com a China havia acabado. Foram afirmações prematuras?

O conflito na Ucrânia, que envolve a Federação Russa e os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para além daquele país, desencadeou dois processos que estavam latentes. O primeiro foi uma espécie de insubordinação do Sul Global recusando-se a aplicar sanções à Rússia, o que acabou deixando-os estereis e, por outro lado, uma preocupação crescente dos EUA em se aproximar de países do Sul Global que produzem petróleo e minerais estratégicos.

Neste contexto, o Presidente João Lourenço, reeleito em 2022, fez uma visita aos EUA em novembro de 2023. O encontro com o presidente Joe Biden promoveu as relações diplomáticas e a cooperação bilateral em alto nível. Além de prometer incentivos ao comércio e investimentos, o foco de interesse foi o corredor de Lobito. Este complexo de interconectividade inclui: o porto de Lobito e uma ferrovia de mais de 1.300 quilômetros cuja reconstrução foi levada a cabo pela China, como acima se destacou. Esta linha ferroviária liga Angola à RDC e à Zâmbia e catapulta ambos os países para os mercados globais. O objetivo de sua revitalização é melhorar o acesso aos mercados dos Estados Unidos e da União Europeia para minerais estratégicos de ambos os países.

Os líderes de Angola estão conscientes de que o seu país é um território-chave e um eixo geopolítico crucial da África subsaariana, e não apenas por causa das suas reservas petrolíferas. O corredor de Lobito assegura o fluxo de recursos minerais estratégicos da RDC para o porto atlântico com um potencial extraordinário. A ferrovia não só se conecta com o interior da República Democrática do Congo como também

tem uma rota planejada para ligá-la à Zâmbia, um país mediterrâneo muito interessado em ligar o Oceano Pacífico, via Tanzânia², com o Atlântico, via Angola. Vale a pena notar que todos os quatro países subsaarianos mencionados são signatários do MdE da BRI, uma plataforma de infraestrutura liderada pela China.

Neste cenário, a aposta dos EUA em Angola é ousada e vai além dos anúncios bombásticos a que Washington nos habituou. Biden e Lourenço discutiram os principais investimentos econômicos dos EUA em Angola, nomeadamente através da emblemática Parceria para Infraestruturas e Investimentos Globais (PGI) do presidente norte-americano no Corredor de Lobito, com mais de 1 mil milhões de dólares em financiamento norte-americano.

Esses investimentos incluem o apoio a mais de 180 pontes rurais, a modernização da conectividade digital 4G e 5G em todo o país, a introdução do primeiro aplicativo de dinheiro móvel, o fornecimento de 500 megawatts de energia solar para a rede nacional e mais US\$ 1 bilhão mobilizado para o maior investimento ferroviário na África.

Em janeiro deste ano (2024), a aposta norte-americana duplicou com a visita do secretário de Estado Anthony Blinken a Angola. Na ocasião, os dois países assinaram um conjunto de 15 instrumentos de cooperação que incluíam: parcerias sustentáveis em setores como agricultura, comércio, telecomunicações, energia renovável, refino de petróleo, exploração espacial e defesa e segurança.

A equidistância pragmática parece ser a receita de Angola nestes tempos turbulentos. Durante a visita de Blinken, o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Tete Antonio, disse que "Angola é um país aberto ao mundo e as necessidades são tantas que há espaço para cooperação". Teve ainda o cuidado de deixar claro que: "engana-se quem pensa que a visita de Blinken significa um distanciamento da Rússia, que durante décadas foi o principal apoiante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder, ou mesmo da China".

² É importante lembrar que, na década de 1960, a RPC financiou o maior projeto de infraestrutura da África. A Ferrovia Tanzânia-Zâmbia, conhecida como Uhuru ou Tanzara Great Railway, permite à Zâmbia uma saída para o Oceano Índico.

CHINA DÁ O GOLPE FINAL, MAS ANGOLA BALANÇA O PÊNDBULO

O contrato de concessão do corredor de Lobito foi assinado pelo Governo angolano e por uma sociedade mista europeia, o consórcio Lobito Atlantic Railway (Trafigura, Mota Engil e Vecturis) em julho de 2023. Sua duração é de 30 anos, podendo ser prorrogada por mais 50 anos, caso a concessionária opte por construir os ramais de Luacano (Mixico, fronteira com a RDC) e Jimbé (Zâmbia). Em janeiro de 2024, o primeiro carregamento de minério da região de Katanga, na RDC, chegou ao porto de Lobito com 16 vagões.

Paralelamente ao sucesso do projeto do corredor de Lobito, neste mesmo ano de 2024 há o grande reencontro entre Angola e China, que começou com o acordo de proteção recíproca de investimentos em dezembro de 2023³ e foi consumado com a visita do Presidente João Lourenço ao país asiático em março de 2024. Durante o encontro, os líderes dos dois países anunciaram que levarão as relações bilaterais a um novo patamar. O resultado foi variado e muito promissor para o país africano. Ambos os países assinaram acordos nas áreas de intercâmbio e cooperação em desenvolvimento econômico, ecologia verde e projetos de baixo carbono. Além dos acordos assinados que também preveem o perdão da dívida e o trabalho conjunto para diversificar a economia angolana, o encontro entre Xi Jinping e João Lourenço, em Pequim, consolidou as relações bilaterais para estabelecer uma parceria estratégica abrangente.

Em um cenário de incerteza típico de um período de transição, a disputa por recursos e mercados é crucial no tabuleiro geopolítico global e essa disputa é atravessada por uma rivalidade cada vez mais clara entre China e Federação Russa contra os EUA e seus seguidores ocidentais na Europa, Israel e aliados históricos no Pacífico. Nesse contexto, algumas potências médias regionais se dão ao luxo de navegar pelos interstícios da rivalidade, capitalizar seu potencial e diversificar sua

³ Pequim cancelou as tarifas de importação sobre 98 produtos angolanos que começaram a entrar no mercado chinês a partir de 25 de dezembro de 2023. Este benefício foi alargado a outros países africanos.

dependência para ganhar margens de autonomia nesse emaranhado mundo multicêntrico. Angola parece ser um exemplo claro desta jogada arriscada.

PORTUGAL: ENTRANDO NO CICLO EUROPEU CONTEMPORÂNEO POR UMA “VIA BRASILEIRA”

Carlos Serrano*

APRESENTAÇÃO

As últimas eleições parlamentares portuguesas, no dia 10 de março, levaram Portugal, por uma “via brasileira”, ao ciclo europeu contemporâneo. Definiremos esse ciclo através de algumas características latas, não imediatamente reconhecíveis em todos os estados europeus, existindo, no entanto, rasgos gerais transversais, tendências que ganham formas e temporalidades distintas conforme as formações econômico-sociais, ou seja, a materialização histórico-concreta do modo de produção capitalista com as realidades nacionais. Por isso, antes de definir o ciclo, vejamos a dinâmica portuguesa, que explica o “atraso” português de entrada nesse ciclo.

A história e particularidade de Portugal no ambiente europeu é o de ser um país semiperiférico, um capitalismo retardatário, que sofreu o seu processo de conformação do capitalismo – com concentração e centralização de capitais – pelo alto, a partir da iniciativa do fascismo; que teve sempre uma existência voltada para fora, primeiro através do mais longo império colonial (e o último), entre 1415 e 1999, e depois com a entrada na Comunidade Econômica Europeia (CEE, hoje União Europeia (UE)), em 1985; esta realidade é derivada em grande parte de sua posição geopolítica, da ameaça existencial secular espanhola, que levou à dependência precoce para com a Inglaterra; o agravamento da dependência econômica nas últimas décadas, com a desnacionalização e desindustrialização da economia, e a inserção subalterna enquanto provedor de bens de serviço não-transacionáveis (em particular, o turismo), de bens industriais ligados ao agronegócio, como vinicultura e cortiça, e de alguns bens de luxo, mas não centrais, como calçados; a emigração como fator marcante e válvula de escape das tensões sociais e, apenas muito recentemente, a

* Mestre em Ciência Política UHLT (Lisboa) e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC)

imigração, que tem servido como elemento para garantir os mecanismos de superexploração de trabalho em um país de pequena população, cada vez mais envelhecida, e onde os jovens têm emigrado. Acrescente-se como particularidade histórica, ainda que recente, a Revolução dos Cravos, que em 25 de abril deste ano completa cinquenta anos, e que pôs fim ao regime fascista mais longo da história. Esta foi iniciada por um levante das forças armadas, em particular do baixo-oficialato (“capitães de Abril”), desencantada com a situação do país e desejosos de pôr fim à guerra colonial que desde 1961 vinha sangrando o país. Em seguida houve a entrada das forças populares e uma radicalização revolucionária, com medidas econômicas e sociais transformadoras, freada apenas por um corte com o golpe de 25 de novembro de 1975. Esta última revolução democrática, social e operária europeia do século XX, teve uma dinâmica própria, com suas particularidades, por sua vez: sua dimensão internacional (em sua origem, uma questão internacional, a descolonização africana; em seu fim, a posição geopolítica portuguesa e a sua participação na Aliança Atlântica; pelo meio a preocupação estadunidense de que significasse um fenômeno de dominó, com a emergência de um Mediterrâneo vermelho, ainda que tecnicamente Portugal não seja parte do Mediterrâneo); e seu caráter quase pacífico, caindo o regime de podre, mas sem um ajuste de contas com os agentes repressivos e os colaboradores do regime (que não foram poucos). Toda esta particularidade da formação econômico-social portuguesa explica que tenha entrado de forma retardatária no ciclo político europeu que, em nossa opinião, vem sendo gestado desde o início dos anos 2000, mas que alguns países começam a apresentar esta tendência antecipadamente, como a Itália, com a reforma política de 1993. Em certos pontos, Portugal chega atrasado mesmo ao penúltimo ciclo político europeu, que viu a crise dos partidos comunistas ocidentais.

O que estou a chamar de ciclo político europeu contemporâneo é uma refração das tendências mundiais, com a crise econômica do neoliberalismo – ainda que as concepções básicas de mundo, a mundivisão neoliberal, completamente vitoriosa, com reflexos sobre os limites ideológicos do polo oposto, a esquerda. Este ciclo é caracterizado pelo esfacelamento da esquerda – em particular à esquerda da social-democracia; por uma maioria política de centro-direita e direita, e o fortalecimento da

extrema-direita; ideologicamente por uma crescente securitização do discurso público, em particular da imigração e contra o eixo sino-russo; pelo aprofundamento do conservadorismo político e uma hegemonia ideológica neoliberal na economia, em que pendularmente se vai de uma política de austeridade à políticas de retoma econômica com instrumentos incapazes de reverter o processo de financeirização da economia (como o período Draghi no BCE, entre 2011 e 2019), e combinações disto pelo meio. Até agora a centro-direita e direita tradicional na Europa têm tido políticas distintas em relação às forças da extrema-direita. Inicialmente foi predominante a construção de um cordão sanitário, mas com a fragilização da esquerda, cada vez mais procedem com uma normalização dessas forças, inclusive, com uma “estratégia papagaio”, de mimetizar a agenda e políticas da extrema-direita. A hegemonia ideológica neoliberal reflete-se na esquerda com a adoção de agendas políticas “pós-materiais”, que vão muito adiante dos níveis de consciência da população, em geral detendo-se não em políticas de luta contra a opressão, mas no campo das lutas de identidades; abandonando políticas soberanas e a classe operária; e aceitando, não como política das elites, a integração econômica europeia neoliberal, a desindustrialização e a posição subalternizada à potência decadente estadunidense, mas como destino ou mesmo como elementos progressistas. A luta ambiental, também característica, é feita não em uma perspectiva casada com a justiça social e de desenvolvimento, mas de negação do desenvolvimento e/ou alteração de padrões de consumo (ainda que existam setores minoritários com outra perspectiva).

Marcante no cenário português, que o distinguiu do resto do cenário europeu, era a inexistência de uma extrema-direita e de partidos abertamente neoliberais; a presença de uma esquerda à esquerda da social-democracia com grande expressão, em particular a presença de um Partido Comunista forte e ortodoxo; e certo equilíbrio na comunicação social no eixo direito-esquerda. Era comum ao ciclo político europeu anterior, que se manteve por mais tempo – diferentemente do caso italiano como já referido – um bipartidarismo consolidado entre centro-esquerda e centro-direita (PS e PSD), em que acessoriamente era incorporado no caso de governos da centro-direita o CDS-PP, partido que servia de abrigo para todas as forças mais à direita do

espectro, sem um perfil definido por isso (originalmente democrata-cristão, depois agregado populistas de direita e neoliberais, com a presença de fascistas, mas sem este carácter marcado), um verdadeiro *catch-all party* do espectro mais à direita. Também vem do ciclo anterior, do qual se manteve, a partir da deriva neoliberal da social-democracia, a manutenção de um carácter progressista de bandeiras contra a opressão (como a aprovação do direito ao aborto em plebiscito) e a implantação de uma política de descriminalização do consumo da droga.

Contudo, a partir de 2011, toda a estrutura que vinha consolidada desde o início dos anos oitenta, com a normalização do regime democrático burguês (tendo como marco a revisão constitucional de 1982 e a extinção do Conselho da Revolução, por meio do qual o Movimento das Forças Armadas exercia uma tutela sobre a nova democracia), começa a ruir. Isto ocorre pois chega, com toda a força, os efeitos da crise imobiliária internacional, com grande impacto em Portugal, onde veio a se combinar a decadência produtiva iniciada com a reversão das conquistas econômicas democráticas da Revolução dos Cravos e a entrada na CEE (com um salto após a introdução do euro, que limitou a política monetária, beneficiando a Alemanha) à política equivocada de apostar na área de bens não-transacionáveis e um governo social-democrata, do Partido Socialista, dirigido por um articulador considerado corrupto (e com fortes indícios reais), José Sócrates. Esta crise é vendida em nível nacional como resultado exclusivo da governação socialista. Com o fim do XVIII Governo Constitucional, após a rejeição pela coligação negativa de PSD, CDS-PP, PCP e BE contra o novo Programa de Estabilidade e Crescimento, e a demissão do Primeiro-Ministro, ascendeu um governo de centro-direita e direita, ultra-neoliberal, liderado por Pedro Passos Coelho, que realizou uma política recessiva, indo para além das imposições da Troika que eles trouxeram ao país, verdadeira força diretiva, composta pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. Causaram forte emigração, decadência econômica, destruição do que restava do setor econômico público e retirada de direitos dos trabalhadores e aposentados.

Nas eleições ocorridas em 2015, a aliança troikista volta a vencer, mas com maioria relativa e em minoria em relação ao conjunto das esquerdas (PS, BE, CDU (PCP e PEV)). A partir da iniciativa do PCP, o cordão sanitário imposto até aquele momento às forças à esquerda da social-democracia no jogo parlamentar e governativo começa a cair: o secretário-geral Jerónimo de Sousa propõe uma política de viabilização parlamentar, realizada por acordo em torno de uma série de restituições de direitos, aceito pelos demais partidos de esquerda, garantindo um governo de minoria do PS, reeleito depois em 2019 da mesma forma (mas tendo ficado à frente desta vez, com maioria relativa). Contudo, como ocorreu na Europa, qualquer forma de apoio – que foi da viabilização parlamentar à entrada no governo – das forças à esquerda da social-democracia produziu uma debacle eleitoral desta pela absorção dos eleitores pela social-democracia. O “cordão sanitário” à esquerda, apesar de inviabilizar governos de esquerda e o crescimento da esquerda à esquerda da social-democracia (PS), mantinha um espaço próprio que desacelerava a transição de votos para a social-democracia (mas que lentamente já ocorria, por exemplo, no Alentejo, com a perda lenta, mas constante, de votos do PCP para o PS). Apesar da necessidade da chamada “geringonça” contra um novo governo de destruição nacional, a dificuldade das demais forças de esquerda (PCP, PEV e BE) de se diferenciarem, por um lado, dos elementos de não-avanço, e a incapacidade de colherem os louros dos avanços, levou a um desgaste que culminou no erro de uma nova coligação negativa que rejeitou, pela primeira vez na democracia, o orçamento de Estado, em 2021, levando a novas eleições, e uma punição pelos eleitores que deram uma maioria absoluta ao PS (beneficiada também pela extremamente eficaz e responsável gestão da pandemia e pelo medo da crescente ameaça fascista).

A nova configuração que sai das urnas em 2022 diminui a pressão à esquerda do PS, fortalecendo os setores menos progressistas do partido (derrota dos “Jovens Turcos” de Pedro Nuno Santos), e faz com que o governo estabilize na manutenção da situação e não desenvolva saídas potenciais. Problemas econômicos que vinham se acumulando, agravados pelos efeitos da massificação do turismo (motor da retoma económica pós-crise), com a gentrificação e uma crise urbana tremenda, foram

agravados pela nova fase da crise ucraniana com a operação militar especial russa e a especulação decorrente sob a ruptura das cadeias produtivas (já rompidas durante a pandemia) e elevação dos custos do gás e eletricidade (problema real na Alemanha, especulativo em Portugal, não dependente do fornecimento russo), e a inflação dos alimentos, que tornou os baixos salários portugueses – já pressionados pelo aumento dos aluguéis e preços de imóveis – ainda mais claros. Ia se configurando uma tempestade perfeita, que explodiu em fins do ano passado e que culminou nas novas eleições que levaram Portugal, definitivamente, a entrar no ciclo político europeu contemporâneo. Mas, a condição que se coloca é: que elementos fizeram uma aceleração tão grande do processo de transformação interna em Portugal que, em poucos anos, passou de um país descolado do ciclo europeu para que assumia de forma tão desenvolvida este ciclo?

A nossa hipótese é que chega, seja pelos laços históricos entre o país e o Brasil, seja pelas largas comunidades de brasileiros em Portugal, de portugueses no Brasil (e também de portugueses nos EUA, que ampliam essa tendência, como trataremos depois); seja pela similaridade de aspectos das duas formações sociais (inclusive pela aproximação portuguesa da dinâmica da dependência latino- americana); bem como pelos laços históricos dos fascistas tupiniquins e dos fascistas lusitanos (que remontam à proximidade entre os integralismos dos dois lados do oceano, o lusotropicalismo, e mesmo a imigração para o Brasil da ditadura empresarial-militar dos principais dirigentes políticos e econômicos do salazarismo, como o próprio Marcello Caetano para o Rio de Janeiro) por mimetismo, interpenetração, conexões e afinidades eletivas; foi através de uma via brasileira que Portugal entrou no atual ciclo fascistizante europeu, resultando no crescimento de um partido fascista, o Chega. Este que, poucos meses depois da aceitação da sua inscrição partidária, em 9 de Abril de 2019, pelo Tribunal Constitucional (apesar de contrariar a Constituição da República Portuguesa), elege nas legislativas do mesmo ano seu líder e principal articulador, o “Bolsonaro” português, André Ventura, como deputado único; passa para uma bancada de doze deputados em 2022, se tornando a terceira força política nacional; e conquista este ano de 2024 uma bancada quatro vezes maior, novamente como terceira força, com 48 deputados, e primeiro partido no

espectro da direita, com exceção do PSD, a ter mais de um milhão de votos, elegendo – intenção bloqueada na legislatura anterior – o sombrio Diogo Pacheco de Amorim como um dos vice-presidentes da Assembleia da República. Esta figura pode não dizer nada aos de fora de Portugal, mas tem uma história notável nas hordas de extrema-direita: foi dirigente do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), uma organização terrorista fascista responsável por ataques bombistas durante o verão quente de 1975 e o Processo Revolucionário em Curso (PREC), que vitimou, entre outros, o militante da organização maoísta União Democrática Popular (UDP), e candidato à Assembleia Constituinte, Padre Max, e sua aluna, Maria de Lurdes Ribeiro Correia. Ele ainda foi militante do CDS-PP e um dos fundadores do fascista Partido da Nova Democracia, já extinto.

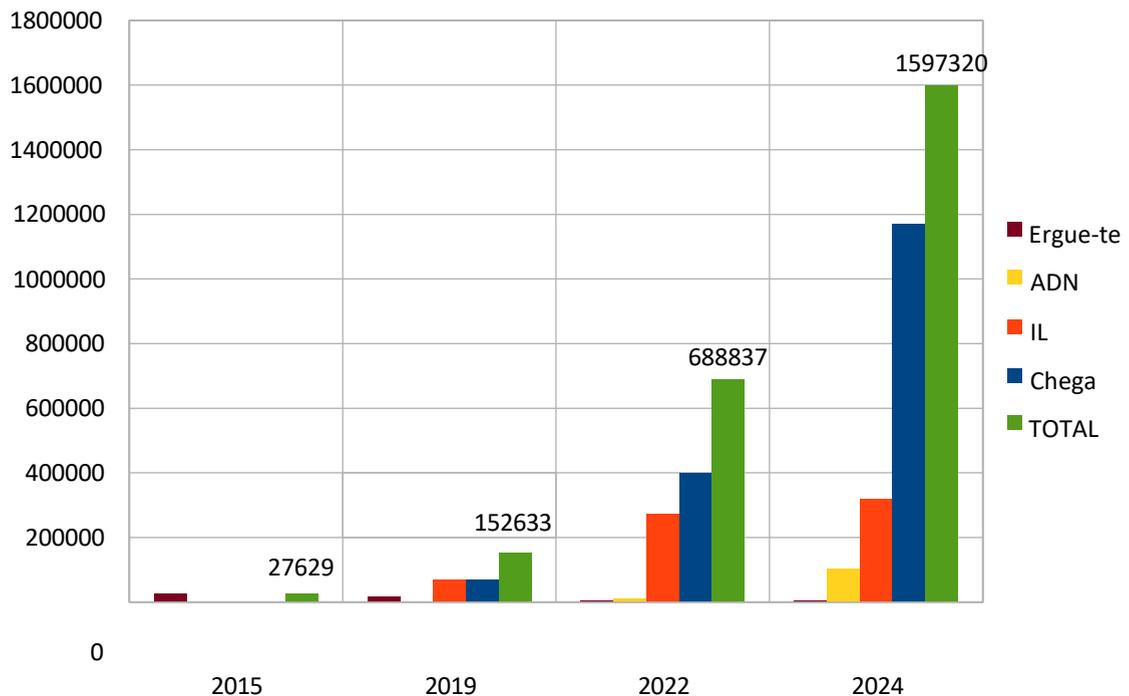
A ASCENSÃO FASCISTA EM PORTUGAL

Em 28 de Setembro de 1974, o presidente general António Spínola, em articulação com os elementos mais reacionários existentes no pós-25 de Abril, tentou realizar uma manifestação da chamada “maioria silenciosa”, que foi frustrada pela ação da frente revolucionária, e levou à demissão de Spínola. Claramente, esta não era uma maioria, fosse silenciosa ou não. Da mesma forma, como demonstraram os resultados eleitorais de 10 de março, em que 75% dos eleitores votaram em partidos não-fascistas, e o desfile popular do 25 de abril deste ano, em que não havendo números oficiais é considerada já a maior manifestação da história do país, ao menos desde o 1º de maio de 1974, o fascismo não é uma maioria, é uma minoria social. Contudo, é uma minoria cada vez menos silenciosa. E com um crescimento expressivo. Se somarmos os votos do partido que é identificado como fascista, claramente, o Chega, ao do Iniciativa Liberal (que é o equivalente ao Partido Novo no Brasil, em que seu ultraneoliberalismo o aproxima, tanto em programa econômico, como cada vez mais nas outras áreas, dos fascistas), o ADN (partido negacionista da COVID e da crise climática, contra os direitos LGBTQI+) e o Ergue-te (antigo PNR) veremos que a evolução deles é considerável. O ADN, inclusive, foi o partido que mais cresceu proporcionalmente entre as eleições de 2022 e 2024, passando de 10 mil

votos para 100 mil (ainda que não tenha eleito nenhum deputado), com apoio principal do setor evangélico, inclusive financeiro e político de líderes brasileiros, como os pastores Marco Feliciano e Silas Malafaia. Esta organização é impulsionada por ex-membros evangélicos do Chega que consideram que este se moderou.

Nas eleições de 2015 para 2019 e 2022, grande parte da votação dos novos partidos de extrema-direita, do qual o ex-PNR e atual Ergue-te não conseguiu se aproveitar, foi devido à migração de votos da direita tradicional CDS-PP e do PSD (antes centro-direita e atualmente direita). O CDS-PP inclusive, só retornou ao parlamento em 2024 graças à aliança com o PSD, pois pela primeira vez em sua história ficou fora da AR, em 2022. Contudo, o crescimento do Chega e do IL, mas principalmente do primeiro, entre 2022 e 2024, só tem uma explicação: a redução da abstenção eleitoral, que vinha crescendo desde os mínimos históricos na primeira eleição pós-fascismo para a Constituinte em 1975 (8,34%), com quebras pontuais e ligeiras na tendência em 1980, 2002 e 2005. Já em 2022, parte do crescimento da extrema-direita, após a maior abstenção de todas em 2019, foi deste fator, e entre 2022 para 2024 foi claramente esta a principal causa: a participação eleitoral passou de 48,57% de eleitores (5.251.064 votantes) em 2019, para 51,42% de eleitores (5.563.497 votantes) em 2022, para 59,84% de eleitores (6.473.789 votantes) em 2024. Note-se que se houve um aumento dos inscritos para votar, relevante entre 2015 e 2019 (o que explica em parte o crescimento da abstenção, pela alteração do universo de inscritos totais como eleitores (9.682.553 em 2015 para 10.810.674 em 2019), isto não se viu entre 2019 e 2024, mantendo sempre a mesma fasquia (10.820.337 em 2022 e 10.818.226 em 2024). Um indicador ainda mais importante foi o distrito de Faro, único onde o Chega (com 27,19% dos votos) ficou à frente do PS (25,46%) e da AD (aliança PSD, CDS-PP e PPM) (22,39%), e foi onde a abstenção mais caiu (10,48 pontos percentuais menos do que 2022). Neste distrito, o Chega teve nas eleições de 2022 12,3%. Outro exemplo: em Santarém, a abstenção caiu, entre 2022 e 2024, 8,83 p.p., e a votação do Chega cresceu 12,41 pp. Poderia se seguir, mas é desnecessário, pois este é o padrão. No total, a votação do Chega cresceu 10,89 p.p. de 2022 para 2024, e a abstenção caiu 8,42%, não explicando tudo, mas grande parte do aumento de votos.

Figura 1: Evolução total de votos nas legislativas da extrema-direita em Portugal (2015, 2019, 2022 e 2024).



Fonte: Gráfico construído pelo autor a partir de dados do CNE

Nota: Em 2015 existia apenas o atual Ergue-te, que concorreu em 2015 e 2019 ainda sob seu nome antigo (PNR). O ADN surge pela mudança de nome do PDR (surgido em 2015), que concorreu às eleições em 2015 e 2019, mas há uma alteração de natureza, que nos faz considerar que diferentemente do Ergue-te introduz um corte que vai para além da alteração de nome, por isso não são contabilizados nos partidos de extrema-direita os votos do PDR.

A grande questão é descobrir o porquê desse enorme contingente da população votar nos partidos de extrema-direita. Uma das explicações que vem sendo cogitadas é um sentimento anti-imigração. De fato, algumas das zonas importantes de onde vieram os votos de extrema-direita, como o Algarve (que coincide com o distrito de Faro), o Alentejo e a Grande Lisboa são as zonas de maior imigração no país. Contudo, em geral a imigração não é de grande escala no país, comparado com o conjunto da população – é mesmo uma das percentagens mais baixas entre os países europeus, mesmo que a percepção da presença imigrante, provavelmente pela concentração espacial e pelo peso importante em vários setores, como na construção civil, hotelaria, restaurantes, no setor turístico em geral, faça com que a distorção entre a percepção do total de imigrantes pela população e a percentagem real seja das maiores na Europa, como revelam os sucessivos relatórios estatísticos anuais do

Observatório das Migrações de Portugal. A mudança também no perfil de imigração, com o crescimento de grupos vindos da Ásia, pode também alterar a percepção da integração destes imigrantes pela população. Contudo, os relatórios estatísticos também demonstram que Portugal vem sucessivamente se destacando pela positiva na percepção da imigração como algo positivo. E mesmo o discurso fascista sendo cada vez mais anti-imigração, é notável que não seja o centro discursivo (o principal é o discurso moral, à Bolsonaro, e anticorrupção), e que o inimigo principal discursivo não seja o imigrante em geral. Isto deriva desta visão majoritária favorável da população à imigração. Lembremos, e não deve ser de menor importância, que muitos portugueses já viveram na emigração ou tem parentes que vivem fora do país, inclusive onde as forças fascistas são muito mais centradas no discurso anti-imigração. A ascensão de André Ventura, ainda quando candidato pelo PSD à Câmara Municipal de Loures, foi voltado contra os ciganos, única minoria étnica histórica, e este é um elemento ainda presente. Outro fator central para que a xenofobia seja um elemento importante, mas não em primeiro plano, é a presença de largas comunidades de imigrantes brasileiros e venezuelanos (estes últimos na Madeira, principalmente) que são em sua maioria conservadores e favoráveis aos partidos fascistas. A comunidade brasileira, inclusive, é a maior comunidade imigrante.

Então, onde encontraremos as bases para o descontentamento que move estes movimentos fascistas? O primeiro elemento é a existência de parte da população que nunca se reviu no regime democrático. Entre estes estão, por exemplo, muitos – mas não todos, obviamente – dos chamados “retornados”, ex-colonos das colônias africanas que enxergam no regime democrático, no 25 de Abril, como culpado da perda de propriedade, posição social ou de estilo de vida, já que com a descolonização tiveram de retornar às pressas para Portugal continental (meio milhão só de Angola e Moçambique, chegando em apenas um ano). Poderíamos apontar aqui outros fatores: o crescimento das forças fascistas na Europa, EUA e Brasil; o crescimento da comunidade brasileira, com muitos evangélicos de denominações fascistizantes; e, apesar dos resultados favoráveis econômicos, dos limites da

governança do Partido Socialista nos últimos anos, amplificado pela ação do judiciário e das mídias.

Os governos do PS tiveram grande avanço enquanto estavam condicionados pelo acordo que criou a “geringonça”, ocorrendo a reposição de vários direitos, a criação do passe único intermodal (por exemplo, para um cidadão adulto, o passe custa quarenta euros mensais e dá direito a se utilizar todos os transportes públicos da grande Lisboa), entre outras medidas. A gestão da pandemia também foi destacada em nível internacional como de excelência. Contudo, a pandemia destampou a realidade do sistema público de saúde, posto sob pressão, e que levou a que depois da superação desta os limites acumulados por sucessivos governos em relação ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) aparecessem. A recuperação da crise econômica pós-governo da Troika foi também puxado em grande parte pelo turismo de massas, com efeitos perturbadores da estrutura e da vida social e comunitária em todo o país, em particular nas grandes cidades, com forte pressão sobre o mercado de arrendamento e de compra e venda de imóveis, com uma bolha especulativa crescente e a gentrificação decorrente. O custo de vida, que em geral era baixo para padrões europeus, e assim compensava até certo ponto os baixos salários, começou a ser pressionado, primeiro pela situação no mercado imobiliário, mais ainda depois da pandemia, e pela especulação em torno à Guerra na Ucrânia, levando a que as condições de vida da população sofressem um enorme revés. As medidas do PS foram insuficientes para reverter este quadro, ainda quando importantes, como os subsídios para o auxílio ao arrendamento e os aumentos extraordinários de aposentadorias. Neste cenário, a direita viu uma possibilidade de retomar ao governo, porém, a fraqueza de seus líderes, como Rui Rio e depois Luís Montenegro, no PSD, abriu espaço para que a contestação recaísse nas mãos de um líder carismático fascista, André Ventura, ainda que não fosse esse o plano inicial dos grandes meios de comunicação.

E estes meios de comunicação foram fundamentais na amplificação de uma série de indícios de corrupção no governo. Alguns meios de comunicação, como a

CMTV, apostam também permanentemente no terrorismo midiático sobre a segurança pública, repetindo e amplificando casos pontuais, criando uma sensação de insegurança em um dos países mais seguros do mundo. E combinaram-se assim dois fenômenos: a grande comunicação social tradicional a criar um ambiente de descrédito das instituições, e as redes sociais a disseminarem, seguindo o padrão brasileiro do “gabinete do ódio”, falsas informações, teorias conspiratórias e propaganda de extrema-direita. Contudo, a importância da televisão no caso português é fundamental, pois segundo estudo divulgado em 2022, intitulado “Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses em 2020”, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, 90% dos portugueses assistem televisão diariamente, acima da média europeia de 81%, e entre os idosos chega aos 98%, sendo precisamente os noticiários, reportagens e informação os mais visionados por 81%, bem à frente de filmes (57%), que estão em segundo lugar (Pais, Magalhães & Antunes, 2022). Conforme estudo do o MediaLab, centro de investigação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e a Empresa (ISCTE-IUL) focado na comunicação em espaço público, se em 2016 havia entre os comentadores fixos na televisão um equilíbrio entre direita e esquerda (23 de esquerda e 22 de direita), em 2023 há um predomínio de direita (37 contra 25), e se em 2016 havia 8 comentadores sem orientação política identificável, hoje há o dobro, 16 (e sabemos que quando não há identificação clara da orientação ideológica, isso normalmente significa um alinhamento à direita, ao senso comum). O mesmo estudo identifica que “em 2023, na televisão, tal como nas edições anteriores deste relatório (2016, 2019, 2020, 2022), verifica-se entre os comentadores com espaço semanal de opinião e tendência política definida, uma maior proporção de comentadores posicionados à direita do espectro político (60% do total), face aos de esquerda (40%). A análise a outros media em 2023, permite constatar que esse desequilíbrio, em favor da direita, também se encontra na rádio (55% vs. 45%) e de forma mais acentuada nos meios online (64% vs. 36%)” (Cardoso & Couraceiro, 2024, p.16). E, “nos canais generalistas da TDT (televisão digital terrestre), ou seja, RTP1 e RTP 2, SIC e TVI, o perfil tipo é de homens de direita, embora os canais RTP se distingam por um maior equilíbrio em termos políticos” (Cardoso & Couraceiro, 2024, p.38).

Colaborando para construir este clima de insatisfação social e de radicalização à direita existem particularidades, mas que são adaptadas em relação ao que foi utilizado no Brasil com as manifestações de massa de 2013: a mobilização por sindicatos inorgânicos em relação ao quadro das centrais tradicionais; mobilizações das forças de segurança por fora mesmo dos quadros sindicais e a tentativa de criação pelo fascismo de estrutura sindical própria. Podemos referir a atuação da Ordem dos Enfermeiros, equivalente ao conselho profissional no Brasil, em particular de sua então bastonária, a enfermeira Ana Rita Cavaco, que atuou, por exemplo, com ostensividade no ataque ao governo e no suporte às manifestações de sindicatos independentes de enfermeiros, inclusive em greves longas. Foram levantadas, inclusive, suspeitas de que a Ordem e setores privados de saúde tenham dado contribuições para um *crowdfunding* para apoiar a greve. Ana Rita Cavaco é sabidamente ligada ao PSD e amiga de André Ventura, do Chega, tendo mesmo se feito presente na II Convenção Nacional do Chega, em 2020 (LUSA, 2020, s.p.). O Chega anunciou, a copiar neste caso o modelo do espanhol VOX e seu “Solidaridad”, em 2022, “um movimento sindical, em alternativa à CGTP-IN e à UGT, tradicionalmente mais ligados à esquerda [...] (e) decidiu promover – não criar, porque não o pode fazer por lei –, dialogar para incentivar a criação de uma federação sindical” (Gomes, 2022, s.p.). Contudo, até agora, esta iniciativa não avançou (seja por ser um espaço que está muito ocupado por outras forças políticas, seja pelo próprio universo de sindicalização que está a cair em toda a Europa).

Mais importante, no entanto, é a entrada fascista nas forças policiais, que se aconteceu no Brasil via milícias, ocorreu lá via um movimento organizado por fora das estruturas sindicais tradicionais, o Movimento Zero. Este “surgiu em 2019 depois da condenação de vários agentes da Divisão da Amadora por agressões a seis jovens da Cova da Moura” (Araújo, 2024, s.p.). Como assume um dirigente do Chega, “há muito que ‘o Chega tem nas forças de segurança, através do Movimento Zero, centenas de apoiantes’ [...] Um coronel da GNR admite: ‘Sabemos que o Chega tem agregado efetivos nas forças de segurança, que veem naquele partido o único que

defende as suas reivindicações.’ Pedindo anonimato por ‘questões disciplinares’, explica que ‘há grupos formais e informais do Movimento Zero e os protestos promoveram uma onda forte de novas adesões’” (Araújo, 2024, s.p.).

Desta forma, o Chega se configurou – similarmente ao bolsonarismo – em uma frente fascista de cristãos ultra-conservadores, fascistas do velho regime, membros do judiciário golpista, da polícia e do grande empresariado neoliberal. Se a aposta central da grande burguesia continua voltada ao PSD e o IL, o Chega é um plano B importante. E, antes mesmo do enorme sucesso eleitoral recente, já alguns grandes empresários avançavam em seu apoio, por exemplo, em jantar organizado em 2020 em sua quinta, por João Maria Bravo, que “é dono do grupo Sodarca, certificado pela NATO, e lidera o fornecimento de armas, munições, tecnologia e equipamento militar ao Estado, Forças Armadas e de segurança. No seu conjunto de empresas inclui-se a Helibravo, com uma frota de helicópteros e um avião executivo para diversos fins, entre eles o combate a incêndios” (Carvalho, 2020, s.p.). A ideologia fascista transborda de seu ódio ao 25 de Abril e ao regime democrático: “Desde 1974 que o País se afunda, e este já é o governo mais caro de sempre [o do PS]. O André [Ventura, líder do Chega] é o único que coloca o dedo na ferida e fala do que queremos ouvir. Faz propostas honestas, pretende pôr o País na ordem, combater a impunidade e fazer a economia florescer” (Carvalho, 2020, s.p.). Estava presente, também, “Miguel Félix da Costa, cuja família liderou, durante 75 anos, a filial portuguesa da multinacional de lubrificantes Castrol. O empresário encabeça a Slil, holding com participações no imobiliário de luxo, hotelaria e turismo, e gere a Sociedade Agrícola de São Cristóvão, na Herdade de Mata Ladrões, em Montemor-o-Novo” (Carvalho, 2020, s.p.), e que afirmava que “o que me levou a apoiar André Ventura foi a preocupação com a política das esquerdas mais radicais que pretendem destruir os nossos valores e cultura’, explicou à VISÃO, resignado à incapacidade de PSD e CDS, ‘órfãos de líderes tipo Sá Carneiro ou Paulo Portas, fazerem oposição eficaz e imporem-se como alternativa política’. Segundo ele, está em curso ‘um ataque nunca visto aos nossos valores e princípios, manipulado por uma extrema-esquerda insaciável. O desafio do Chega é conseguir despertar e motivar uma direita adormecida que não vota e apenas sabe criticar. Ventura tem capacidade de mover

montanhas e arrastar milhões de potenciais votantes’, crê o empresário, satisfeito por ver no partido guarida para as suas causas: iniciativa privada pujante, ‘forças de segurança fortes, motivadas e bem equipadas’, dignidade para profissionais de saúde e uma Justiça que ‘acabe com a corrupção que ela própria criou e fomenta’” (Carvalho, 2020, s.p.). Outros também lá estavam, como Carlos Barbot, “patrão do império industrial Barbot, cujos negócios vão das famosas tintas ao imobiliário, e de Portugal continental às ex-colónias (Angola, Moçambique e Cabo Verde), com passagem também pela Zona Franca da Madeira” (Carvalho, 2020, s.p.).

A OPERAÇÃO POLICIAL QUE DERRUBOU UM GOVERNO DE MAIORIA ABSOLUTA E O PAPEL PRESIDENCIAL NO GOLPE

Contudo, apesar de todas estas movimentações, apesar de tudo, em 2022 o PS conseguiu maioria absoluta para governar. A queda só poderia vir, então, por uma renúncia do Primeiro-Ministro (PM), António Costa, e mesmo assim se esta fosse aceita pelo Presidente da República (PR), Marcelo Rebelo de Sousa, e que este, por sua vez, optasse por não devolver ao Partido Socialista o direito à indicação de um novo PM e preferisse dissolver a Assembleia da República e chamar novas eleições. Este cenário, improvável, acabou por ocorrer e levar às novas eleições de 10 de março de 2024. Isto revela as opções políticas do PR, figura historicamente da direita, ligado ao PSD, do qual já foi inclusive líder partidário, e a incapacidade de o Partido Socialista entender o perigo que Marcelo representava para o campo progressista e não ter lançado um candidato de esquerda para impedir a reeleição de Marcelo em 2021. Contudo, apesar de tudo, o que revela muito da cabala das forças judiciárias e policiais – e a colaboração dos meios de comunicação e dos setores empresariais – foi a razão para a demissão do PM, já desgastado por toda a campanha orquestrada por anos contra ele e o governo, somado ao desgaste natural de sua governação, inclusive por seus próprios limites: a Operação Influencer.

Como bem definiu o jornalista do Correio Braziliense, Vicente Nunes, em seu blog, “a Operação Influencer foi deflagrada em 7 de novembro de 2023, seguindo o

modelo da Operação Lava-Jato no Brasil, com toda a sua espetacularização. O nome do então primeiro-ministro foi citado no último parágrafo de uma nota à imprensa emitida pela Procuradoria-Geral da República (PGR)” (Nunes, 2024b, s.p.). Nesta mega-operação, largamente coberta pelos meios de comunicação, “foram realizadas buscas e apreensões nos ministérios de Infraestrutura e de Ambiente e da Ação Climática. Os chefes das pastas — João Galamba e Duarte Cordeiro, respectivamente — foram indiciados e responderão a processos. Além do chefe de gabinete de Costa, foram presos na operação de contou com mais de 140 policiais, o empresário Diogo Lacerda Machado, que se apresenta publicamente como amigo do primeiro-ministro demissionário; o presidente da Câmara de Sines, Nuno Mascarenhas; o CEO da empresa Start Campus, Afonso Salema; e o diretor Jurídico e de Sustentabilidade da companhia, Rui Oliveira Neves” (Nunes, 2023, s.p.). As acusações versariam sobre supostos favorecimentos do governo “à empresa Lusorecursos na exploração da mina de lítio em Montalegre, mesmo ela não fazendo parte do grupo que obteve o direito de prospecção. Esse benefício foi concedido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que também está na mira do Ministério Público. O mesmo favorecimento teria sido dado à Start Campus para a exploração de hidrogênio no Porto de Sines” (Nunes, 2023, s.p.).

Esta ação do Ministério Público, inclusive com erros bizarros, como o de transcrição que colocou António Costa, primeiro-ministro, como suspeito, no lugar do Ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, foi derrubada pelo Tribunal da Relação de Lisboa, para quem o MP “não conseguiu apresentar nenhuma prova de que Costa e os então ministros tinham favorecido um grupo de empresários” (Nunes, 2024b, s.p.). Para este Tribunal, “a Operação Influencer foi um fiasco e o Ministério Público confundiu um debate de ideias a casos de prevaricação. As ligações telefônicas interceptadas a pedido dos procuradores apontam discussões dentro do governo passado sobre temas de interesse do país, como investimento em empreendimentos que resultariam na criação de empregos” (Nunes, 2024b, s.p.). E, “no máximo, na avaliação da Justiça, poderia ter havido tentativa de lobby, o que não é crime em Portugal. O próprio Ministério Público admite que ainda não tem provas contra todos os nove acusados de corrupção. Os procuradores dizem que ‘continuam

trabalhando para comprovar as acusações” (Nunes, 2024b, s.p.). É a versão portuguesa do “não tenho provas, mas tenho convicções” do malfadado procurador brasileiro da Lava-Jato.

Contudo, a verdade sobre os fatos só veio à tona depois de que a intenção mobilizadora já tinha se concretizado: derrubar o governo de maioria absoluta do PS e asfaltar o caminho para o retorno da direita e o crescimento da extrema-direita (uma outra operação espetacular na Madeira, governada pelo PSD, serviu também para desgastar a direita tradicional no início deste ano). Esta foi amplificada pelos meios de comunicação, e com o auxílio mesmo da propaganda de empresas, como a rede Ikea, que fez anúncios espalhados por todo o país a brincar com a suposta corrupção de assessor de Costa.

Em uma versão acelerada da Lava-Jato, mais pontual – ainda que não solta no espaço, pois antecedida por várias outras ações de descriminalização – mas que serviu aos objetivos propostos, tivemos numa ação de *lawfare* a derrubada de um governo de esquerda, a colocação de um governo de direita e um salto na força do fascismo em Portugal. Por uma via brasileira, por esta via brasileira, com todos os elementos possíveis (de líderes evangélicos brasileiros aos viúvos da ditadura, passando por policiais, Judiciário e meios de comunicação) Portugal entra, infelizmente para seu povo e para o progresso no mundo, no ciclo europeu político-ideológico contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Araújo, Amadeu. 2024. “Movimento Zero toma conta do protesto das forças de segurança”. *Expresso*, 11 de Janeiro.

Cardoso, Gustavo & Couraceiro, Paulo (Coordenadores). 2024. *Comentário político nos media 2023 Análise ao comentário político em Televisão, Rádio e Meios online em Portugal*. Lisboa: MediaLab Iscte.

Carvalho, Miguel. 2020. “Grande investigação: os empresários e as redes que apoiam Ventura”. *Visão*, 23 de Julho.

LUSA. 2020. “Bastonária dos enfermeiros foi à Convenção do Chega "dar um beijo de amiga" a Ventura”. *TSF*, 20 de setembro.

Nunes, Vicente. 2024a. “Evangélicos brasileiros mostram força nas eleições de Portugal”. *Correio Braziliense*, 13 de abril de 2024. <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2024/03/6817569-evangelicos-brasileiros-mostram-forca-nas-eleicoes-de-portugal.html>.

_____. 2024b. “A real de Portugal: Justiça derruba acusações de corrupção contra António Costa”. *Correio Braziliense*, 18 de abril. <https://blogs.correio braziliense.com.br/vicente/a-real-de-portugal-justica-derruba-acusacoes-de-corrupcao-contra-antonio-costa/>

_____. 2023. “Investigado por corrupção, primeiro-ministro de Portugal renuncia”. *Correio Braziliense*, 7 de novembro. <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2023/11/6651601-portugal-primeiro-ministro-renuncia-apos-denuncias-de-corrupcao.html>

Pais, José Machado, Magalhães, Pedro e Antunes, Miguel Lobo (coordenadores). 2022. *Inquérito às práticas culturais dos portugueses 2020: síntese dos resultados*. Lisboa: ICS.

Silva, Patrícia J. da. 2021. “Lawfare no contexto da operação Lava Jato”. In *Lawfare como ameaça aos direitos humanos = Lawfare as a threat to human rights*, organizado por Helena Esser dos Reis & Osmar Pires Martins Júnior (orgs.), 2ª ed, 20-38. Goiânia: Cegraf, UFG.

GRÃ-BRETANHA E ALEMANHA

Ricardo Gomes*

GRÃ-BRETANHA – O ENCOLHIMENTO DOS TORIES

No segundo semestre desse ano teremos eleições gerais na Inglaterra. O provável cenário aponta para uma derrota acachapante do Partido Conservador (Tories) – talvez a maior em sua longa história de mais de 300 anos – e o retorno ao poder do Partido Trabalhista (Labour) depois de 14 anos. Essa catástrofe eleitoral tem um único culpado, o próprio Partido Conservador. Desde que assumiu o poder numa chapa com o Partido Liberal em 2010 - e sozinho a partir de 2014 – os Tories são os únicos responsáveis pelo acentuado declínio material e moral da Inglaterra.

O país ainda não se recuperou da grave crise do Capital de 2008. O receituário econômico aplicado ao longo desses anos não catapultou a Inglaterra para níveis positivos de crescimento, ao declínio no índice de desemprego, ao aumento da renda da população, a uma inflação controlada, a uma melhora nos serviços públicos, e um maior volume de investimentos estruturais. Muito pelo contrário. O retorno ao irresponsável, ineficaz e arrogante thatcherismo vem levando o país a uma realidade cada vez mais repulsiva. A alternativa pela “austeridade” provou ser mais uma vez uma ideia perigosa.

O trabalhador médio na Inglaterra está 14 mil libras mais pobre se compararmos com o contexto pré crise de 2008. De 2010 - 2019, o gasto público despencou de 41% a 35% do PIB. Para os Tories, tudo isso era válido, pois os tempos da ‘irresponsabilidade’ estavam sendo substituídos pela era da austeridade. A Inglaterra crescia a 1.8% em 2013 provando ser o primeiro país europeu a sair da crise financeira. A austeridade era a bola da vez, o discurso vencedor.

* Doutorando do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)

O aumento nos índices de imigração e o dinamismo de Londres, mascaravam a realidade da vida nacional, de baixos salários, de precariedade do trabalho num contexto de subinvestimento crônico.

Uma das áreas mais afetadas foi o sistema de saúde britânico, um orgulho nacional. A agenda da austeridade provocou um aumento exponencial na mortalidade infantil e no retorno do raquitismo. Afetou diretamente as mulheres congelando a expectativa de vida das mesmas, principalmente nas classes menos afortunadas, é claro.

Esse pano de fundo foi responsável pela onda nacionalista que tomou o país resultando no Brexit. Nas áreas mais afetadas pela agenda da austeridade o partido de Nigel Farage recebeu muito apoio, validando o seu discurso anti-imigração e anti-UE – a União Europeia acorrentava o desenvolvimento da Inglaterra. Os Tories nada fizeram para frear Farage, pelo contrário, embarcaram na onda.

Um Estado sucateado provoca uma sensação de pessimismo e de falta de alternativas. Os conservadores construíram essa verdade, vendendo a austeridade como a única alternativa ao socialismo. Entretanto, ao insistir nesse modelo nos últimos 14 anos, os Tories são os únicos responsáveis pela decadência material e moral da Inglaterra.

Com índice de desemprego a 5.2%, um crescimento econômico baixo de 1.3% em média nos últimos 10 anos, o sucateamento do sistema de saúde, índices sociais negativos, um subinvestimento crônico e posições morais duvidosas de membros do parlamento, principalmente dos quadros dos Conservadores (Boris Johnson durante a pandemia da covid-19), favorece a esquerda e principalmente o Partido Trabalhista.

Entretanto, essa oportunidade é um desafio muito grande para o Labour. Nesses últimos 14 anos o desempenho do Partido Trabalhista vem sendo decepcionante - preso aos argumentos de duas lideranças pouco convincentes: Ed Miliband e Jeremy Corbyn. Vis-à-vis um cenário perturbador, a oposição defende cada vez mais uma agenda mais para o centro, fracassando no enfrentamento direto dos graves problemas da nação. A nova liderança trabalhista, Keir Starmer não agride diretamente as duas decisões importantes do contexto político do país: a austeridade

e o Brexit. Os Conservadores determinam a agenda e a oposição se esquiva. Isso é um retrato fidedigno e decepcionante das esquerdas globais.

A política externa da Inglaterra permanece inalterada e permanecerá assim mesmo com o retorno do trabalhismo ao poder. A aliança automática com Washington e a crise Rússia-Ucrânia fortalecem ainda mais essa posição. Entretanto, a população abaixo dos 65 anos, em geral, se move cada vez mais para uma maior aproximação com a União Europeia.

O Partido Trabalhista precisa combater a desigualdade econômica, a desigualdade na saúde e salvaguardar a democracia. A austeridade é uma péssima ideia. Ela serve apenas para disciplinar, domesticar e enjaular os menos favorecidos (principalmente a classe trabalhadora) e oferece nada como alternativa.

A generalização pura e simples de qualquer macromodelo, sem levar em conta a tipicidade em cada sociedade equivale a combater resfriados ordinários com potentes antibióticos ou a tratar graves casos de infecção hospitalar com aspirina e chás caseiros. Desafios gigantes não podem ser combatidos com soluções simplórias e de pouca ou nenhuma eficácia.

ALEMANHA

Em junho de 2023, o Chanceler alemão Olaf Scholz e a Ministra de Relações Exteriores Annalena Baerbock, tornaram público pela primeira vez na história da Alemanha, uma Estratégia de Segurança Nacional para o país. O documento procura fornecer uma visão geral da política externa alemã e fortalecer uma relação interministerial coesa sobre o tema da segurança nacional. Essa guinada inédita acontece em um contexto europeu de extrema instabilidade e turbulência, a saber: uma crise econômica compartilhada, revoltas sociais, uma guerra em território europeu e o retorno ameaçador do fascismo.

É seguro afirmar que a guerra Rússia-Ucrânia foi, entre os problemas mencionados acima, o que mais abalou a estrutura política e econômica da Alemanha.

Os índices econômicos alemães são preocupantes, com um baixíssimo nível de crescimento. Nesse processo, o problema da desindustrialização alemã está diretamente relacionado a guerra. A Alemanha suspendeu todos os contratos de energia com o seu principal fornecedor, a Rússia, atingindo em cheio a competitividade da economia alemã - abalada também pela agenda neoliberal de Merkel onde testemunhou-se uma queda brutal de investimentos estruturais necessários. Não obstante, essas decisões provocaram um aumento significativo de 42% no preço da energia resultando em greves constantes nos transportes e de protestos recorrentes no ambiente agrícola.

A divulgação dessa Estratégia de Segurança Nacional foi anunciada vis-à-vis esse cenário perturbador. A Alemanha propõe investir 2% do PIB na defesa em 2024 e atingir 3.5% em 2025-2026. Não obstante, a Alemanha conclama o restante da Europa a fazer o mesmo – abandonar uma política industrial competitiva e substituí-la por uma indústria de guerra. O problema aqui é como financiar essa empreitada. Scholz insiste que a nova estratégia foca mais na política externa e não na escalada belicista. A resiliência alemã está pautada na diversificação das suas cadeias de suprimentos, segundo o Chanceler. As constantes viagens de Scholz, inclusive para o Brasil, provam isso - defendem agentes do governo. Essa diversificação, inclui a China, é claro. No documento, a potência asiática é caracterizada como um competidor e rival sistêmico de alta relevância. Entretanto, a China é vista como um parceiro de muita importância para a Alemanha.

A Alemanha alerta que é impossível prescindir da relevância da China em assuntos globais. Analistas chineses interpretam esse discurso alemão como um esforço pragmático inacabado. A preservação da cooperação entre os dois países inevitavelmente provoca uma oposição direta de Washington – principalmente se Trump for eleito em novembro. A Alemanha procura se afastar do discurso ideológico diante da China, o seu maior parceiro comercial, ao mesmo tempo mantendo a sua posição autônoma e de liderança no continente europeu mesmo com as pressões de Washington e de outros aliados regionais contra a China.

Não podemos relativizar esse possível processo de rearmar a Europa, liderado pela Alemanha. Como José Luís Fiori alerta: “ Mas como ensina a história da Primeira

Guerra Mundial, quando os europeus voltam às armas, eles também podem voltar à guerra”.

REFERÊNCIAS

BLYTHE, Mark. Austeridade: a história de uma ideia perigosa. Autonomia Literária, São Paulo 2017.

FIORI, José Luiz. O Novo Projeto Alemão Para a União Europeia. Em Boletim Observatório Internacional do Século XXI No. 4 2024.

Global Times: Berlin unveils 1st national security strategy; tries to 'preserve autonomy'
Disponível: <https://www.globaltimes.cn/page/202306/1292603.shtml>.

MATTEI, E., Clara. A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. Boitempo, São Paulo, 2023.

World Politics Review: Britain's Tories Are Facing an Extinction-Level Event.
Disponível: <https://www.worldpoliticsreview.com/uk-elections-conservatives-canada/?one-time-read-code=285388171217563697085>

120 DIAS DE GOVERNO DE EXTREMA-DIREITA NA ARGENTINA

Julio C. Gambina*

O primeiro trimestre do governo de Javier Milei já passou, assumido como um "libertário" e "anarcocapitalista", que se gaba de realizar o "maior ajuste da humanidade" ¹ e ao mesmo tempo convocar empresários a investir na Argentina porque é "um excelente caso de negócios para entrar e ganhar muito dinheiro".

A identificação de Milei com a ordem capitalista e sua vocação para fazer funcionar um sistema em evidente crise, não só em seu território, mas em todo o planeta, é clara. Milei defende uma concepção de política econômica para o mundo inteiro. Foi o que disse em Davos, no Fórum Econômico Mundial ² e na cúpula conservadora nos EUA.³

Seu alinhamento político internacional é com os EUA e Israel, sem rodeios, numa pregação contra qualquer alternativa ao capitalismo, seja o socialismo, o populismo, em que só inclui a esquerda nessa categoria, assim como o feminismo, o ambientalismo ou qualquer demanda que restrinja a dinâmica da exploração da força de trabalho e da pilhagem dos bens comuns.

As manifestações discursivas contra os presidentes do México, Colômbia ou Brasil fazem parte de uma diatribe agressiva contra Cuba, Nicarágua ou Venezuela em nosso território, mas especialmente contra a China e os países sancionados unilateralmente por Washington e seus aliados na Europa e na Ásia.

A Argentina com Milei faz parte da ofensiva de extrema-direita que visa consolidar a ofensiva do capital contra o trabalho, a natureza e a sociedade.

* Professor da Universidade Nacional de Rosário e Vice-Presidente da Sociedade de Economia Política da América Latina (SEPLA) e Pesquisador de CLACSO

¹ Diario La Nación de 6/4/2024, em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/milei-dijo-que-hizo-el-ajuste-mas-grande-de-la-humanidad-y-aseguro-que-la-educacion-publica-es-una-nid06042024/>

² Davos 2024: Discurso especial de Javier Milei, presidente da Argentina, 19 Jan 2024, em: <https://es.weforum.org/agenda/2024/01/davos-2024-discurso-especial-de-javier-milei-presidente-de-argentina/>

³ Casa Rosada, Presidência. Discurso do Presidente da Nação, Javier Milei, na Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), em Washington, Estados Unidos, em: <https://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos/50371-palabras-del-presidente-de-la-nacion-javier-milei-en-la-conferencia-politica-de-accion-conservadora-cpac-en-washington-estados-unidos>

BENEFICIADOS E PREJUDICADOS

Passados 4 meses, fica evidente a identificação em seu governo de quem são os beneficiários e quem são os perdedores da política econômica.

Entre os beneficiários, tudo se refere às primeiras provisões tomadas desde 10 de dezembro de 2023. Naquela época, foi providenciado:

a) uma desvalorização, com um dólar que passou de 400 para 800 pesos e com programas de desvalorização de 2% ao mês para ser negociado atualmente a 864 pesos por dólar segundo o BCRA (Banco Central de La República Argentina);

b) a liberalização de preços, possibilitando a remarcação de bens e serviços favorecendo os lucros concentrados do setor hegemônico de negócios locais e estrangeiros.

Ambas as dinâmicas permanecem, pois há forte pressão para aprofundar o curso da desvalorização cambial e continuar com o realinhamento dos preços relativos, especialmente o aumento das tarifas de serviços públicos. A realidade é um aumento inflacionário da moeda local e da moeda estrangeira.

É um caminho que fez a inflação disparar em dezembro de 2023 para o dobro da maior marca do governo anterior, em novembro do ano passado, de 12,8% para 25,5%, que anualizada até fevereiro de 2024 chegou a 276,2%; com uma projeção da ordem de 190% para todo o ano de 2024, de 20,6% em janeiro, 13,2% em fevereiro, estimativa semelhante para março e se for cumprida uma projeção de um dígito mensal a partir de abril ou maio.

Os grandes vencedores, então, são os setores mais concentrados da produção e exportação locais, incluindo o agronegócio, setores de hidrocarbonetos e da mineração, justamente os mesmos setores transnacionalizados que o governo aponta como motores da recuperação após o piso recessivo que a economia atual vive.

Algo que já consta dos dados de janeiro, onde a Estimativa Mensal da Atividade Económica (EMAE) "registrou uma queda de 4,3% na comparação interanual e de

1,2% face a dezembro na medição ajustada sazonalmente". Entre os poucos setores com dados positivos está o agroexportador e a mineração.⁴

O setor industrial mostra indícios de recessão, como indicam as estatísticas oficiais: "Em fevereiro de 2024, o Índice de Produção Industrial Industrial (IPI da Manufatura) mostra queda de 9,9% em relação ao mesmo mês de 2023. O acumulado dos dois primeiros meses de 2024 mostra queda de 11,1% em relação ao mesmo período de 2023".⁵

Um fato importante é que essa fração de referência dos vencedores não inclui a maioria da sociedade argentina. Por essa razão, os principais beneficiários da política do governo são os produtores e exportadores mais concentrados, os grandes investidores estrangeiros e o setor associado à especulação e às finanças.

Dessa forma, os rumos da economia argentina favorecem as expectativas dos capitalistas globais e locais que olham com interesse e atenção para o que está acontecendo na Argentina, uma vez que todas as condições macroeconômicas são geradas para investir em um território que gera um retorno mais do que adequado.

A questão importa, porque a Argentina está condicionada pela dívida externa, especialmente pelo acordo com o FMI, seja o empréstimo de Mauricio Macri em 2018, seja a renegociação do governo de Alberto Fernández em 2022, que aumenta a dependência da dívida até 2034.

A Argentina é auditada trimestralmente pelo FMI e sendo um pagador em série de seus compromissos externos, ou renegociando-os em troca de perda de soberania, oferece excelentes oportunidades de renda para investidores que buscam altos lucros em tempos de crise global.

As contas financeiras estão dando sinais para esses grandes investidores internacionais, devido à redução da diferença entre as diferentes taxas de câmbio e à diminuição do risco-país, com crescimento nas avaliações de títulos e ações.

Nesse contexto, destaca-se o crescimento das reservas internacionais, que estavam em 21,2 bilhões de dólares em dezembro passado e chegaram a 28,2 bilhões em março. É uma conquista baseada em um saldo comercial positivo de 3,2 bilhões,

⁴ INDEC. Estimador Mensal da Atividade Económica, EMAE a partir de janeiro de 2024, em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/emaee_03_24628F2CA7A0.pdf

⁵ INDEC. Índice de Produção Industrial Industrial. Fevereiro de 2024, em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipi_manufacturero_04_24FF1C1F75A2.pdf

mas ainda mais, no atraso no pagamento das importações de 9,3 bilhões. A isso deve ser somada a perda de moeda estrangeira devido ao pagamento de juros e outros aspectos que somam mais de 8.100 milhões.⁶

Os beneficiários da política do governo Milei são setores econômicos altamente concentrados, associados à grande produção e exportação de agricultura, energia e mineração. Todos eles estão associados e ligados à grande propriedade fundiária, à grande burguesia local e aos investidores estrangeiros.

Se estes são os vencedores, fica claro quem são os perdedores. Em primeiro lugar, há os aposentados e os trabalhadores ativos, aos quais se somam os pequenos e médios setores do empresariado que vinculam sua renda ao poder aquisitivo da renda popular.

Para o primeiro, a questão é dramática, reitera o que vem acontecendo nos últimos governos, já que a fórmula de atualização da renda previdenciária não resolve as necessidades dos aposentados e pensionistas, que hoje estão no patamar de 685 mil pesos mensais e a maioria, dois terços dos aposentados (7 milhões de pessoas), recebem algo como um terço do que precisam para uma vida digna e adequada a idosos.

Em termos salariais, temos que 40% dos trabalhadores estão em situação irregular, flexibilizada, com contratos sem previdência. Os rendimentos destes trabalhadores em situação irregular são piores do que os rendimentos dos trabalhadores do Estado, que vivem atualmente uma situação de demissões generalizadas: o governo fala em 15 mil desligamentos durante a Semana Santa e fontes sindicais estão a investigar o número concreto e real dessas demissões, mas o próprio presidente indicou que o objetivo é despedir 70 mil trabalhadores contratados. Na verdade, os trabalhadores contratados por um ano agora são reduzidos para três meses. É uma espada permanente de Dâmocles sobre os funcionários contratados pelo Estado. O Estado é o maior contratante em situação de irregularidade, portanto, é o que mais precariza a força de trabalho na Argentina.

Os salários dos trabalhadores irregulares são os que estão em pior situação, os que mais perderam, seguidos pelo Estado e depois pelo setor privado regularizado.

⁶MATE, em: <https://mateconomia.com.ar/>

Com duas questões importantes como agravante, uma, que o governo tem dito que não endossará atualizações de paridade, segundo avancem os acordos entre patrões e trabalhadores, o que demonstra os limites da liberdade de mercado: liberdade de preços para aumentar os preços no mercado, menos o preço da força de trabalho, um preço que é controlado e que exigirá greves e conflitos. Por outro lado, estão em curso negociações para restabelecer o imposto de renda sobre os salários, o que colocaria os trabalhadores com altos rendimentos em relação à média de volta a pagar impostos para cobrir as necessidades de recursos do país e das províncias.

Como se vê, beneficiários muito concentrados e grande parte da população argentina prejudicada por essa política de concentração de renda e riqueza.

CONSENSO E DISPUTA POLÍTICA

A resistência cresce no contexto de descontentamento com a inflação e a recessão, resistência essa que ainda não se tornou um projeto alternativo diante da desconfiança e das críticas aos governos anteriores, especialmente ao peronismo e sua hegemonia kirchnerista.

O tema é interessante pela hegemonia peronista no movimento popular desde 1945 e pela proeminência de uma nova geração de ativismo social nos últimos anos sob a liderança de Néstor Kirchner e Cristina Fernández.

A esquerda também é afetada e remete suas dificuldades a problemas históricos que se originam na emergência peronista como expressão da representação de massas.

A rigor, a dimensão cultural e social da esquerda deve ser considerada, para além da representação institucional, e mesmo dos vínculos políticos entre as franjas sociais, territoriais e políticas da esquerda e o peronismo, como parte de uma busca de novas articulações para a reorganização do movimento popular.

A extrema direita, por meio da mídia e das redes sociais, vem exercendo uma efetiva política de intervenção cultural para desqualificar o peronismo, o kirchnerismo e, nesse contexto, a esquerda como um todo.

Como mencionamos antes, para Milei, tudo é igual, "comunismo, socialismo, kirchnerismo, peronismo, populismo, feminismo, ambientalismo".

A questão é como reconstruir a identidade popular para além das identidades tradicionais e sintetizar a resistência generalizada às demandas democráticas, contra as demissões e a perda do poder aquisitivo da renda popular, com um projeto político anticapitalista, anti-imperialista e por transformações profundas contra a exploração e a pilhagem.

É uma preocupação que reconhece o debate intelectual e político, em vários espaços sociopolíticos, sindicais e territoriais, de um militante ativo que se reconhece na tradição peronista ou na esquerda, e que nem sempre articulou suas propostas políticas ou civilizatórias em conjunto.

Não é apenas um tema de debate local, mas também global, que remete à discussão sobre o tema da mudança e da revolução, bem como às identidades políticas necessárias na perspectiva da luta contra a ofensiva capitalista, da direita e da ultra-direita, como no caso da Argentina e de outros países da região e do mundo.

Na verdade, o que se propõe é um debate estratégico para dar direção a uma perspectiva de emancipação no presente e no futuro próximo. É um debate estrutural diante da permanência de um projeto que já começa a apresentar sua estratégia para as eleições de meio de mandato em 2025 e para renovar o mandato presidencial em 2027.

Somos chamados a construir uma alternativa política contra e para além do capitalismo.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO MÉXICO EM 2024

Adrián Sotelo Valencia*

As eleições presidenciais realizar-se-ão no México no dia 2 de junho de 2024. Com uma população total de 129.076.767 habitantes este ano, os cadernos eleitorais oficiais totalizam 100.184.305 eleitores registados.

Está em disputa a presidência, 64 mandatos de senadores pelo princípio da maioria relativa, 32 de senadores pelo princípio da representação proporcional, 32 de senadores de primeira minoria, 300 deputados pelo princípio da maioria relativa e 200 deputados pelo princípio da representação proporcional.

Os principais partidos na corrida são o Partido Ação Nacional (PAN), o Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o Partido da Revolução Democrática (PRD), que juntos formam a oposição ao governo federal sob a coligação *Fuerza y Corazón por México* (Força e Coração pelo México). Por outro lado, os partidos Morena, Partido del Trabajo (PT) e Verde Ecologista (PVEM) registaram-se sob o nome de coligação *Sigamos Haciendo Historia* (Coligação Continuemos a Fazer História). Um terceiro candidato pertence ao chamado Movimiento Ciudadano (MC), que lançou a candidatura de Jorge Álvarez Máynez, que até há pouco tempo era desconhecido e com poucas probabilidades de vencer as eleições presidenciais.

No espectro eleitoral formal, pode dizer-se que por um lado, a direita e a extrema-direita estão representadas na Coligação *Fuerza y Corazón por México* e, por outro, a supostamente progressista, embora não de esquerda como se afirma, Coligação *Sigamos Haciendo Historia*, enquanto o chamado Movimiento Ciudadano procura posicionar-se entre as duas coligações políticas.

Embora os respectivos programas e políticas de governo ainda não tenham sido delineados, o denominador comum é a continuidade, no caso de Morena, e a franca e aberta reiteração, por parte da coligação de direita, das políticas neoliberais baseadas no mercado, na livre iniciativa, no investimento estrangeiro e nas privatizações.

* Professor Titular do CELA/UNAM

A política do governo de saída caracterizou-se por uma mistura de desenvolvimentismo e neoliberalismo dos anos 70 com a imposição do Tratado de Livre Comércio México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC), que rege e regula a dependência histórico-estrutural do nosso país.

As principais pesquisas dão uma larga vantagem à candidata de Morena à presidência, Claudia Sheinbaum, em parte graças ao trabalho de promoção do próprio presidente através das suas conferências matinais, entre 20 e 30 pontos percentuais, o que criou um elevado nível de otimismo na sua vitória. Xóchitl Gálvez, a candidata da direita (diz-se que se trata de uma competição entre mulheres!), têm estado a reduzir essa vantagem, mas é difícil definir hoje uma tendência.

Em todo o caso, com toda a carga subjetiva, ideológica e política que trazem consigo, as pesquisas são apenas um testemunho do momento em que são aplicadas e nada mais. Temos os casos recentes da Argentina com Milei e, antes disso, com Guillermo Lasso no Equador. Nada é definitivo, tudo depende das convulsões políticas, das lutas de classes e das surpreendentes mudanças de última hora no comportamento dos eleitores.

Nas eleições anteriores, em 2018, cerca de 30 milhões de cidadãos abstiveram-se de votar. Ninguém sabe agora como é que essa multidão se vai comportar nas eleições de 2 de junho. O que é certo é que se trata de um universo que pode alterar a geometria eleitoral a favor ou contra qualquer uma das coligações.

Até agora, a questão mais sensível para a maioria da população mexicana é a violência e a insegurança causadas pela proliferação de grupos criminosos de narcotraficantes e o fato de o governo, em quase cinco anos de administração, ter deixado muito a desejar. Assassínatos, feminicídios, desaparecimentos forçados, massacres, julgamentos sumários, confrontos entre bandos de traficantes e entre eles e o exército federal, e o aumento da migração são a realidade quotidiana no México. Embora se tenha verificado alguma recuperação dos postos de trabalho perdidos durante a pandemia do coronavírus, sobretudo em termos de trabalho assalariado remunerado com benefícios legais, a insegurança no emprego, a

precariedade salarial e a informalidade continuam a ser, em média, elevados. As estatísticas oficiais do INEGI, em regra, não computam a taxa de desemprego e subemprego, mas a taxa média de desocupação, que é um indicador mais generoso que não contabiliza totalmente a população real sujeita ao desemprego e desocupada, de modo que o México pode ter a “menor” taxa de “desemprego” do mundo. Este absurdo não se ajusta à realidade social e laboral, nem as milhares e milhares de pessoas que todos os dias vagueiam pelas ruas do país e da Cidade do México à procura de alguma atividade que lhes permita sobreviver.

O atual governo, desde o início, promoveu os famosos “programas sociais”:

- Pensão para o bem-estar dos idosos.
- Programa para semeadores “Semeando a vida”
- “Jovens construindo o futuro”
- Bolsa de assistência “Benito Juárez” para o ensino básico
- Apoio ao bem-estar das crianças de mães trabalhadoras
- Produção para o bem-estar.
- Crédito para pecuaristas “Ganadero a la palabra”

Muitos destes programas, geralmente recomendados pelo Banco Mundial para tentar aliviar a pobreza extrema e a marginalização social, mas sem a resolver nas suas raízes, já existiam e tinham sido implementados pelos governos neoliberais do PRI e do PAN. Não há nada de novo a este respeito.

Numa simplificação extrema, muitos chegaram a identificar a chamada Quarta Transformação (4T) (que não é mais do que um slogan de campanha e de governo) com projetos extrativistas como o chamado “Trem Maia”, a refinaria *Dos Bocas*, o novo aeroporto Felipe Ángeles ou o Corredor Interoceânico, entre outros. Mas não houve reformas estruturais profundas, como a reforma fiscal para o grande capital nacional e estrangeiro, nem foi pedida ao país a realização de uma Assembleia Constituinte que servisse de plataforma para o arranque do 4T. Esta não foi sequer contemplada pelo governo por razões que não ficaram claras, apesar da atual constituição política, embora com múltiplas reformas, datar de 1917.

A disputa eleitoral de 2 de junho de 2024 promete ser competitiva em termos de participação dos cidadãos, mas qualquer que seja a coligação vencedora, quer

seja a do neoliberalismo no seu extremo mais extremo, quer seja a do neoliberalismo rejuvenescido com conotações desenvolvimentistas e progressistas, o projeto capitalista dependente mexicano continuará enquanto as classes sociais e as forças dominantes envolvidas não se envolverem na sua transformação.

CONFLITO VENEZUELA E GUIANA: ESSEQUIBO, PETRÓLEO E IMPERIALISMO

Heitor Silva*

O artigo se propõe a explicar as razões, origens, desenvolvimento e desdobramentos do contencioso entre a República Bolivariana de Venezuela e a República Cooperativa da Guiana sobre a região de Essequibo. Apesar da postura crítica à crença de cunho positivista na neutralidade da ciência, procuramos apresentar fatos em detrimento de julgamentos morais ou ideológicos sobre o litígio.

Figura 1: Localização da Venezuela, Essequibo e Guiana



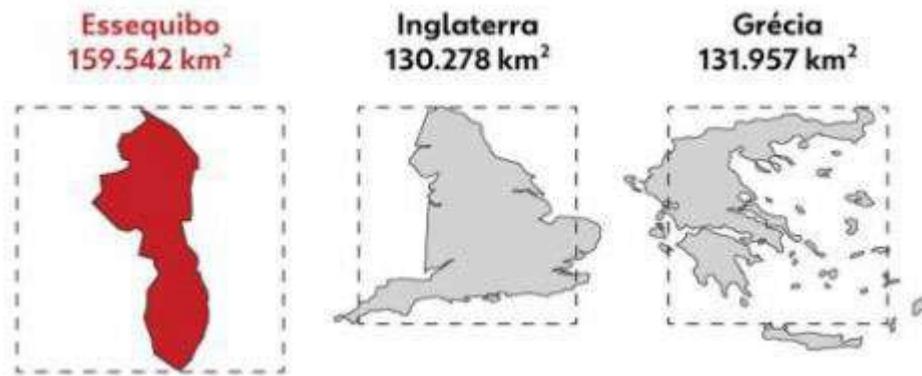
Fonte: France 24/AFP

O conflito decorre de uma reivindicação histórica da Venezuela sobre um território fronteiriço com a Guiana, a região do Essequibo pertencente a Guiana desde 1899, quando era uma colônia britânica e que desde essa época foi contestado pela Venezuela. Fica localizada a oeste do território da Guiana, ocupa 159 mil km² e representa 70% do território desse país. É uma área maior do que o estado do Ceará

* Economista, professor, pesquisador bolsista da Fiocruz, membro do Lab. de Hegemonia e Contra-hegemonia da UFRJ, Dr. Planejamento Urbano UFRJ.

(148.886 km²), Inglaterra ou Grécia. Moram na região 125 mil pessoas, menos de 30% dos moradores da zona central da cidade de São Paulo (431.106 habitantes) e cerca de 80% dos habitantes são indígenas, segundo o censo do país.

Figura 2: Comparação da área de Essequibo com Inglaterra e Grécia



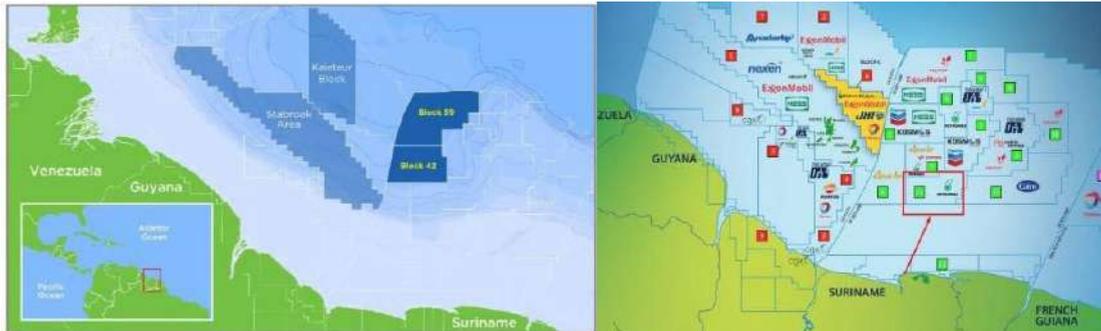
Fonte: Arte G1, 09/12/2023

O PETRÓLEO COMO CATALISADOR DA CRISE

A decisão da Guiana de conceder uma concessão de exploração a ExxonMobil, adversária do atual governo venezuelano, em região ainda em litígio, sem consultar a Venezuela e nem estabelecer um percentual da renda petrolífera para a Venezuela fez a disputa ganhar novo elemento.

A descoberta de grandes reservas de petróleo no mar da Guiana ocorreu em 2015, quando a ExxonMobil, em parceria com a Hess Corporation e a CNOOC da China, encontrou petróleo na bacia de Stabroek. Desde então, foram feitas várias descobertas adicionais, em 2024 o potencial estimado da região é de 11 bilhões de barris de petróleo, sendo que cerca de 450 mil barris por dia já são produzidos atualmente (CNN, 2013).

Figura 3: Blocos com petróleo descobertos na costa da região de Essequibo e distribuição dos proprietários de cada parte dos blocos



Fonte: Poder Naval

Além das reservas marítimas há na parte terrestre do Essequibo o Takutu Graben, que entrecorta a fronteira com o Brasil e pode ter ricos depósitos de "petróleo leve". Essa variação do mineral tem preço maior devido a maior produtividade em: gasolina, diesel e combustível de aviação.

A região também possui outras riquezas minerais, segundo Reybert Carrillo (BBC, 2023), geógrafo da Universidade de Los Andes, na Venezuela, a região faz parte do Maciço Guianês, também conhecido como Escudo das Guianas. Nessa região está o Arco Mineiro do Orinoco, uma área de exploração de mais de 111.800 km² que possui grandes reservas de ouro, cobre, diamante, ferro, bauxita e alumínio, entre outros minerais, por exemplo a mina Omai, vide figura a seguir, entre 1993 e 2005, produziu mais de 3,7 milhões de onças de ouro. O geógrafo Temitope Oyedotun (BBC, 2023), da Universidade da Guiana, acrescenta ainda a existência de manganês, urânio e os recursos hídricos dos rios Cuyuní, Mazaruní, Kuyuwini, Potaro e Rupununi. O potencial para geração de energia hidrelétrica do Potaro, com nove cachoeiras, entre as quais se destacam as Tumatumari e Kaieteur com queda livre de até 227 metros, ou seja, é cinco vezes mais alta que as Cataratas do Niágara, localizadas entre os EUA e o Canadá.

Figura 4: Exploração de ouro na região do Essequibo



Fonte: BBC

O REFERENDO REALIZADO PELA VENEZUELA SOBRE ESSEQUIBO

A estratégia adotada pelo governo venezuelano para a questão do contencioso é simultaneamente interessante e muito diferente das adotadas pelo atual governo brasileiro, ao invés de travar o debate externo apenas no campo diplomático e o interno exclusivamente no Congresso, a arena interna escolhida foi esclarecer e envolver a população no debate através de um referendo consultivo. A questão é tão profunda para o povo venezuelano que a proposta de referendo foi endossada e votada tanto pelos chavistas como pela oposição. Como consequência no dia 03/12/2023, segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venezuelano, 10,5 milhões de eleitores participaram do referendo. O resultado foi que 95,93% aceitaram incorporar oficialmente Essequibo ao mapa da Venezuela e conceder cidadania e documento de identidade aos mais de 120 mil guianenses que vivem no território. Apenas 4,07% discordaram da proposta.

A participação popular foi tão massiva e favorável a proposta do governo que mesmo um órgão de imprensa da extrema direita brasileira, como a Jovem Pan,

contrário ao governo venezuelano, ao publicar imagens não escapou de mostrar o apoio popular.

As cinco perguntas do referendo eram:

1a. "Você está de acordo em rejeitar por todos os meios, conforme a lei, a linha fraudulentamente imposta pelo Laudo Arbitral de Paris de 1899, que visa privar-nos de nossa Guiana Essequiba?". Teve 97,83% de aprovação.

2a. "Você apoia o Acordo de Genebra de 1966 como o único instrumento jurídico válido para alcançar uma solução prática e satisfatória para Venezuela e Guiana, em torno da controvérsia sobre o território da Guiana Essequiba?". Recebeu apoio de 98,11%.

3a. "Você está de acordo com a posição histórica da Venezuela de não reconhecer a Jurisdição da Corte Internacional de Justiça para resolver a controvérsia territorial sobre a Guiana Essequiba?". Esta foi a que teve menos aprovação: 95,4%.

4a. "Você está de acordo em se opor, por todos os meios dentro da lei, à pretensão da Guiana de dispor unilateralmente de um mar cuja delimitação ainda está pendente, de maneira ilegal e em violação ao direito internacional?" Recebeu o "sim" de 95,94%.

5a. "Você está de acordo com a criação do estado da Guiana Essequiba e que se desenvolva um plano acelerado para a atenção integral às populações atual e futura deste território, que inclua, entre outros, a outorga de cidadania e cédula de identidade venezuelana, conforme o Acordo de Genebra e o direito internacional, incorporando consequentemente o dito estado ao mapa do território venezuelano?".

DESENVOLVIMENTO DO CONTENCIOSO ENTRE VENEZUELA E GUIANA SOBRE A REGIÃO DE ESSEQUIBO

A disputa remonta a fundação da Venezuela no século XIX, quando da independência da Espanha, declarada pelo congresso nacional, no dia 5 de julho de 1811 e em 1819 houve a união das províncias que hoje formam os países da Venezuela Colômbia, Panamá e Equador incluindo a Guiana Essequiba. A partir de 1840, a disputa entre o Reino Unido e a Venezuela se acirrou quando foi descoberta a existência de ouro na região com o Reino Unido ampliando seu domínio na região, acrescentando mais de 80.000 km² à sua colônia. Em 1876, pessoas que falavam inglês já haviam se estabelecido na bacia do rio Cuyuní, apesar de estar em território venezuelano. Trabalhando para Londres, o explorador Robert Schomburgk acreditava

que os ingleses poderiam reivindicar aquela área. Ali nasceu a mina de ouro de Omai, que se tornaria uma das maiores fontes de renda tanto da colônia Guiana inglesa quanto da República Cooperativa da Guiana.

A seguir, apresentamos um quadro resumo dos eventos mais importantes envolvendo a disputa pelo Essequibo.

Tabela 1: Quadro resumo de dois séculos de disputa

1777	O Império Espanhol funda a Capitania Geral da Venezuela, subentidade territorial que inclui Essequibo.
1811	A Venezuela torna-se independente da Espanha e Essequibo passa a fazer parte da nascente república.
1814	O Reino Unido adquire a Guiana Inglesa, com cerca de 51.700 km ² , através de um tratado com os Países Baixos que não define a sua fronteira ocidental.
1840	Londres nomeia o explorador Robert Schomburgk para definir a fronteira. Pouco depois, é inaugurada a Linha Schomburgk, que ampliava a Guiana em quase 80.000 km ² .
1841	A disputa começa oficialmente quando a Venezuela denuncia uma incursão do Império Britânico em seu território.
1886	Uma nova versão da Linha Schomburgk é publicada, reivindicando mais território.
1895	Os Estados Unidos intervêm sob a Doutrina Monroe após denunciar que a fronteira foi ampliada de "maneira misteriosa" e recomenda que a disputa seja resolvida em arbitragem internacional.
1899	É emitida a Sentença Arbitral de Paris, uma decisão favorável ao Reino Unido, com a qual o território cai oficialmente sob domínio britânico.
1949	É tornado público um memorando do advogado norte-americano Severo Mallet-Prevost, parte da defesa da Venezuela na disputa em Paris, no qual ele denuncia que os juízes não foram imparciais, cabe ressaltar que eram dois árbitros britânicos, dois norte-americanos, um russo e nenhum representante venezuelano. Os posicionamentos de Severo Mallet-Prevost e outros documentos, revelado bem mais tarde, servem para que a Venezuela declare a sentença "nula e sem efeito".
1966	Três meses antes de conceder a independência à Guiana, o Reino Unido firma com a Venezuela o Acordo de Genebra, o qual reconhece a reivindicação venezuelana e se compromete a buscar soluções para resolver a disputa.
2013	A Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, que julga a disputa, proibiu a Venezuela de tentar anexar Essequibo ao seu território enquanto não houvesse o julgamento.

Fonte: Elaboração do autor

TENSÕES DECORRENTES DA POSIÇÃO VENEZUELANA

A declaração do General Padrino López, ministro da Defesa da Venezuela em audiência no Senado, foi uma resposta as declarações da General Laura J. Richardson Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos e mostram a gravidade da situação:

“(...) ela afirma que nós, venezuelanos, mantemos a República Cooperativa da Guiana sobrecarregada. Essa é uma visão imperialista e ninguém os está convidando para esta disputa, essas questões são inteiramente entre a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana. Mas depois querem ordenar exercícios militares permanentes em tudo o que é fachada e nas águas a delimitar o Território de Essequibo e querem envolver-se de forma irresponsável, portando meios militares e correndo o risco de criar uma situação difícil isso vai contra a paz regional, que os países da América Latina e do Caribe assinaram com muita veemência para declarar nossa região como uma zona de paz, e essa zona está em perigo devido à presença do Comando Sul e a Força Armada Nacional Bolivariana de Venezuela (FANB) está ali implantada através da Operação “Sifontes”, para proteger as águas que pertencem indiscutivelmente à Venezuela no âmbito do Acordo de Genebra, para buscar uma solução prática e satisfatória entre as partes e além disso agir de acordo com o que foi acordado nos últimos acordos assinados no ano passado”. Fonte: Ministério da Defesa da Venezuela.

Tentando uma distensão houve, no dia 14 de dezembro de 2023 (MATRAVOLGYIDA, 2023), uma reunião entre os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, e da Guiana, Irfaan Ali, ambos se comprometeram a não utilizar a violência para solucionar a controvérsia. Apesar disso, os países não abriram mão de suas reivindicações, principalmente em matéria petroleira, a questão central. Após a reunião o presidente guianês disse que o país "tem todo o direito de exercer sua soberania dentro de seu espaço territorial, para aprovar e facilitar qualquer investimento, parceria, negócio, colaboração, cooperação e emitir qualquer licença ou concessão".

Carlos Mendoza Potellá (ESTANISLAU, 2023), economista, professor emérito da Universidade Central da Venezuela e pesquisador da área do petróleo vê dificuldades para um acordo entre os dois países devido a interferência dos EUA na defesa dos interesses da Exxon Mobil o que torna impossível uma parceria que envolva essa empresa, nas palavras dele: "O ex-presidente da Exxon Mobil Rex Tillerson foi nomeado Secretário de Estado dos EUA no governo Trump, logo após

deixar a presidência da empresa, para promover uma política agressiva contra a Venezuela a chamada política de "pressão máxima", que tinha como objetivo forçar a saída de Maduro do poder. Para Potellá talvez sejam possíveis acordos com outras empresas, como a Shell, a BP, a Chevron, menos com a Exxon porque "os interesses deles e da PDVSA são antagônicos" (ESTANISLAU, 2023). É importante observar que o governo venezuelano e a Exxon Mobil têm relações conturbadas desde 2008, quando Chávez avançou na nacionalização da indústria petroleira e a empresa se retirou do país, exigindo indenizações maiores do que as pagas pelo governo. A empresa processou o governo venezuelano em tribunais internacionais, exigindo complemento nas indenizações, mas perdeu, o que cria dificuldade dos dois lados para negociações, lembrando ser essa empresa a maior exploradora de petróleo no Essequibo.

POSSIBILIDADES DE PARCERIAS ENTRE VENEZUELA E GUIANA

O chanceler da Venezuela cogitou possíveis explorações conjuntas na região, citando como exemplo os acordos com Trinidad e Tobago no campo de gás fronteiro Dragão, onde as empresas exploradoras são Shell e BP. Essa é uma possibilidade, mas a interferência do governo dos EUA em defesa da Exxon Mobil é um empecilho de difícil resolução.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor Referendo na Venezuela aprova incorporação de Essequibo. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 04/12/2023. Disponível em:

AGUIAR, Paloma Silva de Oliveira. Essequibo em foco: um estudo de caso do Contencioso Sulamericano. 2016. 110f. Dissertação. Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

CNN. Entenda a riqueza de Essequibo e como ela contribuiu para o crescimento da Guiana. 14/12/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-riqueza-de-essequibo-e-como-ela-contribuiu-para-o-crescimento-da-guiana/> Acesso em: 14/04/2024.

ESTANISLAU, Lucas. Petróleo em jogo: entenda como reservas no Essequibo influenciam disputa entre Venezuela e Guiana. Brasil de Fato, Caracas, 21/12/2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/21/petroleo-em-jogo-entenda-como-reservas-no-essequibo-influenciam-disputa-entre-venezuela-e-guiana> Acesso em: 14/04/2024.

Global Oil and Gas Extraction Tracker, Global Energy Monitor, versão de março de 2024. Disponível em: <https://globalenergymonitor.org/projects/global-oil-gas-extraction-tracker/download-data/> . Acesso em: 14/04/2024.

JOGO DO PETRÓLEO: conheça as reservas de 'ouro negro' da Guiana reivindicadas pela Venezuela. O Globo, Rio de Janeiro, 12/12/2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/epoca/noticia/2023/12/12/jogo-do-petroleo-conheca-as-reservas-de-ouro-negro-da-guiana-reivindicadas-pela-venezuela.ghhtml> . Acesso em: 14/04/2024.

MATRAVOLGYIDA, Elizabeth. Presidente da Guiana se reúne com Nicolás Maduro nesta quinta-feira (14). CNN, São Paulo, 14/12/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/presidente-da-guiana-se-reune-nesta-quinta-feira-com-nicolas-maduro/#:~:text=O%20presidente%20da%20Guiana%2C%20Irfaan,em%20S%C3%A3o%20Vidente%20e%20Granadinas>. Acesso em: 14/04/2024.

Ministerio del Poder Popular del Despacho de la Presidencia y Seguimiento de la Gestión de Gobierno. LA VERDAD SOBRE EL ESEQUIBO. Ediciones de la Presidencia de la República. Caracas – Venezuela 2015. Disponível em:

<http://www.consulvenevigo.es/subido/LA%20VERDAD%20DEL%20ESEQUIBO%20LIBRO.pdf>
Acesso em: 14/04/2024.

PAREDES, Norberto. Venezuela: as riquezas da região da Guiana que Maduro quer anexar. BBC, 26/11/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k29pdkypxo>
Acesso em: 14/04/2024.

PETRÓLEO NO MAR DA GUIANA ACIRRA DISPUTA TERRITORIAL COM A VENEZUELA SOBRE A REGIÃO DE ESSEQUIBO. Poder Naval, 1/12/2023. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/12/01/petroleo-no-mar-da-guiana-acirra-disputa-territorial-com-a-venezuela-sobre-a-regiao-de-essequibo/> Acesso em: 14/04/2024.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA RELACIONES EXTERIORES. Guayana Esequiba historia de un Despojo. Caracas - Venezuela -2015.

PARAGUAI, BASTIÃO ANTI-CHINA DOS EUA NA REGIÃO

Idilio Méndez Grimaldi*

Consolidação do tráfico de cocaína, fraude eleitoral, controle do aparato estatal por organizações mafiosas, aprofundamento da desigualdade e concentração de riqueza, renúncia à soberania e alinhamento irrestrito à diplomacia anglo-saxônica nos fóruns internacionais são alguns dos ingredientes que abonam o domínio absoluto dos Estados Unidos e de suas corporações sobre a existência do Paraguai. É o quadro em que o poder imperial e seus aliados, como Taiwan, Israel e Europa, planejam conter o avanço da China e dos BRICS na região, sob a intervenção direta do Comando Sul, por meio da crescente militarização de atividades estratégicas.

Há pouco mais de uma década, após o golpe de Estado que derrubou o governo de Fernando Lugo (2012), o Paraguai era praticamente o único vassalo leal dos Estados Unidos na região, enquanto as relações comerciais e de investimento da China no subcontinente se aprofundavam. Essa é a razão pela qual o Paraguai mantém relações irrestritas com Taiwan desde 1957, quando a ditadura do general Stroessner, no âmbito da Guerra Fria, virou as costas para a China, sob a proteção das imposições de Washington. Os herdeiros de Stroessner, que permanecem no poder até hoje, após a derrubada do ditador há 35 anos, não mudaram nem um pouco essa posição anticomunista e antichinesa, que atualmente são de grande valor para a geopolítica dos Estados Unidos e da Otan.

Se inscreve nessa ordem o controle da hidrovia Paraguai-Paraná por parte dos Estados Unidos. O governo de Abdo Benítez (2018-2023), sob as imposições do Comando Sul, concedeu ao Corpo de Engenheiros da Marinha dos EUA o controle da hidrovia, supostamente para manter a navegabilidade e facilitar o comércio de produtos agrícolas controlados por transnacionais do agronegócio.

Com a chegada de Javier Milei à Casa Rosada, na Argentina, o controle da hidrovia pelos Estados Unidos agora é total até sua foz no Rio da Prata. Milei entregou todo o controle da hidrovia até o Rio da Prata aos militares norte-americanos.

* Pesquisador independente. Membro do GT China e do World Power Map, CLACSO.

200 TONELADAS DE COCAÍNA POR ANO

A preocupação por parte dos Estados Unidos com a hidrovia não é tanto por conta da soja e outros produtos agrícolas que são transportados por essa importante artéria fluvial até o restante do mundo: é a cocaína. Estimativas de organizações internacionais e não governamentais mostram que o Paraguai é um *hub* logístico para o tráfico de cocaína, estimado em 200 toneladas por ano, destinadas principalmente à Eurásia. O valor da cocaína no velho continente é da ordem de 30.000 dólares por quilo, então 200 toneladas significam 6.000 milhões de dólares, um quinto do PIB nacional.

O apoio logístico passa basicamente pelas embarcações do agronegócio que transportam cocaína pela hidrovia em meio aos produtos primários de exportação, além do apoio do setor financeiro para a lavagem desses milhões de dólares em circulação, fluxo financeiro sob controle absoluto do Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos que está empenhado em salvar o dólar de seu colapso gradual.

O tráfico de cocaína também é uma das razões da perene e acirrada luta interoligárquica no Paraguai, ultimamente com a intervenção direta do Departamento de Estado e do Comando Sul. Sob o governo de Abdo Benítez, os EUA encurralaram seu aliado de longa data, o ex-presidente Horacio Cartes, acusado de ser significativamente corrupto, entre outros, por supostamente manter laços com a organização político-militar libanesa Hezbollah. No entanto, contraditoriamente, esta entidade é inimiga feroz de Benjamin Netanyahu, o primeiro-ministro de Israel, que é amigo próximo e associado de Horacio Cartes.

É aí que se cruza o interesse do regime sionista de Israel nos assuntos das organizações criminosas que governam o Paraguai. Cartes, quando foi presidente da República (2013-2018), visitou o amigo Netanyahu em diversas ocasiões, assim como Jair Bolsonaro, do Brasil, e, recentemente, Javier Milei, da Argentina.

Nos últimos anos, os Estados Unidos mantiveram Cartes, que não pode viajar para o exterior há vários anos por medo de ser detido e deportado para aquele país, de pé. Ele acusa diretamente seu sucessor, Abdo Benítez, ambos do Partido Colorado, de ser o principal articulador de todas as acusações do Departamento de

Estado contra ele. Ele e seus associados, incluindo o ex-presidente Juan Carlos Wasmosy, bem como aliados financeiros do Brasil, Chile e Argentina, teriam perdido bilhões de dólares ao longo dos anos.

FRAUDE ELEITORAL

Os estrategistas que assessoravam Horácio Cartes o fizeram ver que a única maneira de permanecer no poder e preservar sua riqueza era manter o Partido Colorado no governo, colocando como presidente da República um de seus asseclas, como o é Santiago Peña. Enquanto isso, o próprio Horácio Cartes preside o partido. No entanto, a vitória eleitoral de Peña em abril de 2023 foi ofuscada por alegações de fraude eleitoral, com apoio de seu amigo Mauricio Macri, ex-presidente da Argentina e aliado do presidente Milei. Macri forneceu as urnas eletrônicas ao Tribunal Eleitoral do Paraguai, por meio do Consórcio MSA/Excelsis, de Sergio Orlando Angelini, denunciado na própria Argentina por promover e facilitar fraudes eleitorais nas eleições provinciais.

Os mais de 100 observadores internacionais nem sequer objetaram as alegações de fraude eleitoral, para perplexidade da grande maioria da população que votou contra o aparato mafioso, enquanto a imprensa corporativa, aliada do capital financeiro internacional, convenientemente silenciava qualquer denúncia que pudesse deslegitimar o governo Peña. A "estabilidade" do sistema também agrada à imprensa, embora atualmente seja um "inimigo" do governo Peña.

O que tudo isso significa? Que os aliados dos Estados Unidos podem transgredir todas as normas, leis nacionais e acordos internacionais, desde que a luta contra a expansão da China seja garantida e obstaculizar os BRICS em toda a região, a ponto de a Argentina de Milei ter desprezado e humilhado os membros daquela organização ao rejeitar seu convite para ingressar na organização.

Para isso, o imperialismo promove a crescente militarização das relações internacionais no continente, a começar pela região de Essequibo, onde a Venezuela mantém uma disputa territorial com a Guiana, rica em petróleo que a americana ExxonMobil explora à vontade. Essa mesma milícia, liderada pela general Laura Richarson, a versão militar da infame Victoria Nuland, é a que dá total apoio ao

governo infante de Daniel Noboa, do Equador, que em prova de sua abjeção ordenou o recente assalto à embaixada mexicana para prender um exilado naquele posto diplomático em um ato de agressão sem paralelo contra uma nação soberana, cujo presidente, López Obrador, não é simpático à Casa Branca.

A mesmo Richarson é quem está conduzindo as aventuras de Javier Milei na Argentina, que cedeu uma base naval aos Estados Unidos na Terra do Fogo, tudo para se contrapor à China e, ao mesmo tempo, encurralar o Brasil até que uma mudança de governo seja alcançada por outro que seja favorável aos Estados Unidos e seus aliados em sua luta para sufocar a expansão dos BRICS e, eventualmente, da China.

Como pode ser visto neste breve resumo, o Paraguai, uma ninhada da geopolítica imperial, desempenha um papel fundamental no coração do continente, a ponto de até o próprio Elon Musk expandir o serviço de sua empresa Starlink para cobrir a imensa região do Chaco paraguaio com sinais de satélite, uma rota privilegiada de cocaína que desce das terras altas até as margens do rio Paraguai.

O PERIGO E AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA DA BOLÍVIA NO SEIO DO POVO

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola*

INTRODUÇÃO

A cisão do partido Movimiento al Socialismo (MAS), o giro neoliberal da política do Presidente da Bolívia, Luis Arce, a escassez de dólares no país devido à queda das reservas internacionais e exportações, a resposta do governo em matéria de política econômica, os bloqueios das estradas por parte dos seguidores do ex-Presidente Evo Morales em diferentes regiões do país — como La Paz, Cochabamba e Santa Cruz —, e as lutas judiciais de Evo Morales são o fio vermelho que costura o presente trabalho. Propomos, como reflexão crítica, pensar primeiro de onde vem o perigo que as massas podem enfrentar nas lutas contra as forças reacionárias nas suas diversas formas. Quando mencionamos o perigo em si, temos de mencionar que não nos referimos ao aspecto subjetivo, mas ao aspecto objetivo da questão; não à posição formal que os reacionários ocupam na luta, mas ao seu resultado material nas contradições no seio do povo. Concluimos que isso pode levar a um possível declínio da esquerda nas eleições presidenciais de 2025.

CISÃO E TENSÃO POLÍTICA NA CÚPULA DO MOVIMIENTO AL SOCIALISMO E AS DECISÕES JUDICIÁRIAS

As principais forças políticas internas e externas que orquestraram o golpe de Estado do ano 2019, ou seja, golpe realizado pela oposição dominada pelas elites nacionais e pelos interesses imperialistas neoliberais dos Estados Unidos, levaram Evo Morales a se refugiar, primeiro, na Argentina e, depois, no México, o que resultou em uma crise econômica e política.

Evo, durante os seus três mandatos presidenciais (2006-2009; 2009-2014; e 2014- 2019), a partir da sua identidade e políticas étnicas, procurou promover as

* Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

nacionalizações dos recursos naturais, como os hidrocarbonetos que se encontravam à mercê do capital privado estrangeiro financeirizado, obtendo impactos positivos na economia boliviana, por meio da venda e exportação de gás natural para os mercados da Argentina e do Brasil, reduzindo os níveis elevadíssimos de desigualdade social no país que afetam substancialmente os povos originários. Desta forma, Evo, com o apoio dos partidos progressistas e das esquerdas, esforçou-se por consolidar um governo que ouviu e resolveu as demandas provenientes do povo e dos subalternos.

A cisão partidária dentro do MAS pelo controle do partido gera um problema de liderança política. Por um lado, temos o ex-presidente Evo Morales e principal figura pública do MAS e, pelo outro, temos o atual presidente Luis Arce e também Choquehuanca (vice-presidente da República), que foram expulsos do partido MAS. O assunto judiciário tenta barrar Evo das eleições de 2025. O Tribunal Constitucional de Bolívia, a principal instituição do sistema judicial do país, revogou a possibilidade de um presidente ou vice-presidente permanecer no cargo por mais de dois mandatos, consecutivos ou alternados, permitindo-lhe ser candidato no ano de 2025, e anulou a medida que permitia sua eleição no ano de 2019. Contudo, deu-se um golpe de Estado e o ex-presidente renunciou ao cargo devido à alegações de fraude por parte dos grupos reacionários.

Perante esta investida jurídica, mais de 4.200 manifestantes, liderados por organizações camponesas que apoiam o ex-presidente Evo Morales, bloquearam a circulação em 24 pontos do país, exigindo assiduamente a convocação de “eleições judiciais”, que deveriam ter sido realizadas no final do ano passado, para definir os juízes dos tribunais superiores do país. Esse processo foi suspenso devido à carência de uma pré-seleção de candidatos, que deveria ser definida na Assembleia Legislativa Plurinacional (ALP). Os 19 bloqueios isolaram o departamento de Cochabamba, localizado na região central do país, principal bastião político do ex-presidente Evo Morales.

O ex-presidente e líder do Movimiento al Socialismo (MAS), Evo Morales, enfatiza que o presidente Luis Arce e o vice-presidente David Choquehuanca impediam e boicotavam uma possível solução para o conflito social. Dentro desta correlação de forças entre os apoiadores de Evo e os Arcistas, e para pôr fim aos

bloqueios, foi criada uma Comisión Bicameral y Multipartidaria visando consensos na Asamblea Legislativa Plurinacional (ALP), encabeçada pelo vice-presidente Choquehuanca, em conjunto com as três principais forças políticas do país, para permitir a elaboração da Ley Transitória de las Elecciones Judiciales e, assim, dar cese aos bloqueios de estradas que perduraram por 12 dias. Tal como estabelece a Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolívia de 2009, a eleição das mais altas autoridades judiciais e constitucionais deveria ter sido realizada no ano passado, mas foi adiada por uma combinação de fatores políticos e operadores dos tribunais.

A decisão mais criticada, qualificada de inconstitucional pelos partidários de Evo, foi a auto prorrogação dos magistrados e conselheiros que cumpriram o seu mandato em 31 de dezembro. A exigência do afastamento destas autoridades foi o ponto de discórdia que impediu um acordo político que pusesse fim à incerteza política nacional. Após cinco dias de discussão, os presidentes das câmaras legislativas, os líderes das bancadas e os presidentes das comissões envolvidas assinaram um acordo para garantir as eleições judiciais de 2024. No entanto, o acordo não foi assinado pelo vice-Presidente Choquehuanca, que declarou um recesso em dezembro, dilatando a convocação do diálogo.

Na sequência destes acontecimentos políticos, inicia-se na Câmara de Deputados duas questões cruciais que entraram na agenda pública. A primeira questão se refere à aprovação de sete projetos de lei para o “financiamento da agenda económica” e a segunda, à demissão dos magistrados auto extensivos e autodefinidos, ou seja, uma forma de autoproteção jurídica entre si, entre alguns porta-vozes do governo e o Ministro da Justiça.

Os protestos tiveram consequências na economia boliviana devido à falta de alimentos, medicamentos e escassez de bens de primeira necessidade, em resultado do bloqueio das principais rodovias da Bolívia, causando prejuízos em setores como o turismo, uma vez que os protestos ocorreram durante o carnaval de Oruro. Além disso, este fato paralisou o abastecimento de combustível nas principais regiões do país, como La Paz, Cochabamba e Santa Cruz, encarecendo alguns produtos básicos.

ESCASSEZ DE DÓLARES NO PAÍS DEVIDO À QUEDA DAS RESERVAS INTERNACIONAIS E SUAS EXPORTAÇÕES

Após a escassez de dólares na Bolívia, o governo de Luis Arce deu uma reviravolta na política econômica, reconhecida mundialmente desde que Evo Morales chegou à presidência em 2006 com o partido Movimiento al Socialismo (MAS), rompendo com os seus ideais com ações como a subvenção da compra de combustíveis e o controle das exportações, e passando atualmente por uma reforma de cunho neoliberal da política econômica de liberalização da economia nacional e de maiores alianças entre o público e o privado, visto que as reuniões entre o Executivo com o setor privado eram quase insólitas desde a chegada do MAS ao poder. Interpretamos este giro na política econômica como uma estratégia para as próximas eleições de Luis Arce em 2025.

O governo boliviano, com base neste arco de alianças entre o público e o privado, garante que normalizará o cenário de escassez de dólares no país. Destaca-se, dentro desta política neoliberal recente, o enfraquecimento das restrições às exportações e a criação de um leilão de diesel para os grandes produtores. Uma das condições de exportação de produtos reside no fato de o país só poder exportar gêneros alimentícios quando o abastecimento do mercado local estiver garantido. Assim, os exportadores têm de obter um certificado de abastecimento antes de venderem sua mercadoria ao exterior. Os alimentos e produtos como soja, carne, açúcar, entre outros, estarão isentos de requerer este certificado, como solução para a crise de divisas.

A Bolívia enfrenta uma situação de escassez de combustível. As importações de combustível aumentaram relativamente, assim como os episódios de escassez de abastecimento, intensificando as queixas, especialmente dos produtores de cereais, razão pela qual estes poderão, a partir do momento atual, participar em um leilão de diesel através do monopólio estatal YPF-B, no qual poderão licitar acima do preço oficialmente fixado a fim de assegurar o abastecimento imprescindível para manter suas empresas em funcionamento. Desta forma, o governo considera relevante o fato

de o subsídio ao combustível ser uma grande pressão fiscal, uma vez que, com o leilão, poderá vendê-lo a um preço mais próximo do preço externo.

Em março do ano passado, foram denunciadas multidões de cidadãos bolivianos devido à falta de acesso a dólares em bancos e casas de câmbio. Como solução para este problema cambial, o governo anunciou que o Banco Central de Bolívia (BCB) — banco cuja função é determinar e executar a política monetária; executar a política cambial; regular o sistema de pagamentos; autorizar a emissão de moeda; e, finalmente, administrar as reservas internacionais (BCB, 2024) — fornecerá dólares.

O país tem um regime de taxa de câmbio fixa estabelecido pelas autoridades. No entanto, os importadores que precisam operar nas divisas estadunidenses protestam já que os bancos lhes aplicam uma comissão de até 20% quando tentam negociar. Conseqüentemente, este fato agravou a escassez visto que a burguesia nacional e uma parte da pequena burguesia optaram por dólares no exterior em vez de possuir esse dinheiro na Bolívia (BCB, 2024).

A contradição inerente a este tipo de neoliberalização econômica reside na dificuldade do governo e do capital privado em contrariar o pagamento das importações. Desta forma, a falta de dólares dificulta a capacidade do governo e do setor privado de pagar as importações. Trata-se de um encargo cada vez maior para a economia boliviana, especialmente no que se refere a artigos críticos e/ou bens de uso público, como os hidrocarbonetos, que o país compra atualmente no estrangeiro e que se tornaram escassos nos últimos tempos no território boliviano. No entanto, o governo argumenta que a carência de combustível se deve a sabotagens internas e que a situação é temporária.

Para contrabalançar os impactos econômicos e sociais decorrentes destas medidas, o governo espera reduzir em US\$100 bilhões de dólares por ano o custo do subsídio aos combustíveis. Ante a baixa disponibilidade de dólares no sistema financeiro e o aumento do custo das divisas no “mercado negro” que substituiu efemeramente o “mercado paralelo”, o Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE) lançou medidas neoliberais para evitar a crise econômica e política gerada pelo governo de Arce, que está desacelerando e enforcando os setores produtivos e

comerciais que utilizam dólares para comprar e/ou exportar produtos e mercadorias e/ou contratar serviços no exterior.

Esta escassez de dólares, de acordo com os partidários do governo, geraria problemas substanciais com os setores agropecuários, florestais, industriais, farmacêuticos, comerciais e exportadores, visto que seriam afetados ao terem que parar as suas atividades e operações em curto prazo, levando a uma crise de sobreprodução, aumento de custos, preços e inflação, impactando na queda do emprego e crescimento do PIB.

Vale ressaltar que as exportações caíram pouco mais de US\$2,8 bilhões de dólares em 2023 e houve um déficit comercial de aproximadamente US\$700 bilhões de dólares após três anos de superávit comercial, o que leva à baixa circulação do dólar no país (IBCE, 2024). No âmbito do giro neoliberal que o governo de Arce propõe para “evitar” a crise que é iminente a curto prazo, decidiram implementar as seguintes diretrizes com o objetivo de dolarizar o país:

1. Libertar totalmente as quotas de exportação e promover as exportações não tradicionais em setores de reação imediata (agricultura/agroindústria, floresta/madeira, turismo) através de um grande pacto com o setor exportador, como gerador ideal de divisas;
2. Eliminar o Impuesto a las Transacciones Financieras (ITF), considerando que pune desnecessariamente o uso de divisas e desincentiva o uso de dólares no sistema financeiro;
3. Permitir a livre venda de dólares no mercado paralelo, de modo a acabar com o processo especulativo do “mercado negro” derivado da perseguição aos “cambistas” que sempre canalizaram os dólares em um mercado aberto e competitivo, que não existe atualmente;
4. Aprovar créditos externos na Asamblea Legislativa Plurinacional (ALP) e recorrer a organismos multilaterais para receber apoio financeiro;
5. Emitir títulos em dólares a uma taxa atrativa através do Banco Central de Bolívia (BCB), sob seguro financeiro e com a garantia do Estado, para aumentar as Reservas Internacionales Netas, atrair capital externo, assim

como parte dos US\$10 mil bilhões de dólares que estão fora do sistema (IBCE, 2024).

CONCLUSÕES

O nosso esforço no seguinte artigo pretende mostrar a conjuntura atual na Bolívia. Para isso, faz-se necessário retomar às perguntas iniciais deste trabalho sobre o perigo político: para onde vai a esquerda boliviana; o que ela quer no momento atual diante ao avanço da ofensiva neoliberal no país, do fascismo e de outros movimentos reacionários que renascem nos países do capitalismo central e em vários países da região?

O perigo está em saber e perceber de que lado se encontra a ameaça contra os proletários. Neste caso em particular, consideramos a ofensiva neoliberal na Bolívia por parte do desvio do governo Arce e o ressurgimento dos fascistas na região. As ameaças se percebem com a cisão do partido Movimiento al Socialismo (MAS); o giro neoliberal da política do presidente da Bolívia, Luis Arce; a crise judicial gerada pela decisão do Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia (TCP); a escassez de dólares no país devido à queda das reservas internacionais e exportações; os deslocamentos dos seguidores de Evo frente aos temas judiciários; os bloqueios das estradas que perduraram por 12 dias e a carência de combustível. Tudo isto reside nos perigos que as massas do altiplano padecem atualmente. Os neoliberais pretendem enganar as massas, afirmando que a crise econômica e política é temporária, mas torna-se claro que o caminho optado por Arce resultará em processos de neoliberalização de políticas públicas, a partir de um arco de alianças entre o público e privado, o que servirá para desregularizar o papel do Estado e barrar os avanços das políticas identitárias e étnicas realizadas pelo ex-presidente Evo Morales, que promoveram as nacionalizações dos principais recursos naturais que estavam à tutela do capital privado, do capital financeirizado e do capital fictício, que foram reconhecidas pelos impactos positivos na economia do país quando o próprio Arce foi Ministro da Economia.

Observamos uma situação sumamente complicada e delicada nos interesses da esquerda na corrida para as próximas eleições do ano de 2025. Apesar do atual

contexto de caos sistêmico e da crise hegemônica dos EUA no sistema mundial, o país, reconhecido pelas transformações sociais levadas a cabo pelos governos de Evo, faz um giro nas suas políticas para as políticas neoliberais vilmente propostas por Arce. Temos uma forte preocupação com a incerteza política e a fragilidade institucional do governo Arce face às políticas neoliberais, que, como já sabemos, conduzem os países periféricos a serem mais dependentes e à degradação das suas políticas económicas e sociais, obtendo resultados desastrosos na sociedade civil com processos de mercantilização e privatização extensiva da terra. Além disso, geram expulsão forçada das populações camponesas e urbanas, reconversão do direito de propriedade em propriedade privada, destruição do meio ambiente a todo o custo, demissões massivas da força produtiva e mercantilização plena da vida.

O processo de desenvolvimento e as lutas de classes da Bolívia, entendido como um fenómeno particular, tem uma série de contradições dentro do seio do povo — como a contradição dentro do próprio MAS; outra entre o MAS e os neoliberais de Arce; outra entre as classes oprimidas e o imperialismo; entre o imperialismo e os neoliberais; entre o proletariado e a burguesia; entre os camponeses e a burguesia urbana; e contradições entre os diversos movimentos reacionários. No entanto, nem todas elas podem ser tratadas da mesma forma, uma vez que cada uma tem um carácter específico e, ao mesmo tempo, estas duas particularidades dialéticas têm características inerentes próprias, não sendo possível tratá-las da mesma forma e aprofundá-las a sua plenitude neste breve documento.

O perigo das massas e a questão da perigosidade não se refere à diluição dos neoliberais em outros grupos reacionários do imperialismo e/ou da burguesia nacional e suas diferentes formas, e também não se refere à manutenção destes grupos de sua independência e individualidade, ou sua posse de forças para imprimir o seu selo organizativo partidário, porque consideramos a diluição e superação da burguesia como um fator histórico.

É claro que em uma situação historicamente concreta, os elementos do passado e do futuro se misturam, e muitas vezes ambos caminhos entrelaçados e se confundem um com o outro. Por tanto, assim como Lenin nos mostrou em 1905, ao explicar, na conjuntura da época, que as tarefas políticas devem ser colocadas em

uma situação concreta para, desse modo, ser possível compreender a conjuntura nacional e, por conseguinte, a ação política, de forma material, temos que a não análise de uma situação concreta pode levar à sua teoria equivocada que, por sua vez, em sua própria natureza resulta em uma conjuntura equivocada que, por conseguinte, leva-nos a uma ação equivocada. A união, portanto, entre teoria e prática como ferramenta ativa é indispensável para compreender o real, entender a conjuntura e enxergar a realidade concreta.

Dito isso, consideramos que o partido MAS e Evo Morales, como seu principal representante, não devem nunca esquecer a inevitável luta de classes do proletariado boliviano pelo socialismo, mesmo que isso seja contra seus interesses pessoais. A luta contra movimentos reacionários, imperialistas e neoliberais do país e da região faz parte da tarefa revolucionária, hoje mais que nunca. Assim, disso decorre a necessidade absoluta de que o MAS, como partido político, seja independente e rigorosamente de classe. Sobre a miopia política de Evo, atribuímo-la à falta de um programa político do MAS — não um programa desatualizado, mas um programa novo, que considere novos métodos de ação e táticas que correspondam ao caráter e aos objetivos dos proletários bolivianos até as últimas consequências e que atendam a uma nova palavra de ordem: a superação do capitalismo via o socialismo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. Banco Central de Bolívia 2011-2024: La Paz, 2023. Disponível em <<https://www.bcb.gob.bo/>>. Acesso em 20 de abril de 2024.

INSTITUTO BOLIVIANO DE COMERCIO EXTERIOR. Santa Cruz, 2023. Disponível em <<https://ibce.org.bo/noticias-detalle.php?idNot=930>>. Acesso em 21 de abril de 2024.

LÊNIN, Vladímir. **Duas táticas da social-democracia na revolução democrática**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022 [1905].

_____. **Imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo. 2021[1916].

TSE-TUNG, M. A. O. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 1999